

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Educação**  
**Mestrado Profissional Em Educação e Docência**

**CAMILA IRIS CORRÊA**

**INVENTÁRIO DE FORMA COMPARTILHADA: percurso para  
aproximar comunidades do seu patrimônio cultural**

**Belo Horizonte**  
**2018**

Camila Iris Corrêa

**INVENTÁRIO DE FORMA COMPARTILHADA: percurso para  
aproximar comunidades do seu patrimônio cultural**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional Ensino e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Educação

Linha de Pesquisa: Educação em Museus e Centros de Ciências

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Letícia Julião

**Belo Horizonte  
2018**

C824i  
T  
Corrêa, Camila Iris, 1983-  
Inventário de forma compartilhada : percurso para aproximar comunidades do seu patrimônio cultural / Camila Iris Corrêa. - Belo Horizonte, 2018.  
137 f., enc, il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.  
Orientadora : Letícia Julião.  
Bibliografia : f. 116-121.  
Apêndices: f. 122-137.

1. Educação -- Teses. 2. Museus e escolas -- Teses. 3. Museus -- Aspectos educacionais -- Teses. 4. Museus -- Inventários -- Aspectos educacionais -- Teses. 5. Patrimônio cultural -- Aspectos educacionais -- Teses. 6. Patrimônio cultural -- Inventários -- Aspectos educacionais -- Teses. 7. Patrimônio cultural -- Estudo e ensino -- Teses.  
I. Título. II. Julião, Letícia, 1959-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 069

**Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG**

Dissertação intitulada INVENTÁRIO DE FORMA COMPARTILHADA: percurso para aproximar comunidades do seu patrimônio cultural, de autoria da mestranda Camila Iris Corrêa, apresentada ao Programa de Mestrado Profissional Educação e Docência da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Educação em Museus e Centros de Ciências.

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Letícia Julião (FAE – UFMG)

---

Prof Dr Pablo Luiz de Oliveira Lima (FAE-UFMG)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mara Lana Siman (UEMG)

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2018

## AGRADECIMENTOS

“As pessoas não se precisam, elas se completam... não por serem metades, mas por serem inteiras, dispostas a dividir objetivos comuns, alegrias e vida.” (Mário Quintana)

Aproveito as belas palavras de Mário Quintana para homenagear as pessoas especiais da minha vida. A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, estímulo e empenho de diversas pessoas. Gostaria de expressar toda a minha gratidão e apreço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta tarefa se tornasse uma realidade. A todos quero manifestar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar a Professora Doutora Letícia Julião, para quem não há agradecimentos que cheguem. Sempre me recebeu com paciência e dedicação, acredito que suas orientações foram valiosas não só para a conclusão do mestrado, mas também para meu desenvolvimento pessoal e profissional. Agradeço igualmente, a todos os professores e coordenação do PROMESTRE, que foram essenciais, contribuíram para muitas reflexões e aprendizagem.

A minha família- pais, irmãos, avós, tios, tias, primas e primos- que desde o início desse percurso me apoiou com muito carinho, em especial agradeço meu pai Carlos Alberto Corrêa, por ser meu alicerce e me ensinar que temos que lutar por nossos ideais, a minha mãe Maria Aparecida Corrêa, que é a minha referência de mulher guerreira, com ela aprendi a encarar os desafios e gozar a vida. Ao meu companheiro Rodney Alves Marques, que sempre me incentivou a buscar novas conquistas e nunca me acomodar.

Agradeço com muito carinho aos meus alunos, especialmente a Turma C da EJA, da Escola Municipal Julia Kubitscheck, que foram colaboradores dessa pesquisa. O caminho de aprendizagem que percorremos fortaleceram nossos vínculos afetivos, e nos proporcionou momentos inesquecíveis.

Esses agradecimentos são extensivos aos colegas de trabalho, professores, coordenações e direções das escolas que atuo como professora, que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa de campo na escola e foram compreensíveis com as reorganizações que o projeto demandou.

Aos meus amigos que nunca estiveram ausentes, agradeço a amizade e o carinho que sempre me disponibilizaram. Especialmente a Kelly Cristina Cândida de Souza, nossos caminhos se cruzaram no início dessa empreitada acadêmica e desde então, me apoiou, incentivou e inspirou na conquista do Mestrado.

A todos obrigada por permitirem que esta dissertação seja uma realidade.

Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois. (Walter Benjamim).

## RESUMO

Essa pesquisa foi concebida a partir da indagação de como a escola pode contribuir para estreitar o diálogo de museus locais com suas respectivas comunidades. Tendo como base teórica e conceitual os fundamentos da Nova Museologia, principalmente no que concerne a relação dos sujeitos com o patrimônio cultural, e as premissas da educação patrimonial e museal, foi delineada uma metodologia de Inventário Compartilhado, para ser utilizada em sala de aula como recurso educativo para se explorar o patrimônio cultural urbano. São analisadas a construção histórica da ideia de museu e do conceito de patrimônio, o potencial de musealização que a cidade pode oferecer e experiências que utilizaram o Inventário em perspectiva renovada e ampliada, superando o domínio único e exclusivo dos especialistas. Esse arcabouço teórico e empírico permitiu realizar um estudo sobre o uso do Inventário Compartilhado como ferramenta pedagógica socialmente inclusiva, buscando assim um caminho para estabelecer conexões entre a comunidade escolar, o patrimônio cultural na cidade e o museu local. A construção do Inventário ocorreu na forma de um experimento em sala de aula de uma turma da EJA, o que possibilitou testar e avaliar o potencial educativo do método. Os resultados estão sistematizados em um produto – Inventário Compartilhado: Um Guia de Educação Patrimonial-

**Palavras-chave:** Escola, Museu, Patrimônio Cultural, Inventário Compartilhado, Patrimônio Urbano.



## **ABSTRACT**

This research was conceived from the question of how the school can contribute to narrow the dialogue of local museums with their respective communities. Having as a theoretical and conceptual basis the foundations of New Museology, mainly in what concerns the relation of the subjects with the cultural patrimony, and the premises of the patrimonial and museal education, a methodology of Shared Inventory was delineated, to be used in the classroom as an educational resource for exploring urban cultural heritage. The historical construction of the idea of the museum and the concept of heritage, the potential of musealization that the city can offer and the experiences that have been used in the renewed and expanded perspective Inventory surpassing the unique and exclusive domain of the specialists are analyzed. This theoretical and empirical framework allowed to carry out a study on the use of Shared Inventory as a socially inclusive pedagogical tool, thus seeking a way to establish connections between the school community, the cultural heritage in the city and the local museum. The construction of the Inventory took the form of a classroom experiment of an EJA class, which made it possible to test and evaluate the educational potential of the method. The results are systematized in a product - Shared Inventory: A Heritage Education Guide-

**Keywords:** School, Museum, Cultural Heritage, Shared Inventory, Urban Patrimony .

## LISTA DE FOTOS E GRÁFICOS

<b>Foto 1</b>	Estudantes da Turma C, exibição do filme, Narradores de Javé.....	68
<b>Foto 2</b>	Roda de conversa, turma C.....	70
<b>Foto 3</b>	Roda de Conversa, estudantes turma C .....	75
<b>Foto 4</b>	Fachada do Centro Cultural Francisco Firmo Mattos.....	77
<b>Foto 5</b>	Interior da Casa Amarela, galeria de arte .....	79
<b>Foto 6</b>	Espaço Popular, ao fundo Igreja Matriz de São Gonçalo.....	80
<b>Foto 7</b>	Turma C, reunida para debate .....	85
<b>Foto 8</b>	Grupo de pesquisa.....	90
<b>Foto 9</b>	Grupo de pesquisa .....	90
<b>Foto 10</b>	Grupo de pesquisa .....	90
<b>Foto 11</b>	Grupo participante da Palestra Oferecida pela FUNDAC .....	94
<b>Foto 12</b>	Turma C, e Negão, organizador da Folia de Reis.....	98
<b>Foto 13</b>	Visita à exposição de quadros da Casa Amarela .....	100
<b>Foto 14</b>	Estudantes da turma C em frente à Casa Amarela .....	100
<b>Foto 15</b>	Estudante da Turma C em frente a galeria da Casa Amarela .....	101
<b>Foto 16</b>	Maquete construída por estudantes da Turma C .....	101
<b>Foto 17</b>	Exposição “Memória Cultural e Afetiva em Retratos e Registros .....	107
<b>Foto 18</b>	Banner da Folia de Reis do Bairro Industria, em exposição .....	107
<b>Foto 19</b>	Inventários Compartilhados em exposição.....	108
<b>Foto 20</b>	Maquete da Casa Rosa, em exposição .....	108
<b>Foto 21</b>	Estudantes da Turma C .....	109
<b>Foto 22</b>	Estudantes da Turma C .....	110
<b>Foto 23</b>	Grupo “Nossa Senhora da Paz”, Folia de Reis do Bairro Industrial .....	111
<b>Gráfico 1</b>	Modelo A.....	60
<b>Gráfico 2</b>	Modelo A .....	60
<b>Gráfico 3</b>	Modelo B .....	61
<b>Gráfico 4</b>	Modelo A .....	61

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ABP</b>	Aprendizagem Baseada em Problemas
<b>FAE</b>	Faculdade de Educação
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBRAM</b>	Instituto Brasileiro de Museus
<b>ICOM</b>	Conselho Internacional de Museus
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>MINOM</b>	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PROMESTRE</b>	Mestrado Profissional em Educação e Docência
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 MUSEUS, CIDADE E PATRIMÔNIO .....</b>	<b>20</b>
1.1 Construção histórica do conceito de patrimônio.....	20
1.2 Patrimônio, Nova Museologia e os museus no Brasil .....	23
1.3 Cidade, espaço a ser musealizado.....	30
<b>2 INVENTÁRIO COMPARTILHADO: CONEXÕES ENTRE A COMUNIDADE ESCOLAR, O PATRIMÔNIO URBANO E O MUSEU LOCAL .....</b>	<b>36</b>
2.1. Educação patrimonial por meio do inventário compartilhado.....	37
2.2. Uso renovado do inventário.....	41
2.3. Inventário Compartilhado como experiência educacional.....	43
2.4. Planejamento da metodologia de inventário compartilhado .....	53
<b>3 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO INVENTÁRIO COMPARTILHADO .....</b>	<b>59</b>
3.1 Conhecendo melhor a turma.....	59
3.2 Planejamento .....	62
3.3 Diário do Inventário Compartilhado.....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO - LEVANTAMENTO DE PERFIL DA TURMA ..</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO PARA RODA DE CONVERSA SOBRE O FILME .....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE C – RELATO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO NO CENTRO HISTÓRICO DE CONTAGEM .....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICE D – INVESTIGAÇÃO E PESQUISA SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE CONTAGEM .....</b>	<b>125</b>
<b>APÊNDICE E – TEXTO .....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE F – TEXTO.....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICE G – FICHA DE INVENTÁRIO .....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICE H – FICHA DE INVENTÁRIO DE CELEBRAÇÕES .....</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da minha atuação como docente em algumas escolas da rede municipal de Contagem durante os últimos oito anos, e o trabalho que desenvolvi durante o ano de 2013 no Museu Histórico da Cidade, Casa de Cultura Nair Mendes Moreira. Tal experiência conduziu-me a uma indagação inicial a respeito da relação entre estudantes, jovens e adultos, e o museu da cidade, e de forma mais ampla, o patrimônio cultural de Contagem. A partir dessa indagação e de observações cotidianas em sala de aula foi possível problematizar a fragilidade das relações da comunidade escolar com o patrimônio cultural da cidade, o que me encorajou investigar possíveis caminhos de aproximação desse público com seu legado cultural.

O distanciamento observado entre comunidade escolar e o patrimônio cultural da cidade possivelmente é reflexo e reproduz o vínculo inexpressivo que os moradores de Contagem têm com essas referências, e talvez possa ser explicado pelo significado social muito restrito do que é selecionado ali para ser preservado. Acredita-se que, em parte, isso ocorra devido “A grande extensão territorial de Contagem, somada ao processo acelerado de ampliação da sua estrutura urbana” (Atlas Histórico e Geográfico de Contagem, p.12), ou ainda a um processo de ocupação territorial, segmentado em diferentes tempos históricos e espaços.

Contagem possui origem colonial. Foi ponto de registro de mercadorias valiosas, no período da mineração do século XVIII. O povoamento intenso decorrente da mineração demandava o desenvolvimento de atividades agrícolas para abastecer os povoados que se formavam na região. Para controlar as atividades da região mineradora, a Coroa portuguesa instalou nos caminhos postos de arrecadação dos direitos das cargas e escravos que entravam nas Minas, os chamados registros. O Registro denominado das Abóboras, da comarca do Rio das Velhas, instalado em 1716, deu origem a Contagem. O local atualmente é a sede do município, conhecido também como centro histórico. No século XX, a partir da década de 1940, a cidade passou a sediar o maior complexo industrial do Estado, graças aos esforços do Estado no sentido de industrializar Minas Gerais. Essa ocupação industrial ocorreu na região limítrofe com Belo Horizonte, gerando nesse local um novo núcleo de povoamento, com intensa circulação comercial e de pessoas, superando, nesses quesitos, a região sede da Cidade. Esses dois polos territoriais e sociopolíticos são norteadores da história do município. As duas regiões polarizadoras de Contagem, a Sede e a Cidade Industrial, passaram a induzir o novo arranjo espacial. A ocupação do município, estabelecida em tempos e espaços

diferentes, resultou em uma rica diversidade de manifestações culturais, porém fragmentada, dificultando o acesso e o intercâmbio cultural. Nessa sociedade segmentada, o patrimônio eleito pelo Estado para ser preservado não encontra ressonância junto ao público.

Segundo José Reginaldo Gonçalves, têm situações em que determinados bens culturais; não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. Isso acontece porque esse reconhecimento popular não é fruto da vontade das instituições e nem depende de deliberações conscientes de indivíduos ou grupos, mas sim porque o patrimônio deve encontrar ressonância junto ao público. Gonçalves, apoiado em Greenblatt destaca que:

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (GREEBLATT, apud GONÇALVES, 1991, p.42-56).

Procurando enfrentar questões como a pouca ressonância do patrimônio junto ao público, esse trabalho propõe delinear uma metodologia de Inventário Compartilhado, que poderá ser utilizada, como uma alternativa de construir ou fortalecer a identificação de comunidades com o seu legado cultural. Trata-se de um método apoiado na literatura teórica do campo museal, em particular da educação patrimonial e educação museal, e que se apresenta como uma ferramenta com potencial para o uso não apenas pelas escolas, mas também por outros espaços, a exemplo de museus e centros culturais, que buscam formas alternativas de trabalhar o patrimônio cultural.

Embora Contagem seja a referência para o desenvolvimento da pesquisa, o trabalho foi desenvolvido para ser aplicado em qualquer outro contexto. Considerando as três instâncias envolvidas na problematização – moradores da cidade, museu da cidade e escola – a proposta desse trabalho é desenvolver uma ação na qual sujeitos que não tiveram a oportunidade de contar e divulgar suas histórias e memórias nos museus, ou ainda não se identificam culturalmente com os bens preservados nessas instituições possam reconhecer e ou valorizar esses referenciais culturais.

A metodologia foi construída de forma colaborativa com a turma C da EJA da escola Municipal Julia Kubitschek de Oliveira, localizada na cidade de Contagem. Além do mapeamento do patrimônio, foi construído um percurso de ação educativa que poderá servir de modelo para outros sujeitos, outras instituições. A Turma da EJA foi escolhida como colaboradores dessa pesquisa por se tratar de estudantes adultos, que não tiveram

oportunidade de concluir seus estudos no tempo próprio, portanto, excluídos do processo educativo e cultural do qual possuem direito de usufruir.

A construção de um Inventário, que comumente é da competência dos especialistas, adaptou procedimentos para ser utilizado nas escolas como alternativa educativa empregada na promoção de sujeitos excluídos do circuito cultural. Buscou-se, por meio dessa ferramenta, oferecer aos estudantes acesso e compreensão da importância do patrimônio cultural para seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Como analisado anteriormente, Contagem é município rico em diversidade cultural e patrimonial, porém questões históricas, ocupacionais, espaciais e temporais inviabilizam o intercâmbio cultural entre as regiões. Nesse cenário é possível perceber que boa parte dos estudantes da escola Júlia Kubitscheck, localizada na região industrial, não conhecem ou reconhecem o centro histórico da cidade como referência de sua memória e história. Dessa forma, acredita-se que por meio da educação patrimonial, esses sujeitos poderão se aproximar desses espaços, oportunizando aprendizagem e desenvolvimento.

A fundamentação teórica que sustenta esse trabalho são os pressupostos da Nova Museologia, que evidenciam o museu como local importante para o desenvolvimento da sociedade. As raízes desse movimento estão nas premissas defendidas pela Mesa Redonda de Santiago do Chile, que aconteceu em 1972, quando se estabeleceu que o museu

é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivos realidades nacionais (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO, 1972)

Na Nova Museologia, vertente que se desenvolve a partir dos anos de 1980, o foco é deslocado do objeto para o homem, considerando-o como sujeito produtor de suas referências culturais. Nessa perspectiva é função do museu servir ao desenvolvimento da sociedade, de acordo com o Conselho Internacional de Museus, ICOM:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (ICOM, 2007)

Essa mudança de paradigma no campo museal abarca também alterações na concepção de patrimônio, o que fica evidente, principalmente após a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da UNESCO. Esse documento afirma a

importância dessa modalidade de patrimônio como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável. De acordo com o documento final:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

Nas últimas décadas é notória a ampliação desse conceito, quando são incorporadas novas modalidades de patrimônio, abarcando novos grupos sociais.

Assim, pode se perceber que a museologia contemporânea se preocupa com a promoção de aspectos ligados ao desenvolvimento social, inclusão, educação e preservação do patrimônio em suas dimensões materiais e imateriais, evidenciando a participação da comunidade na definição de práticas museológicas. Nessa perspectiva, os ecomuseus, a museologia comunitária e as outras museologias alternativas que surgem em diferentes países, indicam que a atuação da museologia ultrapassava suas atribuições tradicionais, para buscar agregar as comunidades em suas ações, inovando os métodos contemporâneos de comunicação e gestão.

Buscando promover as comunidades excluídas do circuito cultural e patrimonial, a museologia comunitária, defende que a apropriação do patrimônio cultural é fato importante para o desenvolvimento das comunidades marginalizadas. De acordo com Varine, é fundamental que a população faça parte da tomada de decisões, por meio de ação direta. Muitos autores defensores da museologia comunitária apontam o Inventário Compartilhado<sup>1</sup> como um importante mecanismo para dar voz a comunidade nos museus, por meio do princípio da participação. De acordo com Querol, trata do “Direito de todo o ser humano a intervir nos processos de identificação, construção e definição dos conceitos, dimensões e significados da realidade histórica e cultural de um determinado coletivo, através do museu e com vista ao desenvolvimento local” (QUEROL, 2013,p.178).

Considerando, portanto, que o Inventário Compartilhado se constitui em uma das metodologias que, por meio da participação popular, tem contribuído para o desenvolvimento das comunidades não hegemônicas, buscamos essa ferramenta como alternativa inovadora para trabalhar o patrimônio cultural urbano em sala de aula. Acredita-se que esse método possa contribuir significativamente para a construção tanto de conhecimento, quanto de uma consciência crítica da história e da cidade.

---

<sup>1</sup> Muitos autores utilizam o termo Inventário Participativo, para nosso trabalho decidimos utilizar o termo Inventário Compartilhado, por ter caráter mais colaborativo, condizente com a proposta do projeto.



Essa proposta de educação patrimonial está em consonância com o Programa Nacional de Educação Museal, que concebe os museus “(...) enquanto espaços não-formais de educação, como importantes aliados das escolas atuando como espaços de aprendizado e de fruição, de admiração estética e de apropriação, de significação de conhecimentos e de saberes” (PNEM, p.13). Essa vocação educacional dos museus visa dar autonomia aos indivíduos e promover a construção de conhecimento. Portanto a educação nos museus deve ser inclusiva e libertadora.

A escolha do uso da ferramenta de Inventário Compartilhado com propósito educativo é relevante na medida em que contribui para aproximar escola e cidade; estudantes e patrimônio urbano através da promoção de ações de reconhecimento e valorização dos bens patrimoniais, dos sujeitos.

Além disso, acredita-se que essa metodologia pode dar voz a sujeitos que não têm a oportunidade de fazerem representar nos museus e que, muitas vezes, não se identificam com os bens preservados. A aposta do inventário compartilhado é possibilitar que grupos sociais marginalizados dos circuitos culturais se sintam encorajados a se fazerem atores da história e memória nesses espaços. Acredita-se que esse é um caminho legítimo para estreitar o diálogo dos museus com sua comunidade.

Para a construção desse produto educativo esse trabalho buscou construir uma metodologia, que oferecesse aos participantes a oportunidade de construir conhecimento com autonomia e participação. Para isso o percurso metodológico adotado foi a pesquisa-ação. Acredita-se que é uma opção adequada para esse trabalho, pois aposta em abordagens mais livres e criativas para se alcançar representatividade. De acordo com Thiollent, esse tipo de pesquisa é baseado na resolução de problemas de forma colaborativa entre pesquisadores e participantes, oferecendo assim, para os envolvidos, oportunidade de aprendizagem emancipadora. (THIOLLENT,2011)

Foi elaborada uma proposta de metodologia preliminar submetida aos sujeitos da Turma C da EJA com o objetivo de validá-la, observando, principalmente se seu uso seria capaz de corresponder aos anseios de participação e representação em espaços museológicos. Dessa forma a metodologia foi construída em caráter colaborativo pelos estudantes, compreendendo que além do mapeamento do patrimônio, está sendo construído um caminho que possa ser modelo para outros percursos de aprendizagem.

De acordo com o andamento do trabalho os participantes avaliavam o seu desenvolvimento e refletiam acerca da aprendizagem. Uma das inspirações foi a metodologia da cartografia, em que os sujeitos participam do processo de leitura e construção de

significados dos dados. A esse respeito, Laura de Barros e Virgínia Kastrup destacam “o caráter construtivista da atividade cartográfica, procurando apontar a dimensão coletiva desta construção”. (BARROS; KASTRUP, 2010, p.59).

Foram elaborados três capítulos que dão suporte teórico e empírico à construção do produto. O primeiro capítulo propõe discutir o significado ampliado do patrimônio e o museu na atualidade, tendo em vista os pressupostos da Nova Museologia, que desloca o foco dos objetos, considerados no passado como relíquias e representativo exclusivamente do grupo hegemônico, para os diversos sujeitos e suas manifestações artísticas e culturais. Essa mudança de paradigma incorporou no cenário museal novos sujeitos até então excluídos desse cenário, tornando-se, portanto, mais abrangente e representativa. Além disso, esse capítulo apresenta a cidade como espaço a ser musealizado. Tomando como referencial o autor Ulpiano B. Meneses, considera-se o museu de cidade como uma valiosa referência para se conhecer a cidade, sendo que seu objetivo prioritário é propiciar aos habitantes, a tomada de consciência da cidade. (MENESES,2007)

O segundo capítulo discute o uso renovado do inventário, tornado participativo ou compartilhado, processo no qual se pode estabelecer conexões entre comunidades e o patrimônio. No caso pesquisado, são as conexões entre a comunidade escolar, o patrimônio urbano e o museu local. Trata-se de um caminho da educação patrimonial que oferece aos sujeitos condições de se apropriar dos espaços e bens patrimoniais, dos quais possuem direito.

O capítulo analisa o uso clássico do inventário, restrito aos especialistas e sua transformação em instrumento de conhecimento socialmente ampliado do patrimônio, o que significa transferir o processo de reconhecimento do que preservar para parcelas da população. São feitas também análises de experiências que utilizaram o Inventário Compartilhado, com o objetivo de avaliar e adaptar essas experiências à sala de aula, observando, principalmente, se consistem em atividades com potencial educativo emancipador.

O terceiro capítulo é o processo metodológico da elaboração do produto. A primeira parte do capítulo consiste em apresentar os métodos de apresentação e planejamento que foram empregados. A segunda parte trata-se de um diário construído durante a experiência em sala de aula, com os alunos da EJA. Apesar de extenso, o relato é elucidativo de opções feitas no decorrer do trabalho, oferecendo, sobretudo, os fundamentos da experiência realizada.

O produto educativo final, que é a metodologia de Inventário Compartilhado, foi concebido em formato de Guia, sugerindo os passos para o desenvolvimento do trabalho em

sala de aula, ancorado no embasamento teórico e conceitual apresentado na dissertação e na experiência realizada e avaliada durante a pesquisa.

# 1 MUSEUS, CIDADE E PATRIMÔNIO

## 1.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

A ideia de patrimônio transformou-se ao longo do tempo, sendo, portanto, um conceito construído historicamente. Choay analisa esse processo de transformação do significado da noção de patrimônio, tomando como categoria exemplar, as edificações identificadas como monumentos históricos, por considerar que essa se “(...) relaciona mais diretamente com a vida de todos” (CHOAY, 2001, p.12). Nessa perspectiva, analisa como o conceito de monumento evoluiu para o de monumento histórico, como resultado de circunstâncias históricas específicas.

Em sua origem a palavra monumento estava ligada a sua atuação sobre a memória, se tratava das edificações erguidas com o objetivo de rememorar ou fazer com que as gerações futuras tivessem acesso a essa memória. Ao longo do tempo, o monumento foi perdendo seu valor memorial e o seu conceito foi incorporando novas conotações, agregando valores estéticos ou de prestígio. Ele passa a denotar “(...) o poder, a grandeza, a beleza: cabe-lhe, explicitamente, afirmar os desígnios públicos, promover estilos, falar à sensibilidade estética.” (CHOAY, 2001, p. 19). A autora aponta duas causas para a progressiva extinção da função memorial do monumento, “A primeira refere-se à importância crescente atribuída ao conceito de arte nas sociedades ocidentais, a partir do Renascimento” (CHOAY, 2001, p.20). A outra causa seria o “desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão de memórias artificiais representada em um primeiro momento pela imprensa: “(...) A hegemonia memorial do monumento não foi, porém, ameaçada antes de a imprensa ter trazido à escrita uma força sem precedentes no que se diz respeito à memória.” (CHOAY, 2001, p. 20).

Assim o termo monumento foi perdendo sua importância nas sociedades ocidentais dando espaço para o termo monumento histórico. Seu principal contraponto em relação à ideia original de monumento é que não se trata de uma criação concebida originalmente para evocar uma memória. O monumento histórico só ganha esse estatuto pelo olhar do historiador, ou dos apreciadores da arte, que o escolhe como objeto para ser reconhecido como tal. Cabe porém, ressaltar que monumento histórico e patrimônio histórico não são expressões sinônimas, uma vez que

(...) os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem. (CHOAY, 2001, p.12)

As práticas de conservação dos monumentos históricos tiveram origem na Europa, em um processo que incorporou, com o tempo, instrumentos específicos de preservação, associados aos museus, inventários, tombamentos e reutilização. A partir da segunda metade do século XIX essas práticas começaram a extrapolar as fronteiras europeias, e ao longo do século XX, progressivamente alcançam os cinco continentes

Da primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, que aconteceu em Atenas em 1931, só participaram europeus. A segunda, em Veneza, no ano de 1964, contou com a participação de três países não europeus: a Tunísia, o México e o Peru. Quinze anos mais tarde, oitenta países dos cinco continentes haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial. (CHOAY,2001, p.14)

Em um primeiro momento, a partir da segunda metade do século XVI, a conservação esteve ligada ao conhecimento antiquário, ou seja, do especialista em objetos pertencentes a Antiguidade Clássica, cujos saberes se voltavam para os testemunhos da cultura material e das belas-artes. Nesse período houve um esforço para conceituar os objetos que compunham as antiguidades: “Entre o século XVI e o fim do Iluminismo, o estudo das antiguidades, evoluiu segundo uma abordagem comparável à das ciências naturais: ele busca uma mesma descrição, controlável de seus objetos.” (CHOAY, 2001, p.76). Para isso um aparato iconográfico auxiliou esse trabalho facilitando sua memorização. Um corpus de edifícios, conservados apenas pelo poder da imagem e do texto, é assim reunido numa espécie de museu de papel.

Com o advento da Revolução Francesa, a conservação iconográfica dos antiquários cedeu lugar a outra forma de conservação. Deixava-se de conservar pelo registro iconográfico para se desenvolver práticas de conservação do objeto real. Vale lembrar que, nesse momento, houve uma grande destruição de monumentos associados à antiga ordem monárquica, vistos pelos revolucionários como símbolos de valores execrados por eles. Metaforicamente esses atos de destruição decretavam a morte do antigo regime.

A ideia de conservação do patrimônio coletivo surge, portanto, em resposta ao processo de destruição de monumentos identificados como símbolos desse Regime. O Estado percebe que deveria preservar aqueles bens, tornando-os patrimônio do Estado-Nação. Nessas circunstâncias, objetos passam a posição de símbolos da nacionalidade francesa, especialmente no período napoleônico. Assim, bens móveis foram colocados em espaços abertos ao público, consagrados com o nome de museu, cuja função era servir à instrução da população. Essas primeiras iniciativas, porém, não constituíam políticas de preservação duradouras.

A década de 1820 é um marco para a afirmação de uma nova mentalidade, que rompe com a dos antiquários e com a política da Revolução Francesa. Segundo Choay, a publicação em 1820 da obra *Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France*, por Charles Nodier e o barão Taylor, é um divisor de águas nesse processo. Seus autores percorrem a França não na qualidade de eruditos, mas sim como viajantes orientados por uma nova mentalidade. Os monumentos são apreciados a partir de uma atitude intelectual e pela sensibilidade estética que passam a justificar, por meio da razão, a conservação da herança monumental. Com o declínio dos antiquários, o monumento histórico entra em sua fase de consagração. A partir daí as primeiras medidas eficazes vão ser implantadas, simultaneamente à estruturação de saberes sobre o restauro dos monumentos, que ampliam por sua vez a discussão sobre o patrimônio. O período de auge do monumento histórico, iniciado por volta de 1820, se encerra com a Carta de Veneza de 1964, documento que dispõe sobre a de conservação e restauração dos monumentos e sítios. (CHOAY, 2001)

Esse é um período fértil para o pensamento no campo da conservação e conceituação dos monumentos, com contribuições de Violet Le Duc, Ruskin e o Italiano G. Giovannoni. Este último teórico foi precursor, no início do século XX, em atribuir um valor de uso e valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os à uma concepção geral da organização do território. Para ele uma cidade histórica constitui em si um monumento, e ao mesmo tempo é um tecido vivo. Assim como ele, outros nomes fundadores da disciplina do urbanismo foram os primeiros a considerar as cidades como objetos históricos. Em 1903, a publicação *Der Moderne Denkmalkultus (O Culto Moderno dos Monumentos)*, de Aloïs Riegl, ofereceu uma das mais importantes contribuições para a compreensão do monumento histórico. Riegl propõe uma noção que ultrapassa as categorias fixas e imutáveis, permitindo distingui-los e relacioná-los historicamente às dimensões de tempo e espaços. Contrapunha-se, assim, à postura radical e ingênua das definições apriorísticas, que impediam a compreensão do sentido dos artefatos, resultando em destruições ou restaurações desastrosas. (CHOAY, 2001, p.179)

Contudo, percebe-se que o patrimônio cultural vem cada vez mais se afirmando como campo de conhecimento. Isso ocorre efetivamente após os anos sessenta do século XX, com a passagem da noção mais antiga e consagrada de monumento, para uma noção mais complexa. Portanto, patrimônio, é um campo de conhecimento relativamente novo que vem se sedimentando na intersecção de alguns saberes acadêmicos já consagrados, tais como a História, a História da Arte, Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Arqueologia e as teorias de restauro, para citar apenas as disciplinas mais conhecidas. As contribuições dessas áreas de

conhecimento foram fundamentais para a ampliação do conceito de patrimônio no século XX. (CHOAY. 2001)

A partir da Carta de Veneza, em 1964, como já mencionado, a adoção da ideia de sítio histórico, ao incorporar o valor de significado cultural aos monumentos históricos, trouxe avanços significativos para ampliação do conceito do patrimônio. Segundo a carta

O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo. (CARTA DE VENEZA, 1964)

Esse documento promoveu discussões sobre o patrimônio e o seu alcance, que se desdobraram na Convenção da Unesco de Patrimônio Mundial de 1972. Nesse mesmo ano a Mesa Redonda de Santiago do Chile organizada pela UNESCO, debateu o papel do museu na América Latina, lançando as bases para o surgimento, na década de 1980, da Nova Museologia. Tanto a noção de patrimônio quanto a de museu se ampliaram e passaram a ser vistos como importantes instrumentos para o desenvolvimento. Essas mudanças de concepções abarcaram novas dimensões do patrimônio, a exemplo da perspectiva imaterial, como contemplaram novos atores sociais. Essas modificações do conceito se deram deslocando o vínculo do patrimônio com a memória e identidade de nações para ir ao encontro de demandas de preservação de memórias de grupos específicos, muitos dos quais excluídos das políticas preservacionistas.

## 1.2 PATRIMÔNIO, NOVA MUSEOLOGIA E OS MUSEUS NO BRASIL

A experiência de preservação do patrimônio no Brasil, como na Europa, pautou-se, em um primeiro momento, em uma concepção voltada para os monumentos, especialmente arquitetônicos. A esse tipo de patrimônio correspondeu uma prática preservacionista estreitamente ligada à ideia de afirmação do Estado –nação. Segundo Tolentino,

Foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico à constituição dos patrimônios históricos e artísticos e coube ao Estado nacional assegurar a sua preservação. A noção de monumento, no seu sentido moderno, ou seja, formulada enquanto monumento histórico e artístico, é que fez com que a noção de patrimônio se convertesse em uma categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada. (TOLENTINO, 2016, p.23)

É nessas circunstâncias que os museus e outras instituições de memória, tiveram uma configuração associada aos interesses dos segmentos hegemônicos, assim como a uma perspectiva eurocêntrica: “Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônios culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus” (VARINE,2014, p. 10).

Segundo Fonseca, a noção de patrimônio que se construía no país privilegiava a herança luso-brasileira. No final dos anos 30, efetiva-se no Brasil a política federal de preservação, de acordo com essa política o Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) beneficiava nos livros de tombo

(...) igrejas, prédios do período colonial prevalecendo uma apreciação de caráter estético, sendo que o valor histórico era pouco considerado. Além disso, o instrumento de legitimação das escolhas era a autoridade dos técnicos do Sphan, revestidos da aura intelectual que cercava o grupo de modernistas que fazia parte da instituição.(FONSECA, 2003, p.63)

“(...) Na realidade essa estratégia produziu um “retrato” da nação que termina por identificar a cultura trazida pelos colonizadores europeus, reproduzindo a estrutura social por eles aqui implantada” (FONSECA,2003 p.64).

Para compreender como se deu a ampliação do conceito historicamente restrito de patrimônio cultural, faz-se necessário contextualizar esse processo. No Brasil as ações para implementação de políticas públicas voltadas para a questão do patrimônio cultural se iniciam em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan (hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan). A missão da instituição era determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio histórico e artístico nacional. Os museus e o patrimônio museológico não eram prioridades do SPHAN nas primeiras décadas de sua atuação, portanto, foram tratados de forma tangencial pelo órgão.

A implementação de uma política nacional para os museus foi ensaiada nos anos de 1970, quando ganha força o debate nessa área e se busca implantar um sistema nacional de museus. Isso se dá em um contexto autoritário do regime militar. Segundo Tolentino, "Durante todo esse período, o que se verifica é que a criação e configuração dos museus estavam basicamente adstritas aos aparelhos ideológicos do Estado, bem como às classes e segmentos dominantes” (TOLENTINO, 2016, p.26).

Nas décadas seguintes, de 1980 e 1990, observa-se uma ou outra iniciativa nesse sentido, mas todas pontuais e de alcance restrito.

Pode-se dizer que uma política nacional de museus consistente foi gestada, de fato, a partir de 2003, quando foi elaborado o programa Museu, Memória e Cidadania, que tinha



como objetivo revitalizar os museus e criar condições para a sua sustentabilidade. Nesse ano, entra em curso a Política Nacional de Cultura, pautada nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, estabelece que o

Sistema Nacional de Cultura deve ser organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (BRASIL, art 216)

As disposições constitucionais juntamente com a formulação de uma política nacional de cultura tiveram um impacto positivo ao fortalecerem o campo museal brasileiro. Esse contexto possibilitou a formulação das bases para a Política Nacional de Museus, apresentado pelo Ministério da Cultura, em 2003, com o objetivo de

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país. (BRASIL, 2003, p.8).

Um das decorrências da Política Nacional de Museus foi a criação, por meio do Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, do SBM, Sistema Brasileiro de Museus. Seu Comitê Gestor tem uma constituição democrática, reunindo representantes de ministérios, museus, universidades, entidades de classe e sistemas de museus nacionais, estaduais e municipais.

Em 2009 foi promulgado o Estatuto de Museus, marco regulatório dessas instituições no Brasil. De acordo com o Estatuto, museu se define como

(...) instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (ESTATUTO DOS MUSEUS, 2009)

Outro ponto relevante desenvolvido no estatuto é o dever dos museus de elaborar e implementar um plano museológico, contendo diagnóstico participativo, com identificação dos espaços e conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus, identificação dos públicos destinatários e dos programas essenciais.

Em janeiro de 2009 foi criado o Instituto Brasileiro de Museus, autarquia responsável pelos museus nacionais e pela criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Nesse contexto, prosperam, no Brasil, as discussões acerca do papel social dos museus,

revelando a ampliação da concepção de museu a partir do aporte teórico da Nova Museologia. A ênfase da política nacional de museus é evidenciar o compromisso desses espaços com o público e comunidades, explorando o potencial político de se colocar o museu a serviço de indivíduos e comunidades engajadas no processo de forjar suas próprias narrativas museais.

Podemos dizer que a vertente da Nova Museologia tem sua origem na Mesa Redonda de Santiago do Chile, que aconteceu em 1972, com o objetivo de discutir os museus na América Latina, como mencionado acima. Nesse evento, organizado pelo ICOM e UNESCO, lançou-se questões inovadoras, importantes para a realidade latino americana, que acenaram para a responsabilidade social do museu e para o seu papel como instrumento de desenvolvimento local.

O evento de Santiago do Chile, imerso na atmosfera de luta por igualdade e justiça social, estabeleceu que o museu

é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO, 1972)

Antes da Mesa de Santiago, a IX Conferência Internacional de Museus, ICOM, realizada em Grenoble, em 1971 já assinalara questões como a importância social dos museus, utilizando pela primeira vez o termo “ecomuseu”. (TOLENTINO, 2016)

Além desses dois eventos da década de 1970, a Nova Museologia que “desconcertou o fazer museal” (TOLENTINO, 2016, p.39), tem como marco histórico e conceitual a Declaração de Quebec, 1984. Esse documento reforça a função social do museu e reconhece o ecomuseu, a museologia comunitária, e as outras museologias alternativas que surgiam em diferentes países, apontando que a metodologia de atuação da museologia deve extrapolar suas atribuições tradicionais, e buscar integrar as populações em suas ações, por meio da interdisciplinaridade e da utilização dos métodos contemporâneos de comunicação e gestão. A Declaração de Quebec foi o documento fundador do MINOM– Movimento Internacional para uma Nova Museologia, uma vez que lançou bases para a federação internacional da Nova Museologia e a formação de um GTP (Grupo de Trabalho Provisório) para formulação dessas estruturas. A criação de uma Federação Internacional de Nova Museologia foi efetivada no segundo Ateliê, em Lisboa (1985), filiado ao ICOM. (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984)

Para Mário Moutinho a Museologia Social ou a Nova Museologia “ traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da

sociedade contemporânea.” (MOUTINHO, 1993, p.1). Nessas circunstâncias as instituições museológicas com perfil tradicional, tem dado lugar a entidades “conscientes de sua relação orgânica com seu próprio contexto social. (MOUTINHO, 1993, p.7). Sintetizando as inovações da Museologia, o autor diz:

O alargamento da noção de património é a consequente redefinição de "objecto museológico", a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das "novas tecnologias" de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplo das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas e fazem parte de uma crescente bibliografia especializada.(MOUTINHO, 1993,p.7)

A respeito da participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, Tolentino afirma que, a museologia social transfere seu foco do objeto para o homem, evidenciando-o como sujeito produtor de suas referências culturais, e engajada nos problemas sociais, de uma forma integral, das comunidades a que serve o museu. (TOLENTINO,2016)

A museologia social está na base da definição mais recente de museu para o Conselho Internacional de Museus, ICOM:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (ICOM, 2007)

Essa definição de museu substituiu o antigo texto, esse estabelecia que,

o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite (Estatutos de 1974).

Ao compararmos a mudança na definição, é perceptível a virada de pensamento operada pela Nova Museologia, sobretudo porque abarca a categoria do patrimônio imaterial. Além disso, o texto de “ (...) 1974 enfatizava a função da pesquisa, presente, de certo modo, como o princípio motor da instituição. Esse princípio foi relegado, em 2007, como uma das funções gerais do museu.” (Desvallées; Mairesse, 2010, p.65)

A ampliação e valorização da função social dos museus se dá em consonância ao alargamento da noção de patrimônio. Em um processo de superação de antigos paradigmas relacionados à questão patrimonial, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da UNESCO, de 2003, afirma a importância da modalidade imaterial do patrimônio como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

No Brasil, o reconhecimento dessa modalidade de patrimônio já aparece na Constituição Federal, de 1988, que define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro “como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (BRASIL, 1988) A Constituição atribui ao poder público promover e proteger, com a colaboração da comunidade, o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Doze anos mais tarde, o decreto 3.551, de agosto de 2000 instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio imaterial, reforçando e instrumentalizando as ações preservacionistas dessa nova modalidade patrimonial.

Tanto no Brasil, como de resto no mundo, o delineamento do conceito de patrimônio imaterial resultou em avanços também para o campo museal. A noção de patrimônio, ao ser ampliada sob a égide da antropologia, tem permitido pensar a dimensão patrimonial de sociedades e grupos sociais para muito além dos limites históricos, geográficos e sociais consagrados pelas políticas preservacionistas tradicionais.

Como já se discutiu, o pensamento ocidental moderno dava ao patrimônio um significado muito restrito, correspondente ao universo cultural de grupos sociais hegemônicos, limitando-se à preservação de bens de caráter material, em geral identificados como monumentos históricos. Isso também se manifestou no Brasil, onde o termo preservação se associou ao de tombamento – instrumento concebido para a proteção de bens materiais:

Tal situação veio reforçar a ideia que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitista, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que reforcem a tradição europeia, que, no Brasil, são aquelas identificadas como classe dominante. (FONSECA, p. 2003, 61-62)

Porém nas últimas décadas é notória a ampliação desse conceito, quando são incorporadas novas modalidades de patrimônio, abarcando novos grupos sociais.

Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, o reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio, expressivo de uma concepção antropológica de cultura, é mais abrangente

permitindo compreender aspectos da vida social e cultural, uma vez que, no processo de reconhecimento e a preservação desse patrimônio, “(...) a ênfase está nas relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas” (GONÇALVES, 2005, p.27). Segundo a perspectiva de Fonseca, para que a preservação desse patrimônio se cumpra, é necessário que antecedam as ações de identificar e documentar, seguidas “pelas ações de ‘promover’ e ‘difundir’, que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados” (FONSECA, 2003, p.65).

É preciso, portanto, traçar políticas públicas que contribuam para aproximar os critérios de preservação do patrimônio da cultura produzida no país e para isso é imprescindível a valoração da dimensão imaterial do patrimônio. Para Fonseca é preciso visar a (...) “representatividade” dos bens, em termos de diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função do patrimônio se realize no sentido de que os diferentes grupos possam se reconhecer nesse repertório”. Nesse sentido é necessária “uma mudança de procedimentos com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural” (FONSECA, 2003, p.65).

Dentre as iniciativas de valorização da participação nos processos preservacionistas, acredita-se que educação patrimonial possa operar mudanças significativas, por meio do Inventário Compartilhado. O uso dessa metodologia pode contribuir para a preservação tanto de bens culturais, e ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento compreendido a partir da inclusão social e cultural.

Nessa perspectiva, é esperado que o museu esteja de acordo com os anseios e a expectativas sociais. Ele deve atuar para o desenvolvimento, oferecendo ferramentas, tais como o Inventário Compartilhado, “(...)para mobilizar a comunidade, para revelar os recursos, para ilustrar os objetivos, para demonstrar estratégias e procedimentos de desenvolvimento etc.” (VARINE,2014, p.27) Ao atuar nessa vertente, o museu “(...) preocupa-se em libertar as próprias pessoas da alienação cultural, ou liberar sua capacidade de imaginação ou iniciativa, ou liberar a consciência dos seus direitos de propriedade sobre seu patrimônio, tanto material quanto imaterial. (VARINE,2014, p.32)

### 1.3 CIDADE, ESPAÇO A SER MUSEALIZADO

A ampliação da noção do patrimônio permite olhar a cidade, não importando se para seus monumentos ou espaços comuns de experiências do cotidiano, como possíveis lugares e sítios a serem valorizados como referências de memórias. É nessa perspectiva que se insere o trabalho, ou seja, o objetivo é criar por meio do inventário compartilhado, um laço entre o sujeito e sua cidade, por meio do conhecimento e reconhecimento de um patrimônio que lhe é caro, que lhe diz respeito, que é significativo para ele. É importante considerar também que esse trabalho busca oferecer uma contribuição para a educação patrimonial e museal tendo como foco a cidade e o patrimônio urbano.

Ulpiano Meneses considera que o museu local é uma valiosa referência para se conhecer a cidade. Para melhor alcançar suas reflexões sobre essa modalidade de museu, é importante entender a abordagem que o autor faz do fenômeno da cidade. Para ele a cidade é um objeto de conhecimento complexo que comporta três dimensões. A primeira, concebe a cidade como artefato, portanto fabricada, objeto socialmente apropriado; a segunda é a do campo de forças, que denota o “(...) espaço discernível de tensão, conflitos, interesses, energias em confronto constante, de natureza territorial, econômica política, social, ideológica e cultural...” e a terceira dimensão é a da cidade como representação social, considerada pelo autor de importância excepcional, já que dá conta da complexidade do imaginário “(...) incorporando também outras categorias, como mentalidades, ideologias, valores, expectativas, e suporte como os da identidade e da memória.” (MENESES, 2004, p.262)

O museu de cidade deve contemplar as três dimensões apresentadas para atingir seu objetivo prioritário, que é “propiciar aos habitantes, a tomada de consciência da cidade e o aprofundamento permanente dessa consciência” (MENESES, 2004, p.262). Essa tomada de consciência permite que os sujeitos possam desnaturalizar a cidade para entendê-la como fruto da construção humana, que se faz em um campo de forças sob as influências das representações sociais.

(...) o museu da cidade deve saber como gerenciar não apenas a diversidade (que muitas vezes conduz ao tratamento anestésico e paternalista da diversidade cultural, mas negando o espaço para a diferença cultural) como também o conflito \_ ainda mais que se trata de uma arena de representação, de significados, de valores, em suma de uma arena cultural. Pois a cultura aqui exposta, é fruto da escolha humana e não de uma herança genética. (MENESES, 2004, p. 278)

É importante que o museu de cidade tenha uma ligação intensa com seu objeto que é a própria cidade. Nessa perspectiva, ela deve ser concebida como bem cultural, sendo

imprescindível realizar um “levantamento de campo, especialmente para mapear o imaginário urbano como referência e guia.” (MENESES, 2004, p. 275). Para tanto, deve se levar em conta, o acervo cartorial, intramuros, ou seja, aquele que se encontra recolhido e protegido pelo museu e que se constitui, segundo Meneses de “artefatos (objetos tridimensionais, imagem de todo o tipo)”, os quais devem receber um tratamento museológico adequado, relacionando-os às demais dimensões da cidade e explorando o seu conteúdo documental. Mas o museu de cidade deve tratar também do acervo operacional, ou seja, aquele que se encontra extramuros e sobre o qual o museu opera, que se refere à cidade viva e empírica, com suas práticas, comportamentos, forças e interesses. Para o historiador Ivo Mattozzi

(...) o território em que vivemos está repleto de marcas resultantes de fenômenos naturais e de ações humanas num processo interativo e dinâmico que se desenvolve ao longo do tempo. Como evidências de processos historicamente construídos, essas marcas podem assumir valor cognitivo, simbólico, afetivo e estético vindo a se constituírem em bens culturais. Esses bens culturais encerram, portanto, diferentes níveis de inteligibilidade: referente ao processo de sua produção e uso na sua origem; de descoberta e uso de conhecimento e o processo de sua valorização como bens culturais. (MATTOZZI, 2008, p.140)

Para Mattozzi, o uso dos bens culturais na promoção de uma educação para o patrimônio deve obedecer a determinadas condições e estratégias que ultrapassem o uso utilitário dos bens culturais e promovam uma compreensão mais ampla destes como parte de um patrimônio mais vasto e complexo. Nessa perspectiva, a cidade é entendida como espaço educativo capaz de promover aprendizagens e processos de (re) significação dos sujeitos na sua relação com os lugares de vivência, alargando a noção de patrimônio para além dos bens tombados. Segundo ele,

a primeira condição seria que as experiências de aprendizagem se desenvolvam com a utilização dos bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museus, sítios arqueológicos, quadros autênticos, etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que esses sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela. A quarta condição é que se promova a tomada de consciência de que são a minúscula parte de um conjunto muito mais amplo que permite o conhecimento do passado e do mundo, o prazer de conhecer, a fruição estética. As últimas duas condições requerem que se generalize a descoberta do valor dos bens culturais usados e das instituições e dos sujeitos que os tutelam e os estudam (MATTOZZI, 2008, p.137).

Ampliar os saberes, práticas e memórias presentes no espaço onde vivem os sujeitos possibilita o entendimento e a análise da realidade e do cotidiano. O estudo da localidade permite aos sujeitos se situarem no momento histórico, nas relações entre múltiplas temporalidades e espacialidades, possibilitando o desenvolvimento do sentido de pertencimento e de identidade social. Nos dias atuais, a cidade, concebida como espaço de

aprendizagem ou como espaço de educação e como conteúdo educativo, está presente no debate no campo educacional trazendo a concepção de “cidade educadora”. Esse termo emergiu em 1990, no 1º Congresso internacional das Cidades Educadoras, que discutiu a importância pedagógica das cidades, contribuindo assim, para o desenvolvimento dos seus habitantes, nessa ocasião foi elaborada um documento inicial que

(...) preconiza a importância da cidade como corresponsável nos processos de construção de “novas formas de sociabilidade e interações com seus múltiplos espaços de conhecimento e múltiplas possibilidades de aprendizagem, na construção de uma pedagogia dos espaços e de uma pedagogia dos lugares” (CARTA das Cidades Educadoras, declaração de Barcelona, 1990)

Em todo mundo, as cidades estão em ascensão, segundo Tisdale, “Em 2007, o mundo alcançou um grande marco demográfico: pela primeira vez desde a história antiga, metade da população da terra agora vive em cidades” (TISDALE,2013, p.4), e o crescimento urbano é acompanhado pelo crescimento das expectativas com relação a esse espaço

De fato,as cidades de hoje estão cheias de cidadãos que querem aproveitá-las para construir vidas de significado e propósito para si e para suas famílias. Esses moradores realmente se preocupam com o lugar onde vivem. Suas esperanças e os sonhos estão ligados ao sucesso da cidade, e eles aprendem através desta lente.(TISDALE, 2013,p.4, TRADUÇÃO NOSSA)

Ao se observar o cenário urbano global, é possível perceber a necessidade de investir na criação de museus sobre a cidade, para abarcar toda complexidade da nova realidade urbana. Essa modalidade de museu deve ter “Formato multicêntrico, capaz de articular forças sociais” , além de considerar “o interesse público como sua prioridade e que ações que dêem prioridade ao acesso democrático e ao gozo da população, envolvendo conhecimento sobre a cidade onde vivem e trabalham.” (FRANCO, p. 259) Isso porque as populações estão em torno de “novos marcos urbanos, novas referências sociais, novos centros expandidos, outras formas de circulação, comunicação e interação.” (FRANCO, 258). Portanto são terrenos multiculturais, fecundos para o confronto das diferenças, especialmente as cidades de países da América Latina, que receberam grandes fluxos de migratórios durante boa parte do século XX.

Desde a mesa redonda de Santiago em 1972, ao se definir os princípios e bases do museu integral, já se avistava o papel do meio urbano no contexto museal. Nessa ocasião, ficou estabelecido

Que os museus devam servir à conscientização mais profunda dos problemas do meio urbano, das seguintes maneiras:



- Os "museus de cidade" deverão insistir de modo particular no desenvolvimento urbano e nos problemas que ele coloca, tanto em suas exposições quanto em seus trabalhos de pesquisa;
- Os museus deverão organizar exposições especiais ilustrando os problemas do desenvolvimento urbano contemporâneo;
- Com a ajuda dos grandes museus, deverão ser organizadas exposições, e criados museus em bairros e nas zonas rurais, para informar os habitantes das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades;
- Deverá ser aceita a oferta do Museu Nacional de Antropologia do México, de experimentar, através de uma exposição temporária sobre a América Latina, as técnicas museológicas do museu integral. (ICOM,1972)

Os museus de cidade tradicionais não são capazes de atender as atuais expectativas dos moradores, uma vez que se comprometem narrativa operada pelas elites que normalmente concede à cidade status conservador e homogeneizante. Segundo Tisdale,

O século XXI será a era do museu da cidade. Mas, para aproveitar esta oportunidade, essas instituições devem entender as necessidades de seus habitantes profundamente, adaptar-se a encontrá-los, e estar dispostos a deixar de lado algumas das antigas maneiras de pensar e fazer história (TISDALE, 2013, p.5,TRADUÇÃO NOSSA)

A autora analisa experiências de museus de cidade pelo mundo e destaca que essa modalidade de museu tem buscado atender

às necessidades e interesses dos moradores da cidade, (...)Envolvidos em ajudar esses moradores a criarem melhores cidades. Vários museus da cidade aqui apresentados referem-se aos seus papéis como construtores de comunidade e convocadores do diálogo cívico.(TISDALE,2013, p.6,TRADUÇÃO NOSSA)

Franco, ao analisar a metodologia aplicada na criação do Museu da cidade de São Paulo, aponta que para dar sentido ao espaço urbano como um artefato museal deve se levar em consideração que

a filosofia subjacente do museu deve ser estabelecida de perguntas, problemas e preocupações dirigidos ao museu cidade e não deve seguir uma dinâmica de cima para baixo, como é freqüentemente o caso; o presente se torne o principal componente da filosofia e ações do museu; o museu deve aceitar o desafio da interação em tempo real com diferentes populações, buscando referências representativas do tempo presente e visando uma construção coletiva da cidade futura;o ponto exato em que a cidade foi fundada deixaria de ser escolhido e reverenciado como o ponto de partida central para o museu - pelo contrário,outros pontos de referência e outros pontos de partida seriam considerados através de uma noção mais ampla de onde estão as fronteiras das cidades; outras forças em diferentes áreas da cidade mais ampla seriam consideradas como legítima e igualmente simbólica e importante; a interação prosseguirá com um número crescente de cidadãos, tornando-se parte de redes que constituem a nova lógica de viver - por que não dizer sobreviver - nos grandes centros urbanos como São Paulo;outros meios de comunicação devem ser explorados, utilizando tecnologia, mas moldando-os às intenções de cada programa de museu; deve ser adotada uma nova forma mais humana de discurso que admita e digere diferentes tipos de conhecimento, lógica e discursos, favorecendo uma arquitetura multidisciplinar. (FRANCO,p. 259-260)

Devemos considerar que não há uma única verdade sobre a cidade. Os museus de cidade podem desempenhar um papel crucial não apenas para destacar conflitos, mas também para incentivar o debate e o intercâmbio em torno das diferentes necessidades e das distintas identidades encontradas dentro da cidade contemporânea. Tisdale, levanta a questão da “ (...) história personalizada. Isto significa abrir espaço para o público explorar e reforçar identidades individuais através do conteúdo do museu, criando espaço para memórias e emoções”(TISDALE,2013,p.6)

(...) a cidade do presente cada vez mais funciona como arena de conflitos culturais. Mais do que conflitos explicitamente econômicos, ou mesmo, especificamente racionais, são as expressões identitárias que vem assumindo a liderança. (MENESES,2007, p.265)

Ulpiano Meneses afirma que nos últimos tempos têm-se reivindicado mais o reconhecimento (identidade) do que justiça social. Neste contexto, é preciso ter claro que identidade diz respeito a um

(...)processo afetivo e ideológico, o que perturba o conhecimento e o entendimento. Depois, não se trata de uma essência estável, que guarde em si seu próprio significado, mas ela é significativamente situacional, mutável, adaptativa, dependente na natureza e no grau de variáveis conjunturais (MENESES, 2007, p. 266)

O resultado da naturalização da ideia de identidade é a despolitização do conflito, porque

(...) a identidade constitui mais do que mecanismo de auto referência, mecanismo de exclusão, de estabelecimento de fronteiras e de busca de diferenças e incompatibilidades para legitimar interesses ou defender-se de ameaças. (MENESES,2007, p.265)

Ao analisarmos a cidade na sua tríplice dimensão - como artefato, campo de forças, e representação social- podemos enquadrar melhor o debate de questões como a das identidades, tema recorrente dentro do horizonte do museu de cidade, e evitar, dessa maneira, os cultos identitários, e com eles a naturalização do conflito.

Dessa forma, para evitar o enaltecimento identitário às custas do demérito uns dos outros, o museu de cidade deve considerar a própria identidade objeto de abordagem, debate e crítica, levando em consideração seus “suportes, matrizes sociais, funcionamento, efeito, transformações” (MENESES, 2007, p.266).

Portanto, é essencial analisar como o museu de cidade pode contribuir para o desenvolvimento local, na medida em que assume novos temas e novos patrimônios, surgidos de demandas e especificidades locais. Entender a cidade como o próprio objeto do museu é

fundamental para a compreensão dos pressupostos da educação patrimonial e museal que alicerçam esse estudo. E ainda, que a forma de promover conhecimento tendo como princípios a participação e a autonomia propicia o acesso efetivo aos bens culturais, assim como contribui para o desenvolvimento local. Isso representa um avanço, no sentido de admitir que as desigualdades presentes na sociedade se refletem também na apropriação do patrimônio cultural. Dessa forma a pesquisa desenvolvida entende o Inventário Compartilhado como ferramenta, cujo uso educacional poderá contribuir para ampliar o acesso aos bens patrimoniais urbanos assim como para estimular processos críticos de construção de identidades e conhecimento da cidade.

Nesse processo o papel do inventário compartilhado é crucial, uma vez que ele permitirá identificar novos patrimônios cujo reconhecimento é formulado pela população, independentemente do aval dos especialistas em patrimônio; estabelecer uma conexão da escola com a cidade educadora, pelo viés do patrimônio; delinear novas formas de se constituir o acervo dos museus de cidade, considerando os pressupostos inclusivos da Nova Museologia.

## **2 INVENTÁRIO COMPARTILHADO: CONEXÕES ENTRE A COMUNIDADE ESCOLAR, O PATRIMÔNIO URBANO E O MUSEU LOCAL**

O Inventário Compartilhado é analisado neste capítulo como recurso de educação patrimonial. Procurou-se compreender como essa ferramenta pode contribuir para a construção do protagonismo da comunidade escolar em processos de patrimonialização/musealização. O seu uso no contexto escolar permite a esse público discutir e eleger memórias e vestígios do passado significativos para serem preservados, ao mesmo tempo em que são estimulados a compreender a si mesmos como atores da história da cidade. Constitui-se, dessa maneira, em um recurso de sensibilização e de construção de conhecimento e interpretação patrimonial por grupos sociais que se encontram apartados das políticas de patrimônio, assim como dos museus.

Algumas propostas e experiências institucionais de Inventário Compartilhado, ainda que realizadas em contextos distintos ao da realidade escolar, serviram de ponto partida para a construção dessa metodologia empregada ao contexto de sala de aula. Em concordância com os pressupostos que orientam esse tipo de inventário, a elaboração dessa metodologia ocorreu por meio de um projeto desenvolvido de maneira compartilhada com uma turma da EJA, no segundo semestre de 2017.

As turmas da EJA podem ser apontadas como público alvo da ação educativa por meio do Inventário Compartilhado. Por se tratar de sujeitos que historicamente não tiveram ou não puderam ter acesso à educação, como um direito de cidadania, boa parte desse público encontra-se excluída não apenas do acesso aos saberes sistematizados, mas também aos bens e equipamentos culturais, incluindo o patrimônio. Considerando que o direito a uma educação de qualidade para esses sujeitos é uma dívida histórica do Estado e da sociedade, ações que promovem a autonomia e o protagonismo desses estudantes, a exemplo da educação patrimonial, são fundamentais para garantir uma perspectiva cidadã e emancipadora à EJA. Segundo Maria Margarida Machado,

(...) tratamos o tema da EJA sob o olhar da legislação atual no Brasil, portanto, estamos falando de escolarização. Cabe ressaltar, todavia, que a EJA não se reduz a escolarização. Sua história, na realidade brasileira, e também na realidade latino-americana, abarca a luta pelo direito de acesso, permanência e conclusão da escolarização com qualidade, em consonância com inúmeras outras lutas: pelos direitos à saúde, ao trabalho, à moradia digna (seja no campo ou nas cidades), à igualdade de gênero, ao respeito às diversidades, dentre tantas outras, que a configuram como educação ao longo de toda a vida e pela construção de uma sociedade que, de fato, seja espaço de vivência e convivência de todas e todos. (MACHADO, 2016, p.432)

A proposta metodológica desenvolvida aqui não se limita à EJA, embora esse seja considerado o público alvo. Ela poderá ser utilizada em diversos contextos educacionais, que tenham como objetivo a ampliação do uso e significado social do patrimônio, por meio de ações inclusivas, que contemplem os diversos sujeitos, em especial, aqueles que foram historicamente excluídos desses processos e lugares. Essa é uma opção pedagógica, que poderá ser usada nas escolas, por professores do ensino fundamental e médio que buscam os museus e o patrimônio como possibilidades educativas de construção de conhecimento e identidade coletiva. O seu uso não se esgota ao contexto escolar, podendo também ser empregado em outras experiências de educação informal.

## 2.1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DO INVENTÁRIO COMPARTILHADO

As práticas educativas que têm como referencial o patrimônio cultural, encontram na realidade social múltiplas experiências ancoradas em variados pressupostos teóricos e conceituais. No Brasil, a ideia de educação patrimonial foi introduzida com a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial, de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro. Publicação pioneira, o guia se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN. Apresenta conteúdo baseado em uma proposta metodológica que defende a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas. De acordo com as autoras, Educação Patrimonial consiste em um “processo permanente e sistemático”, centrado no “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Esse material apresenta um diferencial para trabalhar educação patrimonial que é o uso do objeto material como elemento do qual se dão processos educativos, de acordo com as autoras o objeto real é fundamental como fonte de informação sobre as relações sociais e contexto histórico em que foi produzido, portanto repleto de significados construídos pela sociedade que o criou, nessa perspectiva:

Descobrir esta rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um

ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização é a tarefa específica da Educação Patrimonial. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.7)

A autora Maria Célia Santos também compreende a educação patrimonial e ou museal de forma processual. Segundo ela, trata-se de um

(...) processo que deve ter como referencial o patrimônio cultural, considerando que este é um suporte fundamental para que a ação educativa seja aplicada, levando em consideração a herança cultural dos indivíduos, em um determinado tempo e espaço, considerando que as diversas áreas do conhecimento não funcionam como compartimentos estanques, mas são parte de uma grande diversidade, que é resultado de uma teia de relações, em que cultura, ciência e tecnologia em cada momento histórico, são construídas e reconstruídas pela ação do homem, produtor de cultura e conhecimento (SANTOS, 1987, p.3-4)

Nesse sentido a escola, como lugar que converge distintos conhecimentos e sujeitos, pode contribuir para esse processo de reconstrução contínua da herança coletiva.

Denise Grinspum, a partir do contexto dos museus de arte, formulou eixos de uma política educacional cujas bases se assentam no que ela denominou Educação para o Patrimônio e que pode ser entendido como:

(...) mediação que propicia aos diversos públicos a possibilidade de interpretar bens culturais, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios da cultura material e imaterial com excelência e igualdade (GRINSPUM, 2000, p.27).

Um dos alicerces da formação patrimonial por meio do Inventário compartilhado que ampara esse trabalho é o conceito de ação cultural tal como proposto pelo Dicionário de Política Cultural, de Teixeira Coelho: “processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura”.(COELHO,1999, p.32).Nessa perspectiva, não se pretende oferecer uma receita, porque a educação como ação cultural não segue modelo, mas sim apontar essa atividade como uma opção pedagógica possível, e que deve ser adaptada as necessidades específicas regionais, sociais, temporais das múltiplas realidades educacionais. Trata-se de um processo que visa o desenvolvimento dos sujeitos e não necessariamente um produto; e que, tendo um início claro, não tem um fim determinado, não esgotando possibilidades e a experiência criativa e livre da aprendizagem. (COELHO,1999)

Em conformidade com essa perspectiva, o Programa Nacional de Educação Museal, compreende os museus “(...) enquanto espaços não-formais de educação, como importantes aliados das escolas atuando como espaços de aprendizado e de fruição, de admiração estética e de apropriação, de significação de conhecimentos e de saberes”(PNEM, p.13). Essa vocação

educacional dos museus visa dar autonomia aos indivíduos e promover a construção de conhecimento. De acordo com Desvallées e Mairesse,

A educação, em um contexto mais especificamente museológico, está ligada à mobilização de saberes relacionados com o museu, visando ao desenvolvimento e ao florescimento dos indivíduos, principalmente por meio da integração desses saberes, bem como pelo desenvolvimento de novas sensibilidades e pela realização de novas experiências. (2013, p.38)

Inspirada em Paulo Freire, Lopes propõe que a educação nesses espaços deve ser inclusiva e libertadora. Segundo a autora, existem três categorias de animação (sic) nos Museus, as duas primeiras são as terapêuticas e as promocionais, que correspondem ao que Freire identifica como educação bancária. A “terceira categoria de animação, a conscientizante, é uma proposta de ação comunitária para a transformação cultural e social, pelo incentivo à participação ativa e à criatividade dos usuários.” (LOPES, 1991, p.443). Essa última categoria, comprometida com a conscientização, entende a educação museal como emancipadora, capaz de promover a construção de conhecimento nesses espaços não formais de educação, não estando, portanto, reduzida a complementar o conhecimento desenvolvido na escola. Para tanto, a ação educativa dos museus não pode estar limitada a uma metodologia, ou à aplicação de determinadas técnicas, Segundo Maria Célia Santos:

A sua riqueza está nas escolhas que fazemos dos métodos e técnicas, em interação com os nossos pares e com os muitos sujeitos sociais envolvidos com os projetos, tendo como referencial as nossas concepções de museologia, de museu e de educação, buscando, a cada momento, a flexibilidade necessária no sentido de adaptá-los aos diferentes contextos e patrimônios. Assim, com a nossa criatividade, estamos contribuindo para a construção de novos métodos e técnicas, que só terão sentido se forem contextualizados e se levarem em consideração a unidade e a diversidade do ser humano. (SANTOS, 2007, p. 14-15)

A partir dessas diretrizes de educação patrimonial/museal, é possível afirmar que o Inventário Compartilhado propicia a interpretação do patrimônio, por meio de uma ação cultural compreendida como processo e não um produto, o qual favorece a construção criativa de significados. Esse processo insere-se como exercício de cidadania na medida em que oferece acesso físico que se traduz na “possibilidade de contato direto com ou de exposição a uma unidade ou modo cultural” e também no acesso intelectual, que dá “possibilidade de apreender um produto cultural em todas as suas dimensões e de transformá-lo em matéria-prima para elaboração de interpretações da vida e do mundo”.(COELHO, 1999,p.35)

Contrapondo a essa ideia, a animação cultural, limita-se ao uso da cultura para simples fim de diversão, “não se caracteriza pela criação das condições a partir das quais seus

receptores possam inventar seus próprios fins, tornando-se sujeitos da ação (...)”.(COELHO, 1999,p.43).

Portanto, a proposta de formação patrimonial apresentada aqui, busca estar em consonância com as ações culturais emancipadoras que promovem os sujeitos e lhes confere cidadania por meio do acesso à cultura da sociedade da qual fazem parte, garantido o direito à produção cultural e à memória histórica.

Documentos importantes, que têm balizado propostas da Nova Museologia, defendem que os museus devem adotar uma perspectiva comprometida com o desenvolvimento local por meio do fomento cultural. Esse é o exemplo da Declaração de Quebec, que promulga uma museologia ativa, que prioriza o desenvolvimento das populações. Autores, como Varine, também defendem a apropriação do patrimônio cultural como fator importante para o desenvolvimento das comunidades marginalizadas. Para o autor, é fundamental que a população faça parte da tomada de decisões, por meio de ação direta. O museu e o patrimônio cultural devem ser articulados aos demais instrumentos e políticas da comunidade- culturais, sociais, econômicos e educacionais - em prol de seu desenvolvimento.

Na maioria dos casos, em minha experiência, a museologia comunitária preocupa-se em libertar as próprias pessoas da alienação cultural, ou liberar sua capacidade de imaginação ou iniciativa, ou liberar a consciência dos seus direitos de propriedade sobre seu patrimônio, tanto material quanto imaterial. (VARINE, 2014, p.32)

Lorena Sancho Querol, em seus estudos sobre Inventário Participado, amparada em autores como Hugues de Varine e Cristina Bruno, defende a ideia de que o museu é um bom instrumento de desenvolvimento das comunidades, concebido a partir do território e da participação popular. De acordo com a autora:

(...) quer De Varine, quer Bruno, consideram que o novo conceito de patrimônio constitui um capital social, cultural e econômico vital no processo de desenvolvimento do território, sendo a participação o conceito gerador de cada uma das fases deste processo de desenvolvimento, que se dá através de instituições de expressão e ação local, como o museu. (QUEROL, 2013, p.177)

Querol argumenta que inventariar de forma participativa possibilita que o patrimônio seja protegido e reconhecido pela sociedade. Referindo-se à salvaguarda do patrimônio imaterial, considera ser necessário;

(...) equacionar quais os princípios, os métodos e as práticas mais apropriados para o exercício de uma função museológica como a do inventário, se queremos que ela responda a um modelo de patrimonialização socialmente comprometido com a dimensão imaterial das nossas culturas e com a emergência de novas formas de salvaguarda de caráter coletivo (QUEROL, 2013, p.167).



Há uma convergência no pensamento de todos os autores citados de que a educação patrimonial deve ser concebida como um processo criativo, de mediação entre sujeitos e a sua herança cultural, compreendida em sua dimensão material e imaterial, e que contribui para inclusão cultural e o desenvolvimento local. No que concerne ao Inventário compartilhado, pode-se concluir que se trata de uma dentre outras metodologias, que visam ampliar o acesso aos espaços museológicos através do fortalecimento dos vínculos entre os sujeitos e o patrimônio.

No cenário museológico, os inventários do patrimônio surgem como medidas de salvaguarda desenvolvidos por especialistas. É procedimento que tradicionalmente convoca um conhecimento “científico” que legitima as escolhas do que preservar. No próximo subtítulo analisaremos como esse artifício museológico, no âmbito da museologia e patrimônio cultural renovados, pode possibilitar transferir o processo de reconhecimento do que preservar para parcelas da população.

## 2.2. USO RENOVADO DO INVENTÁRIO

O conceito de inventário está relacionado em sua origem com a museologia clássica, sendo uma metodologia que se desenvolveu principalmente para tratar o patrimônio histórico-artístico. Segundo a legislação de Portugal, a ação museológica de inventariação é definida como “o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação” (Artigo 19º, Lei nº 107/2001). No Brasil, o inventário não possui regulamentação em âmbito nacional, que estipule normas relativas aos seus efeitos. No entanto, no artigo 216 da Constituição Federal, prevê o inventário em seu § 1º, no seguinte texto: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (BRASIL, 1988)

Na definição de Marcos Paulo de Souza Miranda,

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância

histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc. (MIRANDA, 2008, p.8).

O inventário é apresentado, portanto, como uma forma de registrar informações e produzir conhecimento sobre o patrimônio, restrito aos especialistas. Para o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), “o inventário é uma das atividades fundamentais para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural”. E adiciona: “Toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural depende do conhecimento dos acervos existentes” (IEPHA, 2012, p.10).

Por tradição, o inventário é elaborado nas instituições de preservação com o objetivo de identificar e registrar bens culturais para fins de sua proteção. É um procedimento que convencionalmente esteve associado ao conhecimento especializado de profissionais como arquitetos, historiadores, conservadores, museólogos, os quais se encarregam, respaldados em seus saberes, de selecionar o que deve ser preservado para a posteridade. Nessa concepção tradicional, é inconcebível que o inventário seja realizado por não especialistas, uma vez que os saberes e as ciências populares não fazem jus a esse instrumento de proteção.

Dessa maneira, é possível afirmar que, construído sob o olhar exclusivo de especialistas que não são sensíveis aos anseios populares de representação, o inventário valida determinados bens culturais como dignos de serem preservados, sem considerar a ressonância desse patrimônio para grupos e comunidades. Nessas circunstâncias o saber especialista ou o saber científico, se contrapõe ao saber oriundo da cultura popular. Nas palavras de Melo Neto,

O conhecimento dito científico,(...) por meio de uma cantilena permanente, elege a razão como a única em condição de constituição de um conhecimento capaz de aproximação ao objeto de desejo de se conhecer. Essa ciência daí gerada assume, até certo ponto, uma capacidade mágica de erradicar a ignorância da humanidade, retirando-a das trevas do desconhecimento, elevando-a à condição de progresso. (MELO NETO,2013, p.138)

Ao contrário desse emprego tradicional do inventário, esse trabalho apresenta a proposta de um instrumento com um perfil renovado, que considera o saber especialista como aliado da população, na promoção do acesso e compreensão de seu patrimônio cultural, embasado na Nova Museologia, cujos preceitos foram discutidos no capítulo anterior.

Entende-se que as potencialidades do inventário não se esgotam em sua função tradicional. Elas se expandem para o campo da educação patrimonial, agregam novos sujeitos e manifestações culturais no rol dos patrimônios, podendo contribuir para processos de emancipação de comunidades. A proposta desse tipo de inventário é conferir à comunidade,

grupos sociais, etc, o papel de inventariante e não apenas de informante, evidenciando a participação, aprendizagem mútua, e o protagonismo. Adota-se, por conseguinte, a definição de Inventário Participativo desenvolvida por Lorena Sancho Querol:

Definir o conceito de Inventário Participativo, como uma variante democrática do inventário, que consiste no envolvimento das pessoas e das comunidades na identificação e documentação de recursos culturais, incluindo o seu reconhecimento como elementos de identidade e pessoal local, ou seja Patrimônio cultural. "(Querol, 2011, p. 319-320)

Nessa perspectiva inovadora, o inventário é compreendido enquanto fonte de conhecimento que auxilia e capacita os estudantes para compreender e valorizar os bens patrimoniais da sua cidade.

Algumas experiências que utilizaram o inventário de forma compartilhada ou colaborativa, priorizando os saberes populares de algumas comunidades, corroboram a ideia de que este instrumento não se limita à competência dos especialistas, podendo ser uma boa ferramenta de aprendizagem e pesquisa para os sujeitos que procuram se aproximar do seu patrimônio cultural. É o que será tratado a seguir.

## 2.3 INVENTÁRIO COMPARTILHADO COMO EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL

As experiências abordadas a seguir utilizaram o Inventário Compartilhado em comunidades que, excluídas dos circuitos culturais hegemônicos, utilizaram desse recurso para alcançar protagonismo e representação no quadro do patrimônio cultural local. Tais experiências evidenciam o papel que o Museu pode desempenhar na promoção de inclusão social e na formação política de indivíduos e comunidades que se engajam em processo para forjar suas próprias narrativas museais.

A análise de experiências de Inventários Compartilhados permitiu construir uma metodologia para o âmbito escolar. O aporte teórico referente ao patrimônio e ao museu, numa perspectiva ampliada, das relações entre museu e cidade, e da chamada museologia social serviu como base e fio condutor do trabalho.

Como já tratado na nota 1, alguns projetos utilizam o termo Participativo, para denominar tal metodologia, como do IBRAM, ou ainda o IPHAN. Adotou-se, nesse trabalho, a denominação Inventário Compartilhado, devido ao método cooperativo e reflexivo que se pretende construir em sala de aula. Enquanto participativo diz respeito a “participar

ativamente em alguma atividade ou tarefa”. Compartilhado significa “fazer parte com alguém” (FERREIRA,1999)

Ao se realizar uma pesquisa sobre o tema, Inventário Compartilhado, é possível encontrar algumas experiências, principalmente em comunidades que recorrem aos museus comunitários buscando o reconhecimento e valorização de sua cultura e patrimônios invisibilizados em espaços museais tradicionais. Segundo Varine, um museu clássico tem um objetivo oficial, que é servir ao conhecimento e à cultura. “Um museu comunitário tem outro objetivo: servir à comunidade e ao seu desenvolvimento.” (VARINE, 2014, p.2). Nessa perspectiva, nas últimas décadas, a relação do museu com a comunidade tem-se estreitado em todo o mundo.

As experiências analisadas foram a de Atouguia da Baleia, uma freguesia portuguesa do Concelho de Peniche, distrito de Leiria; o programa Pontos de Memórias, implementado em comunidades periféricas de diversas regiões brasileiras e a proposta do IPHAN de inventário na Educação Patrimonial. Foi analisada também a proposta de criação do Museu da Cidade de São Paulo, experiência que, embora não tenha utilizado o inventário, desenvolveu métodos inovadores de pesquisa, com ênfase na participação e colaboração, envolvendo grupos de especialistas e membros da comunidade.

A freguesia de Atouguia da Baleia, utilizou a estratégia de Inventário Participativo na implementação do seu polo museológico, que acredita na importância do princípio da participação em Sociomuseologia;

sobre a ação museológica de inventariação, com destaque para o Inventário Participativo, considerando o necessário reconhecimento e apropriação das referências patrimoniais por parte da comunidade; sobre a importância de uma reflexão dialógica, onde teoria e prática se interligam e consubstanciam; sobre a importância de uma mais-valia que a interdisciplinaridade tem para a Sociomuseologia; sobre a forma como sequências de métodos participativos contribuem para um maior conhecimento do terreno em causa e para o fortalecimento da ligação museu-comunidade-território; e sobre a educação patrimonial como esteio de cidadania, desenvolvimento e valorização do património cultural.(JANEIRINHO, 2013, p.72)

A preocupação era envolver a comunidade com o seu património cultural através do levantamento dos elementos patrimoniais da sua região, fortalecendo a relação “museu-população e a (re)apropriação, por parte da comunidade, dos seus patrimónios, considerando a articulação entre património e desenvolvimento, contribuindo para uma melhor gestão desse legado patrimonial.” (JANEIRINHO, 2013, p.73)

A premissa do projeto de Atouguia da Baleia é a pesquisa, ou seja, a comunidade assume o papel de pesquisadora, ao desenvolver estratégias como mapeamento, visitas de

reconhecimento aos locais, entrevistas individuais ou em grupo, enfim, procedimentos de levantamento, reconhecimento e valorização do seu patrimônio cultural.

O trabalho de campo desenvolvido pelo projeto guarda correspondência com os princípios da investigação-ação inspirados na teoria de pesquisa-ação de Thiollent. De acordo com esse método de pesquisa, a comunidade tem papel comprometido com a ação-reflexão, associado à racionalização da experiência de campo, uma vez que, com base nas ações concretas que se desenvolvem no terreno, se procura refletir, teorizar, aprender e explorar novos caminhos, numa relação entre a equipe de investigadores, técnicos e o grupo em foco.

Trata-se de metodologia adequada ao trabalho, pois busca, por meio de abordagens mais livres e criativas, alcançar representatividade, já que é um tipo

(...)de pesquisa social com base empírica, realizada para a resolução ou esclarecimento de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes, desempenham um papel ativo, executando de fato uma ação, de modo cooperativo e participativo perante a situação em que estão envolvidos. (THIOLLENT, 2011, p.15)

A pesquisa-ação privilegia as vivências dos sujeitos, em contextos que valorizam a criatividade, como defende o pesquisador Cassio Hissa, “Os mais criativos modos de fazer assumem a direção das rotas e, com isso, os argumentos de pesquisa libertam-se das linhas retas, das metodologias convencionais, de maneira, a fortalecer as possibilidades de convencer o outro” (HISSA, nota 70, 2013). De acordo com Thiollent, é um modo de conceber e organizar uma pesquisa social prática ancorado em questionários, entrevistas, documentações, mapeamentos e diagnósticos.

Tendo como exemplos experiências como a desenvolvida em Atouguia da Baleia, e apoiada nas premissas da pesquisa-ação, o desenvolvimento do Inventário Compartilhado buscou assegurar a reflexão e a colaboração dos estudantes. No curso do processo, eles puderam compreender que o projeto ia além de um simples mapeamento do patrimônio, que a relação com os bens culturais envolvia construção de conhecimentos e aprendizagens e que aquela experiência na sala de aula poderia servir de modelo para outros contextos.

No contexto brasileiro, o programa Pontos da Memória, implementado desde 2009 pelo Ministério da Cultura, com o apoio do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), propõe o desenvolvimento de Inventários Participativos, com vistas ao “desenvolvimento processual, no intuito de aprimorar os acervos que representam as iniciativas comunitárias de memória e museologia social.” (SILVA, 2013, p.1). A argumentação é que

Os inventários participativos em comunidades historicamente excluídas, onde os patrimônios foram até então negligenciados, é de extrema importância, pois o reconhecimento de tais patrimônios pode significar uma nova perspectiva de formação do patrimônio social brasileiro, onde se reconhece a importância das diferentes contribuições sociais para a construção da Nação. (SILVA, 2013, p.1)

Sob tais argumentações o programa Pontos de Memórias foi implementado em 12 diferentes periferias de capitais brasileiras, estabelecendo como uma de suas principais estratégias o Inventário Participativo. Esses pontos de memória iniciais são: Taquaril (Belo Horizonte/MG), Grande São Pedro (Vitória/ ES), Brasilândia (São Paulo/SP), Mangue do Coque (Recife/PE), Beiru (Salvador/BA), do Grande Bom Jardim (Fortaleza/CE), de Terra Firme (Belém/PA), Estrutural (Brasília/DF), Museu Cultura Periférica Jacintinho (Maceió/AL), Museu Comunitário Lomba do Pinheiro (Porto Alegre/ RS), Museu de Periferia — MUPE (Curitiba/PR) e o Museu de Favela — MUF (Rio de Janeiro/RJ).

Os idealizadores do projeto ofereceram apoio técnico e formação para que as comunidades se apropriassem de conceitos e ferramentas da Museologia Social. De acordo com a publicação do IBRAM, *Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social*, foram desenvolvidas atividades em quatro etapas: a sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa; as ações museais; inventário participativo e construção de produtos de difusão. Analisadas a seguir, tais etapas foram tomadas como matrizes para a elaboração da metodologia desse trabalho.

A etapa de “Sensibilização comunitária e formação de instância deliberativa” tem como objetivo envolver e mobilizar as comunidades em torno de questões relacionadas com as memórias, políticas culturais, identidade, questões socioculturais e políticas. Nesse momento, é imprescindível o trabalho na comunidade. Nessa ocasião, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/Minc) apresenta o programa para as lideranças das comunidades, com o objetivo de formar um grupo representativo, que se responsabiliza pela execução do projeto e por sua interlocução com os demais grupos. Cada comunidade se encarrega de realizar seminários e reuniões para eleger membros da instância deliberativa, e construir seus métodos e ações para a formação da equipe e estratégias de organização.

No ponto de memória da Grande São Pedro, nessa etapa, foi realizada uma pequena exposição de fotos e documentos, que contou com a presença de lideranças religiosas e de movimentos sociais. O Ponto de Memória Museu do Taquaril convidou a comunidade por meio de cartas endereçadas a representantes de entidades e grupos locais, para um encontro que contou com a participação da equipe do Ibram. Nesse encontro foi formado um grupo com 12 membros que trabalhou na realização de um seminário de Apresentação e Criação do

Ponto de Memória do Museu do Taquaril. (IBRAM, p.21). O que se observa é que nessa etapa os projetos dos Pontos de Memória, tendo em vista a valorização dos indivíduos e seu protagonismo na ressignificação da memória local utilizam estratégias como oficinas temáticas, ministradas pelos próprios moradores e as equipes de formadores, plenárias para formação de equipe do Conselho Gestor do Ponto de Memória, debates e rodas de memórias.

A etapa seguinte, “Ações Museais”, envolve as formas e processos criativos de registros e valorização da memória local. Ela se concretiza em formatos diversos, tais como exposições itinerantes, rodas de memórias, festivais, saraus, feiras, pesquisas históricas, entre outros. Em Maceió, no Ponto de Memória do Jacintinho tais ações tiveram o propósito de resgatar a autoestima dessa comunidade que é composta por descendentes de quilombolas. Foi realizada, em 2011, uma roda de memória para discutir temas ligados às questões de gênero - “Mulheres por Mulheres” - que contou com a participação de lideranças femininas em vários segmentos - religioso, social, político, cultural e educacional. No ano seguinte, em 2012, foram organizados os “Chás da Memória” para compartilhar histórias e recolher acervos fotográficos, documentais e de objetos. (IBRAM,2016, p.30)

Em Salvador, o Ponto de Memória de Beiru, nome do bairro que reverencia o herói negro do século XIX, valoriza a comunidade, trazendo à tona suas histórias de luta e resistência, a história dos terreiros, quilombos e aspectos da cultura afro-brasileira. O Ponto de Memória realiza ações nas escolas, universidades e entidades comunitárias. São realizadas apresentações de capoeira, “galerias vivas”, nas quais os estudantes apresentam a imagem de mestres da capoeira relatando suas histórias de vida, valores e ensinamentos. O *Cine Beiru* promove a exibição de filmes e documentários com programação voltada para a diversidade cultural. Foi produzida uma cartilha ilustrada que conta a história de personagens negros e apresenta acervos inventariados pela comunidade. “Atualmente o Ponto de Memória Beiru, luta para que o nome do bairro permaneça Beiru, em vez de Tancredo Neves, como há um tempo passou a ser conhecido” (IBRAM,2016,p.35). Isso mostra como a disputa pela memória se expressa pela luta em manter o nome original do bairro, colocando de um lado, o fortalecimento das memórias da comunidade e de sua trajetória de resistência, e, de outro, a memória oficial e sua operação de apagamento da trajetória dos excluídos.

Dentre as etapas da metodologia proposta para o desenvolvimento dos Pontos de Memória destaca-se a realização do Inventário Participativo “processo no qual as comunidades assumem, em primeira pessoa, a identificação, a seleção e o registro das *referências culturais* mais significativas para suas memórias e histórias sociais” (IBRAM, 2016, p.34). Nesse momento, quanto maior for o envolvimento de diferentes segmentos da

comunidade, mais chances se tem de que o inventário seja representativo da memória, história e cultura daqueles grupos.

Um exemplo a ser analisado é o que ocorreu no Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, onde foi realizado o Inventário Participativo com a Comunidade do bairro. Nessa experiência, por meio de eleição, a comunidade escolheu bens culturais que considera importante para representá-la. Para a realização do Inventário ocorreu primeiro um encontro entre Conselho Gestor, pesquisadores, pessoas da comunidade para traçar o planejamento da execução da ação. Em um segundo momento, foram oferecidas para esse grupo oficinas de capacitação em conservação de acervos, em parceria com o Ibram/Minc e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), com o objetivo de preparar o grupo para a manipulação, guarda e a conservação dos objetos que seriam coletados durante o inventário. Na fase de preparação do inventariamento, foram usados instrumentos de sondagem, foi feita uma pesquisa de registros e mapeamentos anteriores e levantamento de experiências semelhantes de Inventário. A pesquisa considerou tanto os saberes dos pesquisadores profissionais, quanto os saberes e conhecimentos empíricos dos moradores. Foi construído o seguinte conceito de Inventário Participativo

O inventário participativo consiste no procedimento de relacionar bens patrimoniais de caráter material e imaterial de forma participativa, ou seja, criando e promovendo mecanismos capazes de considerar a opinião e a participação constante de um número significativo de pessoas e/ou grupos pertencentes à comunidade que possui o patrimônio a ser inventariado. (SILVA, 2013, p.6)

Para a execução do inventário houve preocupação em mobilizar número significativo de moradores. As lideranças comunitárias tiveram papel importante nesse momento, promovendo reuniões com os moradores e debates acerca do reconhecimento do patrimônio cultural local. Do ponto de vista dos moradores da comunidade de Lomba, avalia-se que:

O inventário participativo possibilitou um autorreconhecimento dos grupos sociais do bairro enquanto partícipes da construção histórica do lugar, assim como vem possibilitando o reconhecimento do trabalho de valorização das memórias e histórias locais a partir de diferentes lentes do cotidiano. Também possibilitou novas relações entre as comunidades, provocando diálogos com os diferentes grupos que compõem as matrizes culturais do bairro (Conclusão construída pelos moradores, publicada por IBRAM, 2013, p.43)

A quarta etapa, denominada pontos de difusão, trata de tornar públicas as representações das memórias e identidades coletivas construídas durante todo o processo metodológico. Os formatos são variados, podendo ser exposições, documentários, publicações e outros. A ideia é que esses produtos tenham alcance não apenas para a comunidade, mas atinjam outros públicos, extrapolando os limites comunitários.



O MUF, Museu da Favela, no Rio de Janeiro, escolheu como produto de difusão a realização de exposições temporárias. A primeira aconteceu por ocasião do lançamento do livro Casas-telas, publicação que resulta do registro detalhado do circuito museal, a partir das pinturas nas fachadas das casas, que contam histórias dos sujeitos da comunidade. O MUF entende que as exposições são eventos que dão oportunidade para as gerações se conectarem em um diálogo de reconhecimento do território pautado nas práticas culturais.

Experimentamos a musealização dos saberes e fazeres, das práticas e das vivências, preservando a espontaneidade e a diversidade de sentimentos, movimentos e expressões. Conservamos a dinâmica do encontro e as possibilidades de conexão entre acervos que fazem parte do morro e dos acervos que interagem com o morro, compondo, assim, uma experiência museológica pautada na relação entre os sujeitos. (IBRAM, 2013, p.70)

Pode-se concluir que a partir do ponto de vista dos próprios moradores das comunidades, que o Programa Pontos de Memória promoveu conhecimento e valorização da memória local; fortalecimento das identidades e laços de pertencimento, aspectos que concorrem para a melhoria da qualidade de vida.

Em consonância com o programa de Pontos de Memória, o IPHAN construiu uma proposta de educação patrimonial por meio de Inventários Participativos. Para a realização desse trabalho o IPHAN se baseou em metodologias desenvolvidas anteriormente por eles, como o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC e o Inventário Pedagógico. Este último foi resultado da participação do IPHAN na atividade de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação do MEC, uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que busca induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Com o objetivo de abarcar a diversidade de contextos culturais e faixas etárias atendidas pelo programa, o IPHAN adaptou o material para ampliar o alcance para além do Programa Mais Educação.

Assim, foram feitos ajustes textuais, redefinindo seus potenciais usos e objetivos. A partir dessa reformulação, o alvo primordial dos “inventários participativos” passou a ser a mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação. (IPHAN, 2016, p.6)

A publicação do IPHAN se apresenta como uma espécie de manual que oferece o passo a passo do inventário: como realizar a pesquisa de campo, a organização e tratamento dos documentos, além de trazer modelos de fichas de inventários, dando acesso a ferramentas metodológicas que comumente são de trato exclusivo de especialistas. Apesar de muitos méritos, esse material do IPHAN não contempla um ponto importante para a construção de

conhecimento que é promover a reflexão e o pensamento crítico ancorados em uma concepção de educação problematizadora.

De acordo com Freire, uma “educação popular e verdadeiramente libertadora, se constrói a partir de uma educação problematizadora, alicerçada em perguntas provocadoras de novas respostas, no diálogo crítico, libertador, na tomada de consciência de sua condição existencial” (Freire, 2004, p.118).

#### Segundo o IPHAN

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local. (IPHAN,2016, p.7)

Nessa concepção, o Inventário é apresentado como procedimento que possibilita ao sujeito identificar o seu patrimônio cultural. Não há uma preocupação em assegurar uma aprendizagem significativa, construída a partir da reflexão, que problematize o patrimônio e as relações que o tangencia. Do ponto de vista freireano o conhecimento inicia pela busca,

pela investigação acerca do tema gerador: situações existenciais, concretas, que se encontram “codificadas” pela realidade, para então chegar à “descodificação”: “análise e conseqüente reconstituição da situação vivida: reflexo, reflexão e abertura de possibilidades concretas de ultrapassagem” (FREIRE, 1999. p. 05)

A possibilidade de ultrapassagem, proposta por Freire, significa dar condições aos sujeitos de refletir e debater acerca das relações sociais, políticas, econômicas e de poder implicadas em determinadas realidades. Freire chamou esse processo de investigação de “universo temático” ou conjunto de “temas geradores”, os quais se referem aos níveis de percepção da realidade do sujeito e à sua visão das relações homens-mundo e homens-homens. É a partir desse universo que a aprendizagem se processa, numa perspectiva investigativa, reflexiva e criativa. Pode-se considerar que, para efeito da educação patrimonial e, em particular do inventário compartilhado, os temas geradores seriam a cidade, a memória e o próprio patrimônio.

Os temas geradores não são um programa a ser doado para o povo ou um “roteiro de pesquisa do universo temático a partir de pontos prefixados pelos investigadores que se julgam a si mesmos os sujeitos exclusivos da investigação”. A investigação da temática é a investigação do próprio pensar do povo. Investigação essa que não pode ser feita sem o povo, como sujeito de seu pensar. Se não fosse assim, ela estaria reduzida a esquemas rígidos, “ao fazer do povo objeto passivo de sua ação investigadora”. (FREIRE, 1999, p. 118).

A proposta de criação do Museu da Cidade de São Paulo, a ser analisada em seguida, constituiu uma experiência inovadora que produziu conhecimentos significativos, pelo

emprego de uma metodologia interdisciplinar e participativa. A proposta enuncia a concepção de um novo modelo de museu de cidade, que se articula premissas de coleta contemporânea de acervo a métodos de mobilização social. (FRANCO,2013)

Para a construção do Museu da Cidade de São Paulo foram realizados alguns experimentos, sendo um deles a “Expedição São Paulo: 450 anos”, que tinha o propósito de “obter uma tomografia contemporânea da cidade.” Foi realizada uma “viagem urbana de caráter interdisciplinar com método e intencionalidade inovadores, uma vez que não se tratava de uma viagem ingênua e nem de um grupo de acadêmicos que queriam confirmar suas teses.” (FRANCO, 2013) A coordenação do projeto decidiu realizar duas rotas, norte-sul e leste-oeste. Foram constituídos dois grupos de participantes, formados por antropólogos, arquitetos, educadores, psicanalistas, arqueólogos, artistas, fotógrafos, cineastas, museólogos, sociólogos, geógrafos, ambientalistas, historiadores. A dinâmica consistia em fazer uma expedição ao longo de cada rota durante o dia. À noite se reuniam para avaliar o trabalho realizado e planejar o que deveria ser feito ao longo do próximo trecho. Nesse momento cada um dos grupos recebia a visita de um ator social especificamente escolhido.

Os dois grupos de viajantes foram assistidos por um grupo de jovens estudantes, pós-graduandos em história, antropologia e museologia. Eles atuavam sensibilizando a população, distribuindo material sobre o Museu da Cidade e contatando pessoas para serem entrevistadas. Tinham também a tarefa de fazer o inventário referente a itens identificados como de interesse para o futuro museu. Após a coleta, esses objetos eram depositados no setor de iconografia da Divisão de Museus da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Os grupos visitaram diferentes lugares, comunidades e grupos culturais da cidade, favelas, grupos de rap e hip hop, clubes de futebol de vizinhança, grupo de samba, locais de encontros religiosos, telecentros, cooperativas, comunidades indígenas, centros de assistência social, de saúde, de educação e culturais. Suas rotas contemplavam túneis do metrô, ruas do centro histórico da cidade, passagens estreitas de favelas, vias internas de projetos de habitação de baixa renda e até cemitérios e cadeias de segurança máxima.

Essas dinâmicas permitiram que observassem como a cidade é subversa quanto ao uso de seus espaços. Aspectos que são parte da vida cotidiana na cidade como a violência e insegurança, as condições precárias em que muitas pessoas vivem, a falta de serviços públicos adequados e outros desequilíbrios sociais e ambientais ficaram evidentes para os pesquisadores que puderam desconstruir muitos estereótipos sobre São Paulo. Ao fim da expedição, foi constatado pelos grupos que

A missão do Museu da Cidade seria revelar ao público, mais do que as necessidades, conflitos e inconsistências, o duro dia de vida do povo de São Paulo; o fraterno, a generosidade entre iguais; as redes sociais que asseguram a vida e a sobrevivência na cidade; o contraponto entre o caos aparente e a inacreditável capacidade de organização desenvolvida pelas associações que visitamos; o meio ambiente, problemas e soluções alternativas que impedem a completa desintegração do sistema (FRANCO, p.263-264, 2013)

Ao final do trabalho, e a partir do material coletado - depoimentos orais, fotografias, objetos - o grupo selecionou três bases fundadoras do museu da cidade: território/sociabilidade/imaginário.

Esses três conceitos norteadores do museu da Cidade de São Paulo foram inspiradores para a elaboração da proposta metodológica do Inventário Compartilhado, uma vez que permitem problematizar, como proposto por Freire, os conflitos, as tensões, a construção de significados e o imaginário da cidade. Como tratado no primeiro capítulo, Ulpiano Meneses concebe a cidade como um objeto de conhecimento complexo que comporta três dimensões – como artefato, campo de forças e representação social - que guardam correspondência com os eixos do Museu da cidade de São Paulo.

O projeto do Museu da Cidade de São Paulo, embasado nos princípios da participação dos diversos sujeitos, traduz o que se espera para um museu da cidade nos dias de hoje; um espaço que evidencia o multiculturalismo e o protagonismos de grupos que, na maioria das vezes, são negligenciados em diversas instituições museológicas tradicionais. A metodologia utilizada e os eixos território/sociabilidade/imaginário identificam um patrimônio cultural que insere novos personagens, no cenário das cidades.

Como resultado da expedição foram produzidos um livro, uma exposição no Centro Cultural do município, um documentário e a criação de um banco de dados, cujas informações foram utilizadas para a criação do Museu da Cidade de São Paulo, em 2004. Após uma mudança de governo, em 2005, o projeto para o museu da cidade foi interrompido.

Em um balanço das experiências, avalia-se que os princípios que norteiam o projeto em Atouguia da Baleia em Portugal, o Programa Pontos de Memória e parte o Inventário Participativo do IPHAN vai ao encontro da perspectiva que se adotou para a construção metodológica do Inventário Compartilhado, principalmente no tocante ao reconhecimento e apropriação das referências patrimoniais pela comunidade por meio de uma formação patrimonial baseada em métodos participativos. A experiência do Museu da Cidade de São Paulo se difere das demais, porque os sujeitos envolvidos são especialistas e a participação da população se dá como testemunho. No entanto, seu mérito está em fazer um exercício de interdisciplinaridade, em que diferentes perspectivas são contempladas, permitindo

compreender as relações de poder, contradições, cooperações, expressões artísticas, o cotidiano, mudanças e permanências que se apresentam na cidade.

A proposta desenvolvida pelo IPHAN, constituiu-se em uma importante contribuição para a organização da pesquisa, em sala de aula, do Inventário Compartilhado. O programa Pontos de Memória desenvolvido pelo IBRAM inspirou principalmente o planejamento de atividades de sensibilização e mobilização da turma para as questões ligadas ao patrimônio cultural da cidade. Observa-se que essa foi uma etapa fundamental, considerando que muitos estudantes participantes da pesquisa não conheciam os bens patrimoniais que se encontram no centro histórico da cidade. Para gerar curiosidade estimular interesses e questionamentos, foram utilizadas estratégias semelhantes às relatadas pelos Pontos de Memória, tais como o uso de fotografias, pesquisas históricas, roda de conversas, e trabalho de campo. Também foram desenvolvidas ações de difusão, dentre as quais se encontra a montagem de exposição, ocasião em que os estudantes da EJA puderam contemplar e expor para a comunidade escolar o conhecimento construído durante o processo da formação patrimonial vivenciado por eles.

## 2.4 PLANEJAMENTO DA METODOLOGIA DE INVENTÁRIO COMPARTILHADO

A partir das proposições das experiências relatadas foi possível planejar o desenvolvimento do Inventário Compartilhado, adaptando ações e ou atividades à realidade da sala de aula, conforme se apresenta a seguir. A proposta é elaborar uma metodologia de reconhecimento e de identificação de seu patrimônio cultural, que possa servir a diversos contextos de aprendizagem que tenham como diretriz promover a inclusão e o protagonismo de grupos e comunidades que estão à margem de circuitos culturais.

O quadro 1, abaixo, apresenta o planejamento, com etapas e ações experimentadas em outros contextos, e a correspondente intenção de adaptação para o uso em sala de aula.

**Quadro 1 – Planejamento do Projeto Inventário Compartilhado**

EXPERIÊNCIAS DE INVENTÁRIO PARTICIPATIVO	PLANEJAMENTO DO PROJETO INVENTÁRIO COMPARTILHADO	
ETAPAS E/OU ATIVIDADES	ETAPA	ATIVIDADES
<p>A etapa de sensibilização no Programa Pontos de Memória é momento de mobilização das comunidades em torno de questões relacionadas às memórias, políticas culturais, identidades, questões socioculturais e políticas. No Programa Pontos de Memória são desenvolvidas várias atividades na etapa de sensibilização: exposição de fotos e documentos, oficinas temáticas, debates e rodas de memórias.</p> <p>Embora não fosse uma atividade destinada à sensibilização, a dinâmica da “Expedição São Paulo: 450 anos” é uma referência para a roda de conversa, como momento de consolidação de informações, discussão e avaliação do andamento do projeto e planejamento dos próximos passos.</p>	<p><b><u>Sensibilização</u></b></p> <p>O objetivo é estimular a consciência e o sentimento de empatia do grupo com a questão do patrimônio urbano de Contagem. Tem o objetivo de introduzir a discussão do tema, encorajar a curiosidade e preparar a turma, assim a comunidade escolar, tanto do ponto de vista emocional quanto intelectual, para o trabalho do Inventário.</p>	<p>Apresentação do projeto para a Direção e para a Coordenação Pedagógica da Escola.</p> <p>Apresentação do projeto para a turma – Exposição e conversa</p> <p><b>Filme</b>  “Narradores de Javé” de direção de Eliane Caffé.  -Preparação: entrega de roteiro com questões problematizadoras respeito do filme  - Exibição do filme</p> <p><b>Roda de conversa</b></p> <p>Debate do filme Narradores de Javé. Além das questões do roteiro entregue previamente, os alunos serão estimulados a elaborar seus próprios questionamentos.</p> <p>Além de permitir avaliar quais os conhecimentos prévios do grupo acerca do tema, introduzirá conceitos importantes para o desenvolvimento do trabalho sobre o patrimônio cultural estabelecido na cidade.</p> <p>Atividade inspirada no conceito de educação problematizadora de Paulo Freire, com vistas a possibilitar autonomia e pensamento crítico dos sujeitos.</p>

EXPERIÊNCIAS DE INVENTÁRIO PARTICIPATIVO	PLANEJAMENTO DO PROJETO INVENTÁRIO COMPARTILHADO	
ETAPAS E/OU ATIVIDADES	ETAPA	ATIVIDADES
<p>Na experiência na Lomba do Pinheiro considerou-se, a importância tanto dos saberes dos pesquisadores profissionais, quanto os saberes empíricos dos moradores.</p>	<p style="text-align: center;"><b><u>Consolidação dos conceitos</u></b></p> <p>A aprendizagem conceitual baseada em uma concepção de educação emancipadora e problematizadora, parte do conhecimento prévio como condição necessária para a construção de novos significados e esquemas. De acordo com Freire,</p> <p>“A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura.” (FREIRE 1999,p.51)</p>	<p>Leitura e discussão de textos selecionados que auxiliem na apreensão conceitual e teórica do tema, buscando conhecer:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Patrimônio</li> <li>• Inventário Compartilhado</li> <li>• Versões históricas</li> <li>• Conhecimento especialistas x cultura popular</li> </ul>
<p>No projeto do Museu da Cidade de São Paulo, com a “Expedição São Paulo: 450 anos”, foi realizada uma ‘viagem’ urbana, dinâmica que permitiu ao grupo de especialistas perceber e conhecer mais a cidade</p>	<p style="text-align: center;"><b><u>Exploração da Cidade</u></b></p> <p>Experiência que pretende aproximar os estudantes da cidade, permitindo um contato direto com o patrimônio urbano. Nessa etapa os conceitos e questões debatidas em sala de aula são retomados em uma perspectiva enriquecida pelo passeio ao centro histórico do município.</p>	<p>Discussão e definição com o grupo do roteiro de visitação, observando a as dimensões materiais e imateriais do patrimônio, a título de compreendê-la mais profundamente pelo viés da educa�o patrimonial.</p> <p>Como sugestão de percurso: Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho, Igreja Matriz de São Gonçalo, Casa de Cultura Nair Mendes.</p> <p>Visita ao centro histórico e realiza�o de registros escritos e fotográficos, em percurso investigativo guiado pelo interesse e curiosidade.</p>

EXPERIÊNCIAS DE INVENTÁRIO PARTICIPATIVO	PLANEJAMENTO DO PROJETO INVENTÁRIO COMPARTILHADO	
ETAPAS E/OU ATIVIDADES	ETAPA	ATIVIDADES
<p>Nas experiências analisadas é notória a preocupação em desenvolver pesquisas acerca dos objetos inventariados. No Ponto de Memória de Lomba do Pinheiro, o inventário foi precedido de sondagens e levantamento; em Atouguia da Baleia foram realizadas visitas de reconhecimento aos locais, mapeamento, entrevistas individuais ou em grupo; no Museu da Cidade de São Paulo diferentes especialistas foram reunidos para produzir conhecimento sobre a cidade.</p>	<p style="text-align: center;"><b><u>Pesquisa</u></b></p> <p>Pretende-se incentivar uma disposição investigativa no grupo. Para isso, serão apresentados à turma diferentes procedimentos de pesquisa e fontes de informação, com o intuito de despertar interesse, criatividade e autonomia no processo de aprendizagem. Para conhecer mais sobre os bens que serão inventariados, os estudantes serão estimulados a traçar um caminho investigativo amparados em leituras e experiências de campo.</p>	<p>Consulta à bibliografia específica sobre a história de Contagem.</p> <p>Pesquisa documental (fotografias, periódico e atas de tombamento) no Setor de Memória e Patrimônio de Contagem,</p> <p>Pesquisas e entrevistas com pessoas identificadas como detentoras de informações de interesse para o projeto.</p>
<p>Todos os projetos utilizaram o inventário como ferramenta para conhecimento do patrimônio, sendo que grande parte optou pela sua modalidade participativa.</p>	<p style="text-align: center;"><b><u>Construção do Inventário</u></b></p> <p>Tem o objetivo de identificar e registrar, com apoio de pesquisa, informações a respeito dos bens culturais.</p>	<p>Realização de plenária em sala de aula, para apresentação e defesa dos bens culturais a serem inventariados, seguida de eleição pela turma.</p> <p>Definição em sala de aula da estrutura de dados que deverão compor o inventário.</p> <p>Realização do inventário dos bens escolhidos pela turma.</p>



EXPERIÊNCIAS DE INVENTÁRIO PARTICIPATIVO	PLANEJAMENTO DO PROJETO INVENTÁRIO COMPARTILHADO	
ETAPAS E/OU ATIVIDADES	ETAPA	ATIVIDADES
<p>Tanto o programa Pontos de Memória, na etapa de Pontos de Difusão, quanto o Museu de Cidade de São Paulo, preveem a realização de exposição como alternativa para divulgar os resultados do trabalho.</p> <p>Merece destaque o caso do MUF - Museu da Favela - que realiza exposições temporárias, apostando nas possibilidades de conexão entre gerações, pautada no reconhecimento do território e em práticas culturais.</p>	<p><b><u>Exposição</u></b></p> <p>Nessa etapa, os resultados do projeto serão consolidados no formato de exposição. Pretende-se introduzir o grupo e estudantes na linguagem expositiva; ampliar o acesso às informações sobre o patrimônio e dar um retorno para a comunidade escolar e para os próprios alunos dos conhecimentos, experiências e registros produzidos e vivenciados durante o projeto do Inventário Compartilhado.</p>	<p>Registros e produção de material para exposição, ao longo de todo da realização do projeto.</p> <p>Discussão e definição em sala de aula da ideia que será o fio condutor da exposição.</p> <p>Preparação e montagem da exposição.</p>

Esse planejamento preliminar consiste no exercício de vislumbrar um caminho educativo que será construído, amparado em experimentos já realizados e no campo teórico e conceitual da Nova Museologia e educação patrimonial. Entende-se que durante o desenvolvimento da metodologia em sala de aula, esse caminho será melhor delimitado e avaliado. No próximo capítulo será apresentado o relato da experiência de desenvolvimento e construção conjunta da metodologia do Inventário compartilhado com a Turma C, e finalmente, a metodologia testada e avaliada para ser utilizada em proveito da educação patrimonial.

### **3 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO INVENTÁRIO COMPARTILHADO**

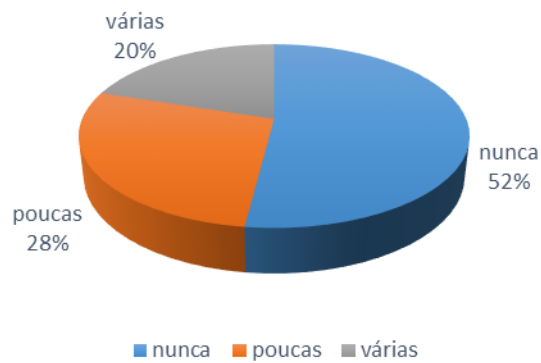
O registro cotidiano do processo foi uma opção para facilitar a sistematização posterior do inventário, mas também teve intenção de compartilhar a experiência, inclusive as dificuldades enfrentadas, na expectativa de que outros professores se interessem e se aventurem nesse percurso. Para tanto segue um diário da experiência desenvolvida junto a Turma C organizado em etapas de desenvolvimento do trabalho.

#### **3.1 CONHECENDO MELHOR A TURMA**

Foi feita uma breve sondagem do perfil social, cultural e econômico do grupo participante da pesquisa. O objetivo era buscar compreender melhor a realidade dos alunos, para poder avaliar, inclusive, impactos e implicações do projeto. De acordo com o que foi apurado, a turma C é composta por vinte e cinco estudantes com faixa etária entre vinte e nove e setenta e cinco anos, quinze mulheres e dez homens. A renda mensal varia entre um e três salários mínimos; as profissões são bem diversificadas - diaristas, artesãs, balconista, fotógrafa, maquinista, auxiliar de produção, mecânico, motorista, músico, donas de casa. Desse grupo, apenas cinco pessoas são naturais de Contagem, quatro nasceram em Belo horizonte e os demais nasceram no interior do estado de Minas Gerais, porém, em média, já moram em Contagem há mais que trinta anos. De acordo com o resultado da pesquisa, treze pessoas nunca haviam ido ao centro histórico da Cidade, sete pessoas o fizeram poucas vezes, outras cinco várias vezes. Somente uma pessoa do grupo já havia frequentado os espaços patrimoniais do centro histórico.

Os dados obtidos na pesquisa permitiram a construção dos gráficos abaixo, apresentados para melhor apreciação do perfil da turma.

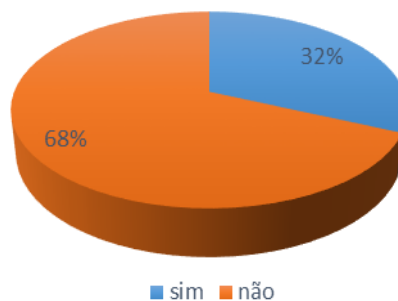
**Gráfico 1-Modelo A- Frequentam o Centro Histórico de Contagem**



Fonte: Dados da pesquisa

Desse grupo, apenas seis pessoas já visitaram um museu ou uma exposição. As seis pessoas relataram que foram visitas em excursão da escola.

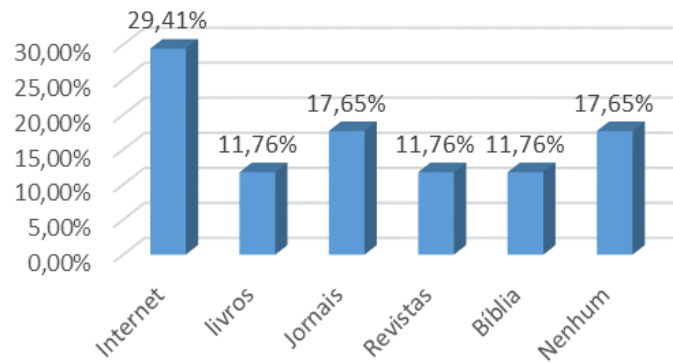
**Gráfico 2-Modelo A-Visitaram Museus ou Exposições antes do Projeto**



Fonte: Dados da Pesquisa

A maioria da turma costuma fazer leituras, apenas quatro estudantes disseram não ter o hábito de ler, mas somente dois estudantes frequentam bibliotecas. As leituras mais recorrentes são de textos da internet e jornais.

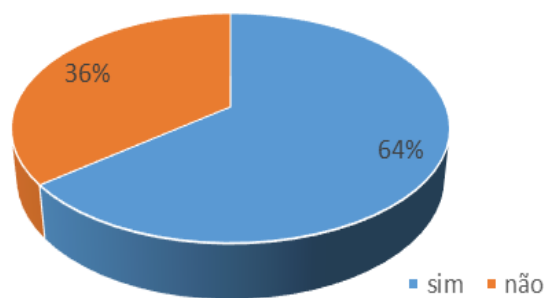
Gráfico 3-Modelo B-Hábito de Leitura



Fonte: Dados da Pesquisa

Uma parte considerável do grupo não costuma usar computadores para pesquisas; dezesseis alunos utilizam computadores em seu dia a dia; a maioria usa para lazer, jogos, acessar as redes sociais e ler notícias. Quando questionados se já haviam realizado pesquisas sobre o patrimônio cultural da cidade, todos responderam que nunca realizaram atividades como essa.

Gráfico 4- Modelo A-Utiliza Computadores para Pesquisas



Fonte: Dados da Pesquisa

Perguntados o que faziam no tempo livre, boa parte dos estudantes viaja, a maioria com destino a sua terra natal. Quando perguntados sobre viagens que gostariam de realizar, a metade da turma citou praias badaladas do Nordeste, e a outra parte da turma gostaria de conhecer outros países, como África do Sul, França, Portugal ou Estados Unidos.

Podemos concluir por meio desse questionário que se trata de um grupo de trabalhadores adultos que, além de não ter tido a oportunidade de concluir os estudos na idade própria de acordo com a Constituição Federal<sup>2</sup>, possuem pouco ou nenhum acesso aos bens culturais patrimoniais do centro histórico de Contagem. Raramente são incluídos em políticas públicas de cultura; poucos já realizaram pesquisas em computadores, portanto, não possuem habilidade no trato com a informática. Dessa forma a proposta de educação oferecida para esses estudantes deve oportunizar a aprendizagem dos conteúdos formais, além de dar acesso à cultura e cidadania. Durante o capítulo os estudantes da turma C serão mencionados várias vezes, e serão identificados pela primeira letra do seu nome, dessa forma não terão suas identidades expostas.

### 3.2 PLANEJAMENTO

Para melhor programar e orientar as ações previstas para o desenvolvimento do trabalho foi elaborado o seguinte planejamento:

---

<sup>2</sup> De acordo com o inciso I, art 208 da Constituição Federal, a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

ETAPA	ATIVIDADE PROGRAMADA	DATAS PREVISTAS
<b>Primeira etapa: Sensibilização</b>	<b>Atividade 1</b> – Apresentação do projeto para a Escola e para a turma;	14/08/2017
	<b>Atividade 2</b> – Exibição do filme, <i>Narradores de Javé</i> ;	16/08/2017
	<b>Atividade 3</b> – “Roda de Conversa” RELATOS, IMPRESSÕES E PERCEPÇÕES	21/08/2017
<b>Segunda etapa: Consolidação de conceitos</b>	<b>Atividade 1</b> – “Roda de Conversa” Compreendendo o Patrimônio Cultural	22/08/2017
	<b>Atividade 2</b> – “Roda de Conversa” Patrimônio Cultural e Múltiplas Narrativas da Cidade	23/08/2017
	<b>Atividade 3</b> – Palestra Patrimônio Cultural de Contagem	05/09/2017
<b>Terceira etapa: Reconhecimento da cidade</b>	<b>Atividade 1</b> – Visita ao Centro Histórico da Cidade	28/09/2017
<b>Quarta etapa: Construção do inventário compartilhado</b>	<b>Atividade 1</b> – Definição dos bens patrimoniais que serão inventariados de forma compartilhada	19/10/2017
	<b>Atividade 2</b> – Trabalho em grupo, investigação e pesquisa: construção das fichas de inventário	23/10/2017 à 01/11/2017
	<b>Atividade 3</b> – Bate Papo sobre Folia de Reis com o organizador do festejo	09/11/2017
	<b>Atividade 4</b> – Apresentação da Pesquisa	13/11/2017
<b>Quinta etapa: Exposição</b>	<b>Atividade 1</b> – Planejamento, Organização e Negociações	16/ 11/2017
	<b>Atividade 2</b> – Processo de Construção da Exposição	21/11/2017 e 22/11/2017
	<b>Atividade 3</b> – A Exposição “Memória Cultural e Afetiva em Retratos e Registros	22/ 11/2017

### 3.3 DIÁRIO DO INVENTÁRIO COMPARTILHADO

#### Primeira Etapa: Sensibilização

##### ATIVIDADES PROGRAMADAS

**Atividade 1:** Apresentação para escola e alunos

**Atividade 2:** Exibição do Filme, NARRADORES DE JAVÉ

**Atividade 3:** “Roda de Conversa” RELATOS IMPRESSÕES E PERCEPÇÕES

#### ETAPA DE SENSIBILIZAÇÃO

##### **Atividade 1:** Apresentação do Projeto

**Data:** 14/08/2017

Descrição: No início do ano letivo foi apresentada à coordenação pedagógica e grupo de professores da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Professora Julia Kubitschek de Oliveira, a proposta de Educação Patrimonial com a turma C. O projeto foi bem acolhido pela escola, que concordou em apoiar as atividades programadas. Foi disponibilizado transporte para os trabalhos de campo, remanejadas algumas aulas, oferecidos equipamentos e materiais necessários para palestras e para a exposição aberta à comunidade. Além disso, a Escola se responsabilizou em fazer o contato com a equipe educativa da Fundação Cultural de Contagem e com a equipe de Coordenadoria de Memória e Patrimônio Cultural do Município, com o intuito de planejar as atividades alinhadas com o que é oferecido para os estudantes da cidade por meio do poder público, em proveito de sua formação patrimonial.

Em seguida a proposta de trabalho foi apresentada para a turma C. Os estudantes foram informados que durante o desenvolvimento do trabalho seriam colaboradores da pesquisa de dissertação do curso de mestrado da professora. O grupo ficou animado, demonstrando bastante interesse em participar do projeto.

**Atividade 2:** Exibição do filme, *Narradores de Javé*

**Data:** 16/08/17



**Descrição:** Para iniciar o trabalho, procurou-se realizar uma atividade lúdica e ao mesmo tempo consistente, que pudesse auxiliar na introdução do debate sobre patrimônio. Para tanto foi exibido o filme “Narradores de Javé” que oferece pontos importantes para estimular uma discussão interessante acerca da temática.

**Recurso didático utilizado:** Filme Narradores de Javé

<b>Ficha técnica do Filme</b>	
Título:	Narradores de Javé
Ano produção:	2003
Dirigido por:	Eliane Caffé
Roteiro:	Luís Alberto de Abreu, Eliane Caffé
Duração:	100 minutos
Classificação:	livre
Gênero:	Drama Nacional
País de origem:	Brasil

**Fundamento:** A linguagem fílmica é um valioso instrumento didático. A riqueza do cinema se encontra principalmente no fato de ampliar a visão e a interpretação do mundo. O que é mostrado na tela, sendo familiar ou desconhecido, estimula o aprender. Segundo Alencar,

(...) o cinema aguça a percepção e torna mais ágil o raciocínio na medida em que, para entendermos o conteúdo de um filme, precisamos concatenar todos os recursos da linguagem fílmica utilizados no desenrolar do espetáculo e que evoluem com rapidez. (ALENCAR, 2007, p. 137)

A utilização dos filmes em contextos escolares possibilita a discussão de temas ou aspectos em perspectivas de temas que extrapolam os conteúdos das disciplinas, o que enriquece e torna o conhecimento significativo, possibilitando transcender o processo de aprendizagem para além de conteúdos compartimentados, descolados da na vida real. Além da aprendizagem de conhecimentos científicos, a sala de aula é também lugar de formação de valores importantes que orientam a vida dentro e fora da escola. De acordo com Inês Assunção de Castro Teixeira:

(...)ver filmes, discuti-los, interpretá-los é uma via para ultrapassar as nossas arraigadas posturas etnocêntricas e avaliações preconceituosas, construindo um

conhecimento descentrado e escapando às posturas “naturalizantes” do senso comum (TEIXEIRA, 2006, p.08)

### **Sinopse:**

A história do filme é sobre os moradores da pequena cidade de Javé que, ao saberem que a cidade poderá desaparecer sob as águas de uma hidrelétrica, decidem salvá-la escrevendo sua história para transformá-la em patrimônio a ser preservado. Os moradores da cidade não serão indenizados e não foram sequer notificados porque não possuem registros nem documentos das terras. Inconformados, descobrem que para transformar a cidade em “patrimônio” precisam escrever uma história de comprovado “valor científico”. Poucos sabem ler e só um morador, o carteiro Antônio Biá, sabe escrever. Incumbido da tarefa de escrever a história de Javé, Antônio Biá se envolve em uma tremenda confusão, pois todos o procuram para acrescentar algumas linhas de acordo com sua versão histórica.

### **Análise do Filme:**

A obra, de autoria de Eliane Caffé, aborda temas fecundos referentes as questões sociais tais como o analfabetismo, a pobreza, a exclusão de comunidades às formas de salvaguardar seu patrimônio, à inferiorização da cultura popular em relação ao conhecimento dito científico.

No filme existe um embate constante entre o conhecimento científico e o imaginário popular. Diante da exigência do tombamento da cidade como a única forma de salvar Javé, os moradores se veem pressionados a recorrer ao aval “científico”, para salvar Javé da inundação. Em decorrência disso

(...) os próprios moradores se tornam historiadores e os depoimentos cedidos estão permeados de parcialidade e louvor a este ou aquele herói fundador, conforme parentesco ou mesmo devaneios de quem conta. Por sua vez, esses depoimentos devem passar pelo aval de Biá, que, sabendo escrever, torna-se o historiador-cientista, aquele que supostamente pode transformar as mentiras da história oral em verdades da história oficial. O embate entre a ciência e o imaginário popular é constantemente trazido à tona por este Heródoto-Tucídides de moral duvidosa. (SANTIAGO, 2016)

O filme aborda ainda outra questão cara ao nosso trabalho, que é sobre as versões históricas, pois são apresentadas inúmeras narrações sobre a origem do povoado. O personagem Indalécio, contemporâneo à fundação de Javé, ora aparece como o herói que guiou seu povo, ora é um mero coadjuvante de outros heróis fundadores, como Mariandina. Em algumas versões o herói aparece de forma ridicularizada ou como um líder negro, enriquecendo a guerra de narrativas. Com isso os questionamentos se tornam inevitáveis: qual dessas versões

é a verdadeira? Qual delas merece e deve ser registrada? Diante dessas dúvidas, Biá não escreve sequer uma página do livro-histórico. Os impasses gerados por esses questionamentos possibilitam aos estudantes levantar hipóteses e construir saberes sobre as diversas versões históricas que podem ser construídas sobre a cidade. Segundo o crítico de cinema Luiz Santiago,

Quem assiste ao filme não consegue sair do labirinto de palavras e a verdade e a ficção estão tão misturadas que é impossível escolher apenas um lado. *Narradores de Javé* é um exemplo da não existência da verdade absoluta em nada e do caráter caótico (por que não dizer?) da construção da vida, do cotidiano e daquilo que será lembrado pelos nossos descendentes e futuras gerações. O perigo da pergunta “qual versão é a verdadeira?” e a incerteza do que responder parecem ser as frases de ordem em todos os níveis quando se trata de falar de algum acontecimento muito tempo depois que ele se deu. Contar ou documentar uma história, através da História, já não parece algo assim tão simples. (SANTIAGO, 2016)

**Relato da experiência:** Para incitar o debate, a próxima ação planejada, antes da exibição do filme, os estudantes receberam um roteiro. Durante a exibição do filme, o grupo, se comoveu, riu e ficou muito envolvido com a história. A estudante A, comentou durante o filme, “que o protagonista Biá, tinha que documentar as falas das pessoas”, demonstrando que já se reconhecia alí, a importância da fonte oral.

**Avaliação da atividade:** Acredita-se que o filme cumpriu a proposta inicial de sensibilizar os estudantes acerca da temática estudada. Durante a atividade, escutava-se muitas gargalhadas e frases que demonstravam que a turma estava sendo tocada pela história. No fim da atividade, todos elogiaram muito filme e disseram que é o tipo de atividade que os atraiu, sinalizando identificação com os personagens e enredo da trama.

**Foto 1** - Estudantes da Turma C, exibição do filme, *Narradores de Javé*



Fonte: Foto da autora

**Atividade 2: “RODA DE CONVERSA” RELATOS, IMPRESSÕES E PERCEPÇÕES**

*“Conhecimento emerge apenas através da invenção e reinvenção, através de um questionamento inquieto, impaciente, continuado e esperançoso de homens no mundo, com o mundo e entre si” (Paulo Freire)*

**Datas:** 16 e 21/08

**Descrição:** Após a exibição do filme “Narradores de Javé”, os estudantes da turma C organizaram a sala de aula com as carteiras em formato de círculo. Para estimular o primeiro debate sobre o tema. Foi distribuído o seguinte Roteiro com algumas questões discursivas.

**Recurso didático utilizado:** Roteiro para roda de conversa

**Roteiro para roda de conversa sobre o Filme:**

*Narradores de Javé*

**Professora:** Camila Iris Corrêa

**Turma:** Segundo segmento C

Questões propostas:

- Conhecimento dos especialistas x Conhecimento popular
- O patrimônio como recurso para salvar Javé
- Tradição local/ tradição oral/“Divisas Cantadas”
- Oralidade/escrita/ e registros patrimoniais
- O valor e/ou importância dos registros históricos e patrimoniais
- Os moradores elegem o que consideram importante para ser inventariado/ Inventário Compartilhado
- Disputas das memórias
- A cultura material como suporte da memória: o sino da igreja participa de todas as versões contadas pelos moradores

Questões levantadas em grupo:

---



---



---



---

**Fundamento:** A estratégia de roda de conversa foi adotada por ser uma atividade que promove o debate e permite aos participantes que formulem posicionamentos e

argumentações sobre a temática. Além disso, por meio dessa atividade é possível perceber o quanto os estudantes conhecem acerca do tema, e quais os aspectos que precisam ser mais trabalhados. De acordo com Paulo Freire, o diálogo torna-se condição para o conhecimento. O ato de conhecer ocorre em um processo social e é o diálogo o mediador desse processo. Portanto não é uma tarefa solitária, ninguém conhece sozinho. O processo educativo deve desafiar o educando a penetrar em níveis cada vez mais profundos e abrangentes do saber. Nisso se constitui uma das suas principais funções.

O "respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. 'Seu' mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo (...) (Freire, 1999, p. 86-87).

Por meio da roda de conversa, o grupo formula coletivamente questões e ou hipóteses que partem da sua realidade. Na medida em que o debate se aprofunda, a realidade imediata vai sendo inserida em totalidades mais abrangentes, revelando ao educando que a realidade local possui relações com outras dimensões: regionais, nacionais, continentais, planetária e em diversas perspectivas: social, política, econômica que se interpenetram.

**Relato da experiência:** No primeiro momento, todos queriam comentar sobre como o personagem Biá, o escritor da história de Javé, era um trapaceiro, (o grupo ria muito ao lembrar algumas cenas em que ele aprontava com os outros moradores da cidade). Para aprofundarmos o tema, questionei sobre qual é a importância dada ao conhecimento dos especialistas ou conhecimento científico no filme, e o que seria esse conhecimento?

Os estudantes perceberam que para ser prova incontestável sobre a importância de Javé, um especialista, detentor do saber científico, deveria escrever a história do local, possibilitando, dessa maneira o tombamento da cidade única forma salvá-los. O grupo compreendeu que em nossa sociedade, o saber científico tem mais valor do que o saber popular, e o estudante G disse “que o saber científico é comprovado, por isso mais verdadeiro”. Então questionei sobre o saber popular, qual seria o valor atribuído a esse saber? R.O. respondeu que “também deve ser valorizado, pois é quando o povo tem a oportunidade de contar o que sabe”.

Expliquei para os estudantes que a história de uma cidade não possui uma única versão. Sendo a cidade um espaço permanente de disputas de memórias e de construção de diversas identidades, para se compreender a sua origem e a sua formação deve-se considerar distintas

narrativas. W. observou que “uma forma que encontraram para contemplar essas diversas narrativas, na história de Javé, foi entrevistar vários personagens, que contavam sobre a origem do povoado. O problema, segundo ele, é que não chegavam a um consenso”. Aproveitei para questionar, se tinha que existir um consenso? C. respondeu que “para o conhecimento científico precisava, pois era preciso se comprovar a versão contada”. Para instigar o debate, aproveitei para perguntar se o conhecimento científico dava conta de contemplar a complexidade da origem de uma cidade, já que poderia deixar de fora, outras versões e conhecimentos construídos ao longo do tempo? R.O. respondeu que “o problema dessa tradição popular é que fica de boca em boca, e acaba que o povo vai aumentando muito as coisas”. Nesse momento, questionei se o conhecimento científico também não poderia ter um “resultado” distorcido, pois deixa de fora da versão oficial, muitas narrativas, principalmente originadas da sabedoria popular? Após tantas problematizações, reflexões e levantamento de hipóteses, encerramos a primeira “Roda de Conversa”, levando para casa o exercício de pensar sobre essas inquietações.

**Avaliação:** Avaliamos que a conversa foi produtiva, os alunos questionaram e problematizaram questões importantes abordadas no filme, tais como o valor atribuído ao patrimônio cultural local e ainda sobre a disputa que existe em torno do conhecimento científico e cultural. Como esperado, essa primeira conversa permitiu perceber a compreensão que os estudantes possuíam acerca da temática, dando subsídios para se planejar o que deveria ser mais trabalhado com o grupo.

**Foto 2** – Roda de Conversa Turma C



Fonte: Foto da autora

## Segunda etapa: Consolidação de conceitos

### ATIVIDADES PROGRAMADAS

**Atividade 1:** “Roda de Conversa” Compreendendo o Patrimônio Cultural

**Atividade 2:** “Roda de Conversa” Patrimônio Cultural e Múltiplas Narrativas da Cidade

**Atividade 3:** Palestra Patrimônio Cultural de Contagem

**Atividade 1:** “Roda de Conversa” Compreendendo o Patrimônio Cultural

**Data:** 22/08

**Descrição:** Na segunda Roda de Conversa, foi levado um texto, com a intenção de nortear as discussões a partir de conceitos que auxiliassem ampliar a compreensão do patrimônio. Para isso, foi escolhido o texto *Mas, como saber o que é patrimônio?*, extraído da apostila Educação Para o Patrimônio Cultural, produzido pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, e adaptado por mim, para esse trabalho.

**Recurso didático utilizado:** Texto: *Mas, como saber o que é patrimônio?* Disponível em (APÊNDICE E).

**Fundamento:** O texto utilizado aborda o tema do patrimônio cultural em uma perspectiva ampliada, na qual se baseia a proposta desse trabalho. A linguagem usada é adequada para o grupo, permitindo a interpretação e apropriação de conceitos importantes para o desenvolvimento do projeto.

**Relato da experiência:** A leitura desse texto permitiu esclarecer algumas dúvidas dos estudantes sobre patrimônio cultural. Por exemplo, a estudante D iniciou a conversa argumentando que “para ser patrimônio cultural de um lugar, não precisa ser necessariamente antigo, mas sim ter um significado para um grupo de pessoas”. Seu colega, F.A. completou, lembrando que “alguns bens patrimoniais não são oficiais, mas revelam aspectos da cultura do povo”. Aproveitei para lançar mais uma questão: O que determina que o bem patrimonial seja oficial (que são protegidos e musealizados pelo Estado) e não oficial (revelam múltiplos aspectos para a cultura de uma sociedade, mas não sofrem intervenção do Estado)?

A resposta para esse questionamento contou com várias contribuições e falas que se complementavam. O estudante R.O. argumentou, que “pelo que ele observa, a escolha dos

bens patrimoniais protegidos pelo Estado, era de acordo com a posição social do grupo para que o patrimônio tenha significado, ele prosseguiu argumentando que, “boa parte dos bens tombados de Contagem, estão no centro da cidade, lugar onde tem pessoas com muita grana”. A estudante S arrematou dizendo “que, nos bairros mais simples e nas favelas, você nunca ouve falar de patrimônio tombado”.

Eu expus para o grupo que, recentemente em Contagem, a Comunidade dos Arturos foi reconhecida como patrimônio imaterial da cidade, por isso foi registrada como tal. Expliquei que o registro é o procedimento adotado quando se trata de cultura imaterial, e tombamento, para os bens materiais. F. deu uma contribuição interessante, dizendo “que seria mais uma prova de que as proteções de bens patrimoniais dos ricos recebem mais atenção do que dos pobres, eu acredito que registro deve ter um gasto menor do que o tombamento, né professora? Não passa pelo restauro, gastos para a conservação.” Expliquei que havia formas diferentes de proteção, como o registro e o tombamento, e que não estavam ligados especificamente à questão econômica, mas a diferença entre patrimônio material e imaterial. Os bens patrimoniais de natureza imaterial têm a ver com os modos de fazer, criar e viver dos grupos, portanto exigem critérios específicos de proteção e preservação, obtida por meio do registro. Os estudantes questionaram, que a proteção do Estado deveria também proteger pelo tombamento os bens materiais da Comunidade dos Arturos. Aproveitei a discussão em torno dos bens materiais patrimoniais e perguntei sobre a importância desses objetos. A estudante S. respondeu que “os objetos, quando expostos no Museu, despertam curiosidade” e fazendo alusão a uma experiência anterior de visitação ao Museu de Artes e Ofícios, disse que eles resgatam a memória; às vezes esse mesmo objeto em outro lugar, não teria muita graça, mas o fato de estar no museu, faz você lembrar, e vem junto um tanto de memórias, coisa de infância.” S. também colocou uma preocupação com o futuro, segundo ela, “os jovens hoje nem tem gosto por nada, só tecnologias, acho que eles tinham que ter mais conhecimento sobre a história e memórias dos seus antepassados, para no futuro poder contar histórias como as “cantadas” pelos moradores de Javé”.

**Avaliação:** Essa roda de conversa permitiu observar que o grupo está construindo conhecimentos a partir de suas dúvidas, questionamentos e argumentações. Por meio da discussão, os alunos perceberam que existe uma disputa de poder entorno da seleção do que deve ser tombado, ou seja, protegido pelo poder público. Acredito que essa problematização pode contribuir para compreensão de que os bens patrimoniais podem também representar



grupos sociais não hegemônicos, dos quais eles fazem parte, oportunizando e os encorajando a identificar esses bens em seu cotidiano, na vivência na região que moram, percebendo que nem todos bens patrimoniais são protegidos pelos instrumentos legais, mas a proteção pode partir da própria população. O segundo texto escolhido ficou para o próximo encontro, essa estratégia de pausa para uma nova Roda de Conversa, possibilita a conformação das ideias e reflexão.

**Atividade 2:** “Roda de Conversa” Patrimônio Cultural e Múltiplas Narrativas da Cidade

**Data:** 23/ 08/2017

**Descrição:** Para iniciar esse debate, retomamos ao tema abordado na primeira Roda de Conversa, quando foi discutido como a origem de Javé estava baseada em muitas versões, ancorada na tradição oral. Para aguçar esse debate, usamos o texto “A Formação de Contagem”, extraído do produto final da dissertação de mestrado que propõe um curso de formação patrimonial para o município de Contagem, defendida por Anderson Cunha, no Promestre.

**Recurso didático utilizado:** Texto “A Formação de Contagem” Disponível em (APÊNDICE F)

**Fundamento:** O objetivo do estudo desse texto, na Roda de Conversa é que os estudantes compreendam que para reconhecer as identidades locais, deve-se considerar mais do que a versão dos especialistas, fundamentada no saber científico, mas também as versões presentes no imaginário local, nas memórias, mitos, olhares de diversos sujeitos. As controvérsias e conflitos fazem parte da constituição cultural de uma cidade e impactam, sem dúvida, na construção de distintas identidades.

**Relato da experiência:** Iniciamos a conversa com um questionamento: pedi ao grupo que falasse sobre as versões da história de Contagem, presentes no texto. S. disse que, “têm versões embasadas na tradição oral, que são as histórias que ficam na boca do povo, que são contadas na família desde sempre, boa parte já havia escutado sobre a “Família Abóboras”, mas como foi observado, não é a história que tem registros oficiais”. Alguns alunos relacionaram o tema debatido com a história da origem de Javé. O senhor J.N., observou que “outras fontes de documentos poderiam dar mais importância para a história do povoado, que a origem apenas na tradição oral fica muito vaga”.

Perguntei se seria possível contar uma versão final sobre a origem do município de Contagem. Segundo F., “sempre que se conta uma versão sobre a origem, deixa de fora outras histórias que também são importantes, só que para outros grupos, e contiuiu argumentando o surgimento de uma cidade não é algo que se possa atribuir a uma pessoa ou causa”. Completei lembrando sobre outras leituras que falam da complexidade em se explicar a história local. A estudante C. lembrou que “tem o fato da cidade ser dinâmica, segundo ela tudo sempre está em movimento, como a abertura de uma rua, demolição de uma construção antiga, novas construções, essas mudanças constantes refletem no patrimônio cultural”.

O debate prosseguiu com outro questionamento, o que eles entenderam por “empoderamento de sua própria história” citado no texto? Segundo R. “seria dar importância aos personagens que constroem a história local”, R.C. colocou que “seria dar poder para as pessoas contarem suas histórias”. Questionei se com essas histórias contadas por cada um, não se correria o risco de acontecer como na história do filme, *Narradores de Javé*. Completei perguntando se os bens patrimoniais, oficiais ou não oficiais poderiam intermediar as versões sobre a história local, e se poderiam auxiliar com informações, desde que interrogados. Terminamos a conversa com outra provocação. Se fossem reescrever a história de Contagem, o que seria incluído nessa versão? Muitos responderam que incluiriam a Praça da Cemig, provavelmente por ser um local próximo a eles e mais conhecido. Segundo D “é por ser um local, que passam muitas pessoas, quem precisam sair ou entrar em Contagem”. Outro local muito falado foi a Pedreira, por ser um lugar popular na região, tem ponto de encontro de religiosos, torneios esportivos e outros eventos; está presente nas lembranças de muitos; os saudosos reclamam que “é um local abandonado pelo poder público. Hoje, não passa de um campinho abandonado, ou local para uso de drogas”, disse C.L., desanimada. Percebi, que as pessoas que já moraram em outros bairros de Contagem possuíam outras referências, como a Praça da Jabuticaba ou a Praça da Glória, localizadas no centro do município.

Ao fim da Roda de Conversa, entreguei aos participantes, um exemplar do Atlas Histórico, Cultural e Geográfico de Contagem. Pedi que fizessem a leitura do que despertasse curiosidade. Expliquei que se tratava de um documento que contém uma parte dedicada ao patrimônio cultural da Cidade, com fotografias e textos informativos dos bens patrimoniais do município. Pedi que dedicassem atenção especial a esse capítulo, sobretudo aos bens patrimoniais localizados no centro histórico, que é nosso objeto de pesquisa.

**Foto 3** - Roda de Conversa, estudantes turma C



Fonte: Fotografia da autora

**Avaliação:** Depois de alguns encontros na roda de conversa, com as discussões sobre versões históricas; importância do patrimônio cultural; saber popular x saber científico, percebi que os alunos passaram a apresentar argumentações mais consistentes sobre a temática. Quando estimulados a apontar o que eles consideram bens patrimoniais importantes para a história de Contagem e possíveis de serem inventariados pelo grupo, consideraram pontos que são importantes para a história da região, como a Praça dos Trabalhadores, ou a Pedreira do Bairro Amazonas.

Todas as atividades desenvolvidas até aqui preparam os estudantes para o trabalho de campo no centro histórico de Contagem.

**Terceira etapa:** Explorando o centro histórico da cidade

Inicialmente é preciso esclarecer o uso do termo “centro histórico” no título dessa etapa. O centro histórico de uma cidade é, geralmente, sua parte mais antiga, o núcleo de origem do povoado, o que lhe confere importância, principalmente, por sua imagem simbólica. Segundo Teresa Barata Salgueiro,

(...)os centros históricos para além de serem “as partes mais antigas da cidade”, constituem-se como uma “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades”. (SALGUEIRO, 2005, p. 259)

Com o tempo, esse espaço torna-se menos acessível, devido ao crescimento urbano e aos novos contornos espaciais, e muitos moradores da cidade não conseguem se apropriar desse núcleo histórico e simbólico do qual,

para além desta importância de cariz patrimonial mais física, o centro histórico de uma aglomeração urbana faz parte da memória colectiva dessa cidade, sendo que “esta memória colectiva constitui um quadro de referência fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas nossas cidades” (Salgueiro; 2005, 388)

Nesse sentido, para grande parte dos sujeitos da turma C, o trabalho de campo significou o primeiro contato com uma parte da história da cidade, um território urbano que ainda não tinham tido oportunidade de usufruir.

---

#### Atividade Programada

---

**Atividade 1:** Visita ao Centro Histórico da Cidade

---

**Atividade 1:** Visita ao Centro Histórico da Cidade

**Data:** 28/09/2017

**Descrição:** O planejamento para a visita ao centro histórico de Contagem se iniciou com um contato com a equipe educativa da FUNDAC (Fundação de Cultura de Contagem). Nessa ocasião procurei saber o que era oferecido para as escolas que quisessem realizar um trabalho de campo no Centro Cultural do município no turno da noite. O responsável pelo setor educativo me informou que não teriam atividades em todos os espaços que compõem o Centro Cultural, porém estava sendo exibido um curta metragem na Casa Azul. O “Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo Mattos Filho” é conjunto arquitetônico tombado, “formado por dois casarões de tipologia colonial (Casa Amarela e Casa Rosa), remanescentes do século XIX e um casarão de estilo eclético (Casa Azul), construído no início do século XX” (ATLAS ESCOLAR, 2013, p.65).

Sondei se os estudantes poderiam conhecer todas as construções do conjunto e fui informada que só estaria à disposição do grupo, naquele horário, a Casa Azul, mas ele poderia nos receber na Casa Amarela, que funciona como uma galeria de arte, onde estava acontecendo uma exposição de quadros. O responsável nos informou que não tínhamos como entrar na

Casa Rosa, pois nesse equipamento funciona a Biblioteca Pública Municipal, e não possui horário de funcionamento à noite.

Programamos assim uma visita à Casa Azul com a exibição de dois filmes de curta metragem e à Casa Amarela, com a exposição. Foi planejado ainda um passeio investigativo nos arredores do complexo cultural, onde se encontra outras estruturas que fazem parte do conjunto histórico da Cidade, como a “A igreja Matriz de São Gonçalo, cuja a origem da atual edificação remonta à antiga capela de taipa erigida no século XVIII e confunde-se com o início do arraial” (Atlas Histórico e Geográfico de Contagem, 2013, p.66); o Espaço Popular, que é um teatro ao ar livre nos moldes das construções gregas clássicas e a Praça da Jabuticaba, inaugurada em 2012, cujo nome referencia a tradição da cidade no cultivo e culinária da fruta, sendo um local muito utilizado pelos moradores para prática de atividade física e espaço de convivência.

**Foto 4** - Fachada do Centro Cultural Francisco Firmo Mattos



Fonte: fotografia da estudante turma C, Caroline Rocha Rodrigues

**Recursos didáticos utilizados:** Bloco de anotações, câmeras fotográficas e questionário de avaliação da experiência.

**Fundameto:** O trabalho de campo ou estudo do meio é atividade que oferece muitas possibilidades interativas e envolventes de aprendizagem. Por meio do contato direto com o conteúdo, os estudantes que participam da atividade de campo são estimulados a pensar

criticamente. Segundo Circe Bittencourt essa modalidade de estudo corresponde a um laboratório de ensino

A sociedade, em suas relações temporais e espaciais, normalmente apresentada por textos escritos ou pela iconografia, situa-se em outra dimensão e profundidade ao ser observada diretamente, pois neste caso surge a oportunidade de dialogar com as pessoas, identificar construções privadas e públicas, atentar para fatos cotidianos que geralmente passam despercebidos e transformá-los em objeto de estudo, de análise, de descoberta. (BITTENCOURT,2009, p.274)

O estudo do meio é, portanto, uma alternativa que facilita e dinamiza a aprendizagem. Segundo Libâneo (1994, p. 71), todos esses procedimentos que permitem uma discussão em torno do mundo concreto do aluno devem ser enriquecidos com visitas às localidades abordadas. Esse tipo de atividade estimula a capacidade de observação e a aquisição do domínio de organização e análise dos registros orais e visuais.

Para Rodrigues e Otaviano (2001), quando relacionamos os conteúdos vistos com a situação vivenciada na aula de campo, temos uma forte tendência em desenvolver no aluno uma sensibilização maior ao mundo natural e cultural, além de contribuir para a aquisição de conhecimentos de conteúdos relacionados à visita. Essa é considerada aqui como peça chave para o desenvolvimento do aprendizado e não simplesmente mera ilustração das aulas. Aprender por meio do olhar possibilita “desenvolver a habilidade de observação e interpretação do que nos rodeia, auxilia na compreensão do mundo”. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO,1999, p.24)

**Relato da experiência:** Os estudantes da turma C chegaram à escola por volta de 18 horas. Como parte da preparação do trabalho de campo, foram instruídos sobre o horário da saída do ônibus e sobre o material que usaríamos, como bloco para anotações, e a câmara fotográfica dos celulares. Foram preparados também para as atividades que faríamos: a visitação da exposição de quadros na Casa Amarela e a exibição de dois filmes curta metragem na Casa Azul.

Quando chegamos fomos recebidos pelo professor mediador da visita no salão principal da Casa Amarela. Ele nos apresentou o espaço, explicando sobre a história do local e seu uso atual. Falou sobre os outros equipamentos do Centro Cultural: a Casa Rosa, lugar que hoje funciona a biblioteca Municipal e a Casa Azul, que visitaríamos em seguida. Depois deu a palavra aos estudantes que tivessem perguntas. Alguns tinham perguntas sobre a estrutura do lugar, o material usado na construção original, se o processo de restauração havia mudado a

construção original. O mediador explicou que só a fachada era tombada, portanto ela que conservava as características do período de sua construção no século XVIII. O interior da casa havia passado por algumas alterações como, por exemplo, a divisão interior em cômodos, modificada para um salão sem paredes, possibilitando assim, a exposição de quadros e outros objetos de arte. Observei que boa parte das indagações da turma eram de ordem pragmática, a respeito do uso da biblioteca, da programação de exposições, acesso a esses espaços, os dias e os horários de funcionamento e se era necessário pagar para participar das atividades.

Durante a visita, alguns estudantes escutavam atentos a explanação do mediador, outros faziam anotações em seus blocos de notas ou tiravam fotos.

**Foto 5** - Interior da Casa Amarela, galeria de arte



Fonte: Fotografia do estudante Francisco de Assis

Em seguida os estudantes foram encaminhados para o segundo equipamento, a Casa Azul, onde percorreram os cômodos, tiraram algumas fotos e tiveram acesso ao espaço que já havia sido apresentado pelo mediador. Fomos, então, levados para o teatro, para a exibição dos curtas em um telão.

O primeiro filme foi a animação “O quebra cabeça de Tarik”, que aborda as tentativas dos sujeitos em subjugar o tempo criando um corpo que possa durar eternamente. No debate sobre

o filme propus aos estudantes que fizessem uma reflexão acerca da busca incessante pela eterna juventude e beleza, e sobre a indústria da beleza que lucra com essa realidade.

O segundo filme, “Experimento Cotidiano”, trata de imagens de um mesmo lugar, que revelam o ambiente. O enfoque do curta é o espaço, precisamente uma reflexão sobre os sentidos que as pessoas dão aos lugares. A conversa estimulada pelo curta aflorou o sentimento de pertencimento nos estudantes. O grupo entendeu a importância em vivenciar os locais, dando-lhes sentido e despertando o interesse em cuidar e preservá-los. A estudante S. expôs que “antes, ela passava na porta do espaço cultural e em sua concepção era só mais um lugar, e que vivenciar aquele espaço a fez estabelecer um vínculo com ele”.

Após a exibição dos filmes, os alunos ficaram à vontade para explorar o local, fazer anotações e tirar fotos do entorno do Centro Cultural, que é um circuito que também integra o patrimônio cultural do centro histórico da cidade. Em frente ao espaço cultural, tem a Igreja Matriz de São Gonçalo, sua construção original foi no século XVIII, no início do arraial. Próximo se encontra o Espaço Popular, como já mencionado, um teatro ao ar livre, emoldurado por pórticos que remetem às construções gregas clássicas, com arquibancada em forma de escadas.

**Foto 6** - Espaço Popular, ao fundo Igreja Matriz de São Gonçalo



Fonte: Fotografia da estudante da turma C, Caroline Rocha Rodrigues



**Avaliação:** Para incentivar a avaliação e reflexão da turma sobre a experiência, foi aplicado o seguinte questionário:

#### **RELATO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO NO CENTRO HISTÓRICO DE CONTAGEM**

**Atividade:** Responder o questionário proposto com o objetivo de refletir e avaliar a experiência da visita ao Centro Histórico de Contagem.

1. Você já conhecia o centro de Contagem?
2. Se você já conhecia o lugar, a visita permitiu alterar sua percepção sobre aquele espaço? O que mudou?
3. Se você ainda não tinha ido ao centro de Contagem. O que você achou daquele espaço? Por que você ainda não o conhecia?
4. Faça o exercício de descrever as sensações que vivenciou no trabalho de campo.( exemplo: conte se se sentiu ansioso (a), curioso (a))
5. Você considera que as atividade que desenvolvemos antes da vista (assistir o filme “Narradores de Javé”, Rodas de Conversas) ajudaram na compreensão daquele espaço como patrimônio cultural? De que forma?
6. Você considera importante conhecer locais como o que visitamos?
7. Faça um pequeno parágrafo recomendando a visita para alguém que você conheça. (Explique o que é aquele espaço, qual a sua importância, por que você está recomendando essa visita.)

De acordo com as respostas dos estudantes da turma C, muitos nunca tinham ido ao centro histórico de Contagem, por falta de tempo e também pela distância do bairro onde moram. Mesmo os que já haviam ido à sede do Município, nunca tinham entrado no o espaço que visitamos, só passavam por perto e não sabiam ao certo do que se tratava. Segundo a estudante R. “era muito diferente do que imaginava, para ela o centro de Contagem era o bairro Eldorado”. Essa confusão é muito comum entre os próprios moradores da cidade, pois o centro histórico é uma região mais afastada e o núcleo comercial se desenvolveu no bairro Eldorado, devido a ocupação industrial no município. O Eldorado, portanto, funciona como polo central da cidade, onde a circulação de pessoas é maior, enquanto o centro histórico é desconhecido para muitos.

Os estudantes avaliaram que visitar o espaço após discutir e compreender mais sobre o patrimônio cultural, possibilitou a apropriação do lugar permitindo compreendê-lo como um

bem coletivo e possível de se desfrutar. Segundo C, “sempre achei que não podia entrar qualquer pessoa ali, curiosidade eu tinha, mas nunca tive coragem de perguntar, agora eu sei que se é um bem tombado, representa a história de todos os moradores”. A. considerou que “é importante que outras pessoas saibam sobre o patrimônio cultural da cidade, de acordo com ela, esses jovens também podiam aproveitar melhor a programação do espaço, nem sabe a importância do lugar, por isso fazem as pichações”.

Pode-se concluir que atividade foi produtiva, permitiu aprendizagem de diferentes aspectos da cidade, por meio de vivência significativa para o grupo, que provocou diversos sentidos e sentimentos. Antes da chegada era possível perceber um clima de ansiedade e curiosidade sobre o que estavam prestes a experimentar. A visita foi uma oportunidade para se explorar o espaço por meio de observação e desnaturalizar o olhar sobre a cidade, permitindo aos sujeitos a compreensão de aspectos estéticos, históricos e sociais do espaço.

**Quarta etapa:** Pesquisa, debates, negociações na construção do inventário compartilhado

---

#### ATIVIDADES PROGRAMADAS

---

**Atividade 1:** Definição dos bens patrimoniais que serão inventariados de forma compartilhada

**Atividade 2:** Trabalho em Grupo, INVESTIGAÇÃO E PESQUISA/ CONSTRUÇÃO DAS FICHAS DE INVENTÁRIO

**Atividade 3:** Palestra Patrimônio Cultural de Contagem

**Atividade 4:** Bate Papo sobre Folia de Reis com o organizador do festejo

**Atividade 5:** Apresentação da Pesquisa

---

**Atividade 1:** Definição dos bens patrimoniais que serão inventariados de forma compartilhada

**Data:** 19/10/2017

**Descrição:** A proposta dessa etapa é discutir e definir quais são os bens que serão inventariados de forma coletiva pelo grupo. Os estudantes foram estimulados a levantar possíveis bens culturais que poderiam ser inventariados. No processo de escolha, os bens eram analisados e avaliados quanto à importância para os moradores da cidade e ou o interesse em ser mais explorado ou conhecido enquanto bem patrimonial pelo grupo.

**Recurso didático utilizado:** Não demandou uso de materiais especiais.

**Fundamento:** Essa atividade promove o desenvolvimento da argumentação, em processos de cooperação criativa dos estudantes. A atividade está fundamentada nos estudos, tratados no segundo capítulo, a respeito de inventário participativo e colaborativo, como mecanismos que ampliam a participação da sociedade nos processos de seleção de bens culturais a serem protegidos. Alicerçado na concepção de ferramenta educativa emancipadora das comunidades, o Programa Pontos da Memória, analisado no capítulo anterior, defende a importância das comunidades ao assumir o papel protagonista na identificação, seleção e o registro das referências culturais mais significativas para suas memórias e história, promovendo assim participação, autonomia e representação desses grupos.

**Relato da experiência:** Os estudantes foram estimulados a levantar possíveis bens para serem inventariados pelo grupo. Como tarefa de casa, eles tiveram que pesquisar referências culturais que julgassem importantes para serem inventariadas e preparar uma defesa de proteção do bem.

Em um segundo encontro, foram apresentadas as propostas, seguindo uma dinâmica, que seria, apresentar a sugestão de bem patrimonial e em seguida defender sua sugestão. G. indicou a praça da Cemig, que fica localizada na região industrial que, segundo ele, “é um lugar importante pois ali até hoje aconteceram momentos decisivos para a história dos trabalhadores de Contagem”. Muitos colegas concordaram com os seus argumentos e D. acrescentou que “seria a porta de entrada e saída para a cidade”, considerando a localização limítrofe com o município de Belo Horizonte. Em seguida F., defendeu o inventário do Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho, dizendo que “depois que visitaram o espaço, criaram certo vínculo e que despertou o interesse em conhecer mais sobre o lugar, e que, com a exposição a ser realizada é aberta à comunidade, outras pessoas podem se interessar mais sobre a história da Cidade”. O grupo reconheceu que já existia o inventário e o tombamento dos equipamentos patrimoniais do centro histórico, porém o inventário seria construído em outra perspectiva, diferente da dos especialistas, por pessoas que mudaram seu olhar e, por conseguinte, sua relação com o espaço urbano e com a memória de Contagem, amparada pelo patrimônio cultural preservado ali.

A turma concordou que todo o conjunto arquitetônico que constitui os bens patrimoniais tombados do centro histórico deveria ser inventariado pelos mesmos argumentos apresentados por F., portanto, além do centro cultural, seriam inventariados também, a Igreja Matriz de São Gonçalo, a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira e a Biblioteca Municipal da cidade e a Casa Rosa, que faz parte do complexo do centro cultural.

C. sugeriu que deveríamos inventariar a Folia de Reis do Bairro Industrial: “pelo que entendi, as tradições podem ser inventariadas, pois aqui já é tradição, todo início de janeiro tem a Folia de Reis, vem gente de longe pra participar da festa, isso significa que é importante pra muita gente do bairro, quem sabe, o nosso trabalho pode dar oportunidade para outras pessoas conhecerem e participar da festa”. A turma concordou que o evento mobiliza boa parte das pessoas do bairro, principalmente a congregação da Paróquia São José do Operário, próxima à escola.

Ao final da atividade, a turma C havia concordado em pesquisar e inventariar esses bens patrimoniais por considerá-los significativos para a cultura, memória e história da Cidade e em especial para a região que moram. O próximo passo foi construir o inventário, com o apoio na documentação já existente e conceber um percurso investigativo que facilitasse conhecer o patrimônio cultural da cidade a partir de novas fontes e novos sujeitos.

**Avaliação:** A turma C demonstrou que havia se apropriado de conceitos e ideias discutidas em sala de aula, conseguindo identificar e argumentar sobre os bens patrimoniais e compreender sua importância sob uma perspectiva ampliada. De acordo com as bases na Nova Museologia, discutida no primeiro capítulo, o inventário se apresentou como instrumento possível para o desenvolvimento dos sujeitos. O patrimônio sob esse prisma, contempla mais pessoas, permitindo a preservação e valorização de memórias de grupos excluídos do circuito patrimonial, além de oportunizar que esses grupos tenham acesso aos bens preservados pelo poder público.

**Foto 7 - Turma C, reunida para debate**



Fonte: Fotografado pela autora

**Atividade 2:** Trabalho em Grupo:

INVESTIGAÇÃO E PESQUISA/ CONSTRUÇÃO DAS FICHAS DE INVENTÁRIO

**Data:** 23/ 10/2017 à 01/ 11/2017

**Descrição:** Nessa atividade os estudantes desenvolvem estudos e pesquisas a respeito do bem a ser inventariado e sobre o próprio instrumento de inventário. Por meio de leituras e debates nas rodas de conversas a turma compreendeu que o inventário é uma forma de registro que oferece fundamento para o tombamento, proteção oficial e legal a um edifício, um conjunto de edificações, centros urbanos históricos, objetos e coleções que tenham significado para a sociedade. Foi discutido pelo grupo que, comumente, essa ferramenta é empregada por especialistas. A atividade compreende também discutir e elaborar a ficha de inventário.

**Recurso didático utilizado:** Roteiro de pesquisa

## ETAPAS DA PESQUISA

### Divisão da turma em grupos

Os grupos serão formados segundo o interesse dos estudantes pela pesquisa acerca dos bens patrimoniais:

Sugestões de Grupos:

Grupo 1: Casa da Cultura Nair Mendes Moreira

Grupo 2: Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho

Grupo 3: Biblioteca Pública Municipal “Dr Edson Diniz ( casa rosa)

Grupo 4: Igreja Matriz de São Gonçalo

Grupo 5: Folia de Reis do Bairro Industrial

### Roteiro Para Pesquisa

A questão geradora da pesquisa é: “Como era esse lugar no passado e como ele mudou?” Esse questionamento inicial servirá como fio condutor e gerador da investigação realizada em grupo. Para responder a essa pergunta o grupo deverá construir um caminho investigativo baseado em outras perguntas, respostas e levantamento de hipóteses.

### Questões investigativas do objeto

Como é o lugar hoje?

Descrever a construção, a área do entorno, aspectos decorativos dos prédios, quem são os habitantes ou usuários do local?

Qual é a importância desse lugar para a comunidade atualmente?

Conte sobre o uso do lugar hoje, atende a quem? Para quais atividades? Tem uso público ou privado?

- Como era esse lugar no passado?

Conte, como era o aspecto físico do lugar quando foi construído, quem eram os habitantes ou usuários, o que tinha no seu entorno.

- Que mudanças ocorreram neste lugar ao longo do tempo, e por que?

O local continua a seguir a mesma função social? Considerar as mudanças em tempos históricos diferentes.

### DE OLHO NA DICA!!!!!!!

As perguntas listadas não esgotam o potencial da sua pesquisa, são sugestões de percursos para a investigação. Perguntem mais sobre o espaço, deixem a curiosidade os levar para novas perguntas e levantamento de hipóteses.

Uma boa pesquisa exige variedade de fontes!

### 3) Apresentação dos dados:

Cada grupo terá vinte minutos para apresentação. Faça o registro escrito da pesquisa, depois discutam como apresentarão para turma o resultado do trabalho. Exemplos:

Usem fotos que vocês tiraram do local;

Escrevam um pequeno texto de apresentação oral;

Façam a apresentação no Power Point;

Utilizem ilustrações ou poemas, construa um mural;

Sejam criativos!

Para o desenvolvimento dessa atividade foram utilizadas como referências, com algumas adaptações, as fichas de inventários propostas pelo IPHAN, na publicação “Educação Patrimonial: Inventários participativos” (APÊNDICES G e H)

**Fundamento:** O ensino por meio da descoberta e pesquisa é uma opção possível para superar as limitações do ensino tradicional e conferir aos estudantes um papel mais ativo no processo de aprendizagem. Essa alternativa favorece a responsabilidade dos alunos em face de sua aprendizagem, a motivação pela experimentação, pelo aprender a descobrir e a observar. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural urbano em que os estudantes estão inseridos pode provocar sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais o tema.

O método de “Aprendizagem Baseada em Problemas” (ABP) subsidiou a formulação da proposta de pesquisa a ser desenvolvida pelos grupos de estudantes. Nessa metodologia a aprendizagem se inicia com um problema, a partir do qual são adquiridos novos conhecimentos. Esse recurso de aprendizagem é defendido por diversos estudiosos da educação que buscam romper com o método tradicional, centrado no professor, para colocar o estudante em evidência, como agente que constrói conhecimento. John Dewey foi um dos principais inspiradores da ABP, com sua teoria da Pedagogia Ativa, que propõe a aprendizagem a partir de problemas ou situações que propiciam dúvidas ou descontentamento, pois os problemas surgem das experiências reais e estimulam a cognição para mobilizar práticas de investigação e resolução criativa dos problemas.

De acordo com Barell (2007) “nesse processo, os alunos são desafiados a comprometer-se na busca pelo conhecimento, por meio de questionamentos e investigação, para dar respostas aos problemas identificados”. Acredita-se que essa é uma metodologia apropriada para facilitar a percepção e a compreensão dos fatos e fenômenos culturais, pois

Descobrir esta rede de significados, relações, processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e usos diferenciados, que dão sentido às evidências culturais e nos informam sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de **continuidade, transformação e reutilização** é a tarefa específica da Educação Patrimonial. (HORTA; GRUBERG; MONTEIRO; p.7)

Destaca-se ainda a importância do trabalho em grupo como fator de aprendizagem, já que proporciona aos alunos a convivência com a diversidade de opiniões e contribui para o aprimoramento do espírito de equipe, buscando criar espaços para o trabalho cooperativo, no qual todos são protagonistas.

**Relato da experiência:** Após a leitura do roteiro, os estudantes iniciaram as negociações para formar os grupos e decidir sobre os temas de interesse.

Na segunda aula dedicada à pesquisa, os grupos se formaram, alguns estudantes optaram por reunir na sala com acesso aos computadores, outros preferiram discutir como iriam desenvolver o trabalho, quais materiais consultar, iniciando uma pesquisa bibliográfica. Era possível perceber que alguns participantes se sentiam inquietos diante do desafio. A estudante H. disse: “será que vou dar conta disso? Eu nunca fiz uma pesquisa!” Acalmei o grupo, explicando que pesquisar é uma atividade que todos ali eram capazes de desenvolver, várias vezes realizamos em nosso cotidiano, como por exemplo, quando temos que descobrir o endereço de um lugar, qual caminho traçamos para chegar nesse endereço? Perguntar? Consultar um mapa? Então, pesquisar é tão simples como o exemplo, vocês vão traçar um caminho, fazer perguntas, obter respostas, levantar hipóteses e buscar saídas para os problemas.

Outros grupos estavam mais seguros quanto às estratégias que adotariam, e começaram a questionar e buscar respostas no material que dispunham, e quando não obtinham as respostas para dúvidas que surgiam, buscavam novas fontes, como fotografias, vídeos.

Durante o desenvolvimento do trabalho, os grupos que pesquisavam sobre os bens patrimoniais no centro histórico de Contagem conseguiram encontrar fontes bibliográficas com facilidade. Porém, a pesquisa sobre a Folia de Reis do bairro industrial era dificultada por haver poucas publicações. Na internet é possível encontrar alguns vídeos e ainda existem algumas publicações de jornais eletrônicos que, comumente, escrevem uma notinha sobre o evento que ocorre todos os anos no bairro industrial. Ao encontrar dificuldade na investigação acerca da manifestação cultural, os estudantes perceberam que deveriam recorrer a fontes orais para aprofundar a investigação, demonstrando capacidade em encontrar saídas aos desafios impostos no processo investigativo, além de compreensão sobre a diversidade de fontes.



Para tentar resolver os desafios de pesquisar sobre a Folia de Reis, propus uma redistribuição de tarefas. Sugeri que fosse concluída a pesquisa sobre o centro histórico da cidade, depois todos juntos fizessem a pesquisa sobre a Folia de Reis, pois assim teríamos mais pessoas para o levantamento, investigação e registro da celebração. O grupo concordou com a proposta, e prosseguiram com o trabalho.

Concluído o estudo dos equipamentos do centro de Contagem, fizemos uma reunião para definir as estratégias para investigar a Folia de Reis. A estudantes C.R., fez a seguinte observação, “estranho que os pesquisadores e especialistas priorizam alguns bens patrimoniais para fazer publicações, a Folia de Reis aqui do bairro acontece desde 1982 e não encontramos um registro mais completo da festa”.

Expliquei para os estudantes que um dos objetivos do nosso trabalho é perceber essa desigualdade na atenção e nos recursos empregados na divulgação e proteção dos bens patrimoniais. Existe uma escolha que, muitas vezes, não parte da população e sim do seletivo grupo que detêm o poder. Quando desenvolvemos trabalho como o nosso, estamos desenvolvendo também a capacidade de criticar essas relações. O estudante G. concluiu que “o fato de não receber atenção e recursos do poder público, não significa que é inferior, e sim que depende da luta da população para preservar, é o que ocorre com a Folia de Reis daqui”. Propus que podíamos a partir da fala dele dar prosseguimento ao trabalho, procurando quais são as pessoas envolvidas com a Folia de Reis do bairro. Entramos em contato com o organizador da festa e programamos a participação dele em nosso trabalho.

**Foto 8 - Grupo de pesquisa****Foto 9 - Grupo de pesquisa**

Fonte: Fotografia da autora

**Foto 10 - Grupo de pesquisa**

Fonte: Fotografia da autora

**Avaliação:** O trabalho em grupo e a prática de pesquisa contribuíram para o envolvimento e desenvolvimento dos participantes. A investigação aguçou a curiosidade. Descobrir a cidade por meio de fotos, vídeos, relatos e textos possibilitou acesso a algo que muitos nem conheciam. Os integrantes contribuíram com os conhecimentos prévios e a experiência de

vida. Um exemplo disso foi a pesquisa sobre a técnica usada na construção da Casa de Cultural Nair Mendes Moreira, quando G. explicou para os colegas como eram feitos os tijolos de adobe; segundo ele, em sua infância as casas ainda eram construídas dessa forma e ele já havia construído casas com essa técnica.

Outro aspecto trabalhado foi o uso de computadores na pesquisa. Os estudantes preencheram as fichas de inventários durante a investigação, os mais velhos foram estimulados a digitar, em muitos casos, encarando pela primeira vez os computadores, segundo o Senhor J.N, até hoje, só tinha usado o computador para jogar paciência.

Avaliamos que as atividades realizadas por meio da pesquisa em grupo oportunizaram experiências desafiantes que permitiram desenvolver atitudes colaborativas, além da construção e ou exploração de novas habilidades.

### **Atividade 3:** Palestra Patrimônio Cultural de Contagem

**Data:** 25/10/2017

**Descrição:** A palestra com o tema “ Patrimônio Cultural de Contagem” era uma das atividades prevista para o trabalho de educação patrimonial com a turma. Essa atividade é oferecida pela Fundação Cultural de Contagem para as escolas da cidade que a solicitam. O responsável pela ação educativa enviou o plano, com os temas tratados na palestra:

- Patrimônio Cultural
- Diferença entre o bem tombado e o inventariado;
- O que é restauração, conservação e preservação;
- Apresentação da história em quadrinhos.

**Recurso didático utilizado:** O recurso utilizado foi o data show.

**Fundamento:**

*A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio*

Aloísio Magalhães

A Coordenação de Educação Patrimonial da Fundação de Cultura de Contagem oferece uma formação patrimonial para os estudantes do município, com o objetivo de conscientizá-los acerca da importância desses espaços e manifestações para que se coloquem como usuários, guardiões e protetores dos mesmos. A iniciativa visa promover mudanças de atitude diante dos bens patrimoniais, ampliar o acesso a elementos culturais e ainda estabelecer vínculos mais sólidos dos estudantes com tais bens patrimoniais, possibilitando a compreensão do sentido do patrimônio para sua história, memória e cultura.

**Relato da experiência:** Os alunos foram reunidos na sala de vídeo da escola. Seguindo o planejamento, o palestrante se apresentou como responsável pelo setor educativo da Coordenadoria de Memória e Patrimônio Cultural de Contagem, e explicou que aquela seria uma das atividades educativas adotadas pela coordenadoria. Segundo ele as ações educativas são realizadas normalmente no Museu Histórico da Cidade, A Casa de Cultural Nair Mendes Moreira, no entanto esse espaço está temporariamente fechado, devido a obras de reparos.

A apresentação contribuiu para a conceituação do Patrimônio Cultural, e de suas dimensões arqueológicas, históricas, artísticas e imateriais como festa religiosa ou um modo de fazer. Para elucidar sobre tombamento e inventário, o palestrante narrou como acontece um processo de tombamento no município. Segundo ele, o bem é inventariado por indicação do poder público ou setores e ou órgãos da população, ao até mesmo por meio de indicação de um cidadão. Essa indicação é submetida ao COMPAC, Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, órgão destinado a orientar a formulação da política municipal de proteção do patrimônio cultural, composto por representantes de instituições públicas e a sociedade civil. O COMPAC avalia se a indicação é relevante para ser inventariada. O bem inventariado é apresentado ao Conselho para a aprovação do tombamento. O inventário seria, portanto, um procedimento pelo qual o poder público identifica, cadastra e protege os bens culturais da cidade. É ele que determina o início do processo de proteção do bem cultural indicando ou não o tombamento. De acordo com o art.125, da Lei Municipal nº 4. 647/13, “tombamento é o procedimento administrativo pelo qual o poder público submete o bem cultural móvel ou

imóvel de valor histórico, artístico, paisagístico, etnográfico, arqueológico ou bibliográfico à proteção do Município, declarando-o Patrimônio Cultural de Contagem. Determina ainda que “a natureza do objeto tombado determinará suas diretrizes da proteção”

Os estudantes tiveram algumas dúvidas. J.E. perguntou se “o inventário seria como o registro de cartório?” O palestrante respondeu que o inventário seria um documento com todas as características do bem, e mostrou um documento de inventário das casas da Rua Dr. Cassiano, explicando como os especialistas os fazem. O estudante G. queria saber “quem indica o bem para o processo de inventariação”. Foi respondido que podia ser a Coordenadoria de Memória e Patrimônio ou moradores que chamam para fazer uma avaliação técnica. Foi dado um exemplo, ocorrido recentemente, em que os técnicos procuraram uma comunidade cigana do município, que não aceitou conversar sobre um possível registro de sua comunidade. O estudante FA. queria saber “se o bem patrimonial tiver proprietário se ele poderia opinar sobre o tombamento desse bem”. Segundo o palestrante, o dono do bem não pode impedir o tombamento caso fique decidido que se trata de um bem significativo para a memória e história local, porém o Conselho leva em consideração quando se trata do único bem de alguém, e em alguns casos, o poder público compra o bem para realizar o processo de tombamento.

O grupo demonstrou interesse sobre a história dos bens patrimoniais que estão pesquisando. J.E. queria saber “sobre a origem do nome da Casa Rosa”, onde hoje funciona a biblioteca municipal e JN. “se a Casa de Cultura Nair Mendes Moreira tinha sido a sede do registro no passado”. Foi respondido que a casa Rosa, do século XVIII, já teve muitos donos, foi um comércio e hoje é de propriedade da prefeitura, a casa de Cultura, sempre foi residência, patrimônio ligado a pessoas endinheiradas da cidade.

**Foto 11** - Grupo participante da Palestra Oferecida pela FUNDAC



Fonte: Arquivo pessoal

**Avaliação:** A construção gradual da segunda etapa possibilitou o desenvolvimento dos estudantes para discutir e analisar criticamente o tema. Os textos e rodas de conversas permitiram a percepção do que é o patrimônio cultural, e como sua legitimação acontece, na maioria das vezes, em benefício do poder e das camadas sociais hegemônicas. Foi compreendido que as manifestações culturais populares também representam a história, memória e tradições importantes para a Cidade. Isso permitiu aos estudantes perceber a importância dos bens patrimoniais que representam a cultura popular, além de identificar seu patrimônio cultural.

O desenvolvimento do trabalho capacitou os estudantes a argumentar e ou questionar o conteúdo da palestra. Isso foi perceptível com indagações sobre quem escolhe o que deve ser tombado, ou a falta de acesso aos bens patrimoniais inventariados e tombados. Muitos nem sabiam da existência de bens protegidos na cidade, e indagavam por que esse conhecimento não chega a todos? Os estudantes interpelaram a falta de elementos preservados que remetem aos trabalhadores, no caso das torres da antiga fábrica de cimento Itaú e o estudante JN. disse que “sentia falta de objetos que remetem ao passado industrial, como uma caçamba ou ferramentas...”

Acredito que os estudantes construíram conhecimento significativo para o desenvolvimento do trabalho, com embasamento conceitual mais sedimentado, o que os habilita para identificar e pesquisar sobre o que o grupo deve inventariar.

**Atividade 4:** Bate Papo sobre Folia de Reis como o organizador do festejo

**Data:** 09/11

**Descrição:** Conversa da turma com o organizador da Folia de Reis com o objetivo de levantar informações de quem produz o festejo. Após a realização de alguns contatos, descobrimos que o organizador que esteve à frente da Folia de Reis do Bairro Industrial desde 1982, o Zé Goiano, havia falecido no final do ano de 2016. Atualmente está em seu lugar seu filho, Alanir Donizete, apelido, Negão, que participou do bate papo conosco.

**Recursos didático utilizado:** Bloco de anotações, ficha de inventário de Celebrações (APÊNDICE H)

**Fundamento:** Segundo a publicação do IPHAN “(...) para a construção do inventário é imprescindível conversar com quem produz, (...) conhece as referências culturais pesquisadas, como mestres de cultura popular, parteiras, contadores de histórias, artesãos, cirandeiros, entre outros”(IPHAN, p.9). A fonte oral é importante na transmissão de conhecimento e cultura dos grupos não hegemônicos, fundamental para a prática de salvaguardar a identidade cultural desses grupos.

**Relato da experiência:** O convidado levou um vídeo e a bíblia, estava vestido com a camisa da Folia de Reis. Ele se apresentou e contou um pouco sobre a história da Folia de Reis. Relatou sobre a origem portuguesa da celebração que narra a passagem da bíblia sobre o nascimento de Jesus, a perseguição do rei Herodes ao menino Jesus e do encontro dos três reis magos guiados pela Estrela Dalva para apresentá-lo.

Negão contou sobre a origem do festejo no bairro Industrial, quando seu pai, Zé Goiano convidou seus conterrâneos do Vale do Paraopeba para celebrar a Folia de Reis no bairro em 1982. Depois disso o encontro acontece todos os anos. Segundo ele ao longo dos anos a festa só foi crescendo, e hoje reúne cerca de 40 grupos de Folia de Reis de diversas cidades de Minas Gerais, principalmente da região do vale do Paraopeba. O festejo reúne em torno de

900 pessoas. Os recursos para a Folia são obtidos por meio de doações, e todos que trabalham, organizadores, músicos, cozinheiros, são voluntários, a maioria devotos dos Reis.

“Perto da escola existe uma igrejinha com a imagem dos Reis Magos, e uma estrela, imaginamos que tenha relação com a Folia de Reis””, perguntou a estudante ML. Segundo Negão, aquela capela começou a ser construída em 1992, nas terras doadas por um devoto de Santos Reis. Ele queria alcançar a cura de uma doença e doou o lote para a construção da igreja em homenagem aos Santos Reis. Por meio de doações e com o trabalho de voluntários a capela foi erguida. Depois da morte do doador devoto, o seu filho contestou a doação do pai e entrou na justiça para reaver o lote. A prefeitura entrou na disputa judicial. No final, houve um acordo. A prefeitura comprou o lote, tombou a igrejinha como patrimônio municipal, porém não arca com a manutenção e proteção do espaço. Segundo ele, está tudo em suas mãos, que tem que arcar com os custos do lugar, que foi alvo de predações e roubos, e atualmente está sem energia elétrica, cortada por falta de pagamento.

O estudante G. disse que “em sua terra natal, João Monlevade, ele participava do Congado da Nossa Senhora do Rosário, porém não conhecia a Folia de Reis e ele lembra que quando chegou em Contagem, há 27 anos viu a Folia do bairro, e se assustou, principalmente com os palhaços”. Negão explicou que as máscaras usadas simbolizam o disfarce que os reis magos usavam para despistar os guardas mandados por Herodes.

F, disse que “assim como G. muitos do bairro não sabem sobre a Folia de Reis, veem passando, mas não entendem sobre a festa e observou que poderia ser mais divulgado para os moradores do bairro”. Negão contou que hoje em dia existe muita discriminação contra a folia, principalmente por pessoas de religiões evangélicas. Ele esclareceu que os foliões que acompanham a Folia de Reis são devotos e possuem fé cristã, porém a festa é, antes de tudo, uma manifestação cultural e merece ser preservada e respeitada. S. ponderou que “muitas vezes o que falta é mais informação, muitos não sabem dessa importância cultural, às vezes se tivessem mais estudos como esse que estamos fazendo, as pessoas não seriam tão ignorantes e deixariam de discriminar”.

Segundo Negão, as atividades realizadas nas escolas, que valorizam a Folia, são muito importantes para o fortalecimento da celebração. Segundo ele a Fundação Cultural de Contagem não oferece apoio. Quando ele é chamado para contribuir nos estudos sobre a Folia



de Reis, vai com satisfação, pois reconhece que é uma maneira de fortificar a manifestação cultural.

O estudante G. perguntou “como anda a participação das pessoas mais jovens no festejo?” Negão respondeu que a maior preocupação dele é tentar trazer os mais jovens, mas é uma tarefa muito difícil, muitos estão preocupados com outras atividades, como festas, namoros. Procuram atrair os jovens com oficinas para ensinar a tocar instrumentos.

Negão e os foliões foram convidados pela turma para participarem da exposição que seria realizada na escola. Foi explicado que a exposição será sobre alguns bens patrimoniais de Contagem e em especial a Folia de Reis. Negão confirmou a presença e disse que convidaria um grupo de foliões para realizar uma apresentação. No fim, o palestrante concluiu agradecendo a oportunidade de participar do trabalho desenvolvido na escola e convidou o grupo para participar do Encontro da Folia de Reis de 2018, que acontecerá no dia 14 de janeiro.

**Avaliação:** Na avaliação dos estudantes foi uma conversa interessante, possibilitou saber mais sobre a folia, que conheciam superficialmente. Por meio do bate papo, os estudantes expuseram suas dúvidas e puderam desconstruir alguns conceitos e preconceitos sobre o tema. O estudante F. avaliou que “foi muito bom ter trazido o Negão para o bate papo, pois ele apresentou a manifestação cultural da Folia de Reis de uma forma que instigou a participação da turma.” Muitos disseram que vão participar do festejo em janeiro e levar familiares. L. relatou que “tinha o maior preconceito com Folia de Reis, agora estou muito curiosa para ver a apresentação deles”. O grupo avaliou, também, que precisa de mais divulgação e mais registros sobre o tema, uma vez que encontram muita dificuldade para encontrar material para pesquisa. M. argumentou que “é nossa função pesquisar e registrar para proteger a manifestação cultural do nosso bairro”.

**Foto 12** - Turma C, e Negão, organizador da Folia de Reis



Fonte: Fotografia da autora

**Atividade 5:** Apresentação da Pesquisa

**Data:** 13/11/2017

**Descrição:** Cada grupo deve apresentar a ficha de inventário produzida durante o trabalho sobre os bens patrimoniais, além de expor como foi o processo de confecção das fichas, apontando as fontes e bibliográficas usadas nesse processo.

**Recurso didático utilizado:** Data show

**Fundamento:** A exposição da pesquisa para a turma oferece aos participantes o desenvolvimento da oralidade e trabalha a capacidade de argumentação dos envolvidos. Além disso, ao apresentar o resultado do trabalho, os estudantes estão compartilhando com os colegas a aprendizagem sobre o tema, oferecendo questões a serem aprofundadas e debatidas.

**Relato da experiência:** O primeiro grupo a apresentar o trabalho foi o que pesquisou sobre a Igreja Matriz de São Gonçalo. Os estudantes projetaram a Ficha de Inventário que produziram utilizando o data show. Explicaram como a origem da capela está relacionada à origem do arraial, que hoje é a Cidade de Contagem. Mostraram que a construção da igreja sofreu muitas transformações ao longo dos anos, apresentando as seguintes fotografias.

Igreja Matriz de São Gonçalo, década de 1920



Igreja Matriz de São Gonçalo, década de 1950



Igreja Matriz de São Gonçalo, foto atual



O material utilizado para pesquisa foi o Atlas Escolar Histórico e Cultural de Contagem,

fotografias do acervo da Casa da Cultura Nair Mendes Moreira – Museu Histórico de Contagem e sites sobre a cidade.

O segundo grupo apresentou a pesquisa sobre o Centro Cultural “Prefeito Francisco Firmo Mattos Filho”. Foi exibida a ficha de Inventário com informações sobre a importância histórica do local. Ele conserva as características originais do período em que foi construído. Trata-se de um conjunto arquitetônico formado por dois casarões de tipologia colonial (Casa Amarela e Casa Rosa) remanescentes do século XIX e um casarão em estilo eclético (Casa Azul), construído no início do século XX (por volta de 1936). Segundo o grupo, o local tem hoje um significado cultural importante para a cidade, pois são equipamentos culturais à disposição dos moradores, onde funcionam a Biblioteca Municipal (Casa Rosa), um teatro (Casa Azul) e uma galeria de arte (Casa Amarela)

O grupo levou fotografias da visita que realizaram no espaço, mostrando as atividades culturais que vivenciaram ali.

**Foto 13** - Visita à exposição de quadros da Casa Amarela



Fonte: Fotografia estudante Francisco de Assis

**Foto 14** - Estudantes da turma C em frente à Casa Amarela



Fonte: Fotografia da autora

**Foto 15** - Estudante da Turma C em frente a galeria da Casa Amarela



Fonte: Autor desconhecido

O grupo avaliou que para incentivar a preservação da Casa da Cultura, mais pessoas tinham que conhecer sua história e importância. Para isso, o lugar tem que ser mais divulgado, para dar acesso aos moradores da cidade. Os estudantes construíram uma maquete da Casa Rosa.

**Foto 16** - Maquete construída por estudantes da Turma C



Fonte: Fotografia da autora

O terceiro grupo apresentou a pesquisa sobre a Casa de Cultural Nair Mendes Moreira, Museu Histórico de Contagem. Foi a apresentado o inventário e um pouco da história da edificação, considerado por muitos como a casa em que funcionava o registro que deu origem à cidade. A turma optou por apresentar um vídeo, em que uma das coordenadoras de memória e patrimônio de Contagem mostra o espaço e fala sobre sua importância para o município.

Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1BMMmxeaiS8>

Segundo os estudantes esse lugar é muito importante para a cultura da cidade, já que é o Museu Histórico de Contagem, aberto a visitas. Desenvolve pesquisas e ações voltadas para a educação patrimonial, tem uma galeria para exposições e espaço para lançamento de livros. O espaço oferece também área aberta no antigo quintal onde são realizadas palestras, seminários e eventos artísticos.

A última apresentação foi a da Folia de Reis do bairro Industrial. Como essa pesquisa foi realizada em colaboração por todos os integrantes da turma C, fizemos uma leitura conjunta da versão final da Ficha de Inventário, produzida de forma compartilhada, seguido de um bate-papo sobre a experiência na elaboração da pesquisa, que orientou a avaliação da atividade.

**Avaliação:** Os participantes perceberam como é importante o processo de inventariar, compreendendo que o procedimento pode ser realizado pela comunidade e grupos culturais populares, detentores do bem patrimonial. Esses grupos podem criar mecanismos próprios para salvaguardar uma riqueza que lhes diz respeito, portanto, digna de valorização e proteção. O caso do inventário da Folia de Reis foi exemplar. Os estudantes observaram que as principais informações foram obtidas por meio do depoimento do organizador. Essa percepção permitiu uma reflexão, embasada no processo de aprendizagem no qual estão envolvidos, sobre os bens patrimoniais oriundos da cultura popular. Assim como na ficção do filme *Narradores de Javé*, os estudantes perceberam que existe um perigo no suporte da memória limitado à fonte oral, e o quanto é importante um registro desse tipo de patrimônio cultural. F. chamou atenção sobre a fragilidade da manifestação cultural, do perigo dessa riqueza cultural se perder.

### Quinta etapa: Construindo a exposição

---

#### Atividades Programadas

---

**Atividade 1:** Planejamento, Organização e Negociações

**Atividade 2:** Processo de Construção da Exposição

**Atividade 3:** A Exposição “Memória Cultural e Afetiva em Retratos e Registros”

---

**Atividade 1:** Planejamento, Organização e Negociações

**Data:** 16/11/2017

**Descrição:** Inspirado na etapa de Ações Museais, desenvolvido pelo Programa Pontos de Memória, busca-se por meio de uma exposição apresentar para a comunidade os bens patrimoniais inventariados de forma compartilhada pelos estudantes da turma C. Para isso o grupo definirá de forma colaborativa o que expor, a fim de sensibilizar a comunidade acerca da importância dos bens patrimoniais e culturais estabelecidos na cidade. Trata-se de um exercício que promove a autoestima e autonomia dos estudantes, cujo trabalho, fruto de conquistas de novos saberes, habilidades e superação de dificuldades, é apreciado pela comunidade escolar.

**Recurso didático utilizado:** Caderno para anotações; site “Janela do Sensível” Guia para elaboração de exposição no espaço escolar, disponível em:

<http://janeladosensivel.pro.br/por-que-fazer-uma-exposicao/>

**Fundamento:** A preparação de uma exposição oferece aos estudantes a oportunidade de encarar o desafio de narrar visualmente a vivência do trabalho sobre patrimônio cultural, revisitar cada passo do processo de aprendizagem, elaborando e ressignificando o conhecimento construído nesse processo. Além disso, considerando a especificidade da linguagem expositiva, eles são desafiados a criar estratégias para construir uma narrativa com imagens e objetos e atingir os visitantes, por meio da sensibilidade e do estímulo dos sentidos, a exemplo do que ocorre nas exposições museológicas.

**Relato da experiência:** Foi realizada uma reunião com os estudantes da turma C para planejar, organizar e deliberar quais as informações, objetos e materiais seriam utilizados na construção da exposição. O grupo discutiu e estabeleceu qual a ideia que queriam passar com a exposição. Iniciamos a conversa com o seguinte questionamento: Qual concepção de patrimônio cultural foi construída por meio do trabalho realizado? Após lançar essa questão, foi dado um tempo para que o grupo pudesse elaborar respostas e internalizá-las. Durante esse período de maturação e construção do conceito que pretendíamos dar a exposição, apresentei ao grupo o site “Janela do Sensível”. Trata-se do produto final apresentado no PROMESTRE-UFMG, da mestrandia Giovanna A. Vichiato Lima. É um guia para a elaboração de exposições no espaço escolar. Esse site oferece o passo a passo para os estudantes conseguirem elaborar sua exposição. O grupo ficou estimulado e fez anotações para o planejamento da exposição. Criaram a partir daí um roteiro de ação.

F. ficou responsável por registrar o planejamento. O grupo resolveu que a primeira ação era escolher o tema. R. lembrou que “o tema deveria ser a resposta da pergunta inicial colocada pela professora. Aprendemos que o patrimônio cultural é aquilo que toca determinado grupo, ou que o representa. Não precisa ser necessariamente um bem tombado, mas algo que une pessoas em torno dele”. S. completou que o “patrimônio cultural nem sempre precisa ser antigo, mas tem que passar para outras gerações, ficar na memória”. G. disse que “não sabia o que era patrimônio cultural até fazer esse trabalho, e aprendeu que as pessoas atribuem valores diferentes ao patrimônio, que tem que primeiro conhecer para valorizar, foi o que aconteceu comigo”. Sugeri que, de acordo com a fala dos estudantes, o tema da exposição deveria ser o patrimônio cultural de Contagem sob o ponto de vista dos estudantes da turma C.

Dando prosseguimento ao roteiro, o próximo passo seria decidir o que expor. Sugeri as fotografias que tiramos em todas as etapas do trabalho, mostrando o caminho que percorremos para construir conhecimento sobre o patrimônio cultural da cidade. R. deu a ideia de expor a maquete da Casa Rosa, “muita gente não conhece, quando vir a maquete vai ficar curioso para saber mais”. “Podemos expor também as fotografias dos espaços que conhecemos no centro de Contagem, mostra nosso ponto de vista sobre o lugar que conhecemos”, completou F. A estudante M, disse que “devemos ter um lugar especial na exposição para a Folia de Reis do bairro, pois as pessoas não conhecem muito, se conhecerem vão dar mais valor, respeitar, tem que partir da gente que mora aqui, pois como vimos os “governantes” não estão nem aí, por eles, até acabava”. Combinei com os alunos de convidar um grupo de foliões para se apresentarem no dia da exposição. A estudante C sugeriu que “buscássemos fotografias e vídeos sobre a Folia de Reis do bairro Industrial com o organizador do festejo, o Negão”. F. Lembrou que “tínhamos que expor os inventários, para os visitantes que se interessarem em aprofundar o conhecimento sobre os bens patrimoniais que inventariamos”.

O próximo passo é escolher o local e data da exposição, a escola funciona em três turnos, portanto, para não atrapalhar as atividades dos outros turnos, escolhemos uma sala que não tem aula todos os dias. Descobrimos nos fundos da escola uma sala de ginástica, que atualmente não está sendo utilizada. O grupo decidiu que seria o espaço ideal para realizar a exposição, uma vez que tem acesso a um portão que poderia ser a entrada utilizada para os



visitantes, além de estar próximo a um pequeno pátio, onde poderia ocorrer a apresentação da Folia de Reis. Escolhemos a data de 22 de novembro, após o dia do “provão”, portanto os estudantes poderiam se dedicar a montagem e organização da exposição sem se preocupar com as provas.

Definido o local, foi possível planejar como expor os objetos e fotografias. Combinamos que na parede em frente à entrada faríamos uma faixa com o nome da exposição. As fotografias seriam expostas de acordo com o tema, divididas em três grupos temáticos. O primeiro agrupamento de fotografias, seria dedicado aos bastidores do trabalho, com a coleção de fotos da experiência em todas as etapas desenvolvidas. O segundo grupo, teria as fotos tiradas no Centro Histórico de Contagem, durante o trabalho de campo. Essas imagens retratam o olhar dos estudantes da turma C sobre bens patrimoniais. O terceiro grupo de imagens seria dedicado ao bem patrimonial local, a Folia de Reis, que puderam conhecer melhor e se apropriar, em prol da valorização da cultura local.

Assim, foram selecionadas e tratadas as fotografias que seria seriam expostas, identificadas com autor, e data. As cores das molduras eram de acordo com o tema da foto.

Para a montagem da exposição fizemos uma pequena lista com materiais necessários, tais como, mesas, para expor os inventários; tecido de TNT, para cobrir informações da sala de ginástica, pintadas nas paredes; papel cartão em três cores, para fazer as molduras das fotografias. Fizemos o pedido dos materiais e da impressão das fotos para a coordenadora da escola, que providenciou e colaborou com a execução do projeto.

Para a divulgação, construímos um texto de release que foi enviado junto com um convite para a Fundação Cultural de Contagem, que fez a divulgação no site e na página de facebook da fundação. Além disso, foi confeccionado um convite para os estudantes entregarem aos familiares e amigos.

**Avaliação:** Os estudantes ficaram muito envolvidos com a organização da exposição. Foi importante como aprendizagem de planejamento de atividades, de como se faz uma exposição e da necessidade de um trabalho coordenado e cooperativo da turma.

**Atividade 2:** Processo de Construção da Exposição**Data:** 20/ 11/2017 e 21/11/2017

**Descrição:** Nessa etapa foi realizada de forma coletiva a montagem da exposição, colocando em prática o planejamento.

**Recurso didático utilizado:** Tecidos de TNT, papel cartão, cola branca, cola quente, fita adesiva, escada, cordão, fotos, fichas de inventário.

**Relato da experiência:** Como combinado, a turma chegou para a montagem com roupas confortáveis e sem o material escolar. Fomos para a sala da exposição, levando materiais necessários, como cola quente, escada, tesouras e fitas adesivas. Os professores da escola se colocaram à disposição para a montagem, contribuindo, fazendo impressões e oferecendo suporte em tudo que era necessário.

Para facilitar a montagem, a equipe foi dividida em grupos de trabalhos. O grupo 1 cuidou da limpeza do local e dos objetos que seriam expostos, observando se o espaço estava bem iluminado ou se era necessário fazer algum reparo. Providenciou também mesas, que seriam utilizadas para expor os objetos. O grupo 2 ficou encarregado de fazer o tratamento das fotos, levando em consideração o tema de acordo com a cor da moldura, a identificação e legendas. O grupo 3 se encarregou de dispor os objetos na sala. As paredes da sala foram cobertas com tecido de TNT, em seguida fixaram a faixa com o título e textos informativos sobre os trabalhos expostos e dispuseram os objetos da exposição. A montagem da exposição demandou dois dias de trabalho.

**Avaliação:** A montagem da exposição foi um sucesso, pois todos os estudantes estavam comprometidos e engajados. Os estudantes chegaram animados e conseguiram se organizar, dividindo as tarefas de acordo com as habilidades de cada um.

**Foto 17** - Exposição “Memória Cultural e Afetiva em Retratos e Registros



Fonte: Fotografia da autora

**Foto 18** - Banner da Folia de Reis do Bairro Industrial, em exposição



Fonte: Fotografia da autora

**Foto 19 - Inventários Compartilhados em exposição**



Fonte: Fotografia da autora

**Foto 20 - Maquete da Casa Rosa, em exposição**



Fonte: Fotografia da autora

**Atividade 3:** A Exposição “Memória Cultural e Afetiva em Retratos e Registros**Data:** 22/11/2017**Descrição:** Abertura da Exposição “Memória Cultural e Afetiva em Retratos e Registros” no dia 22 de novembro, às 19h.

**Relato da experiência:** Os estudantes chegaram um pouco mais cedo, como combinado, para recepcionar os convidados. Aos poucos foram chegando os integrantes da Folia de Reis do bairro industrial, convidados para fazer uma apresentação para a comunidade. As famílias dos estudantes também compareceram. O Senhor J.N. chegou acompanhado de sua esposa, e com muito orgulho apresentou o trabalho; CR, levou o filho e sua mãe, que perguntava sobre as fotografias, “essa foto que você tirou naquele lugar que conheceu?” R. levou as filhas e as apresentou para todos os professores. F. escolheu um figurino impecável, digno de artista, camisa social e chapéu. RC. vestiu roupa social e usava um lenço vermelho no pescoço, disse que era para receber bem os visitantes. Todos convidaram pessoas próximas, e podíamos perceber que estavam orgulhosos pelo trabalho que realizaram.

**Foto 21** - Estudantes da Turma C

Fonte: Fotografia da autora

**Foto 22 - Estudantes da Turma C**

Fonte: Fotografia da autora

Estavam presentes todos os professores da escola, coordenadora, supervisora, diretora e a vice-diretora. Recebemos também uma representante da Secretaria de Educação da cidade e um representante da Fundação Cultural de Contagem.

O grupo da Folia de Reis formado por dez integrantes se reuniu, e começou a afinação dos instrumentos: acordeom, violão, cavaquinho, tambores e chocalho. O organizador da Folia de Reis, Negão, falou um pouco sobre a Folia de Reis aos convidados, explicou que os foliões iam cantar passagens da Bíblia que remetem ao nascimento de Jesus. Segundo Negão, mesmo sendo um festejo com conotação religiosa, queriam destacar a importância cultural da celebração que reúne no bairro Industrial milhares de pessoas todos os anos, desde 1982. Em seguida a Folia de Reis se apresentou, com a narração da visita dos reis magos a Jesus, acompanhado pela música dos instrumentistas. No final da apresentação, todos foram convidados para um jantar oferecido pela escola.

**Foto 23** - Grupo “Nossa Senhora da Paz”, Folia de Reis do Bairro Industrial



Fonte: Fotografia da autora

**Avaliação:** A abertura da exposição na escola coroou o trabalho da turma C. Os estudantes se envolveram com o projeto e se sentiram engrandecidos em expor os resultados, especialmente para seus familiares. O evento mobilizou todos os professores e a direção, que ofereceu total assistência. Representantes da Secretaria de Educação e da Fundação Cultural prestigiaram a Escola e o trabalho dos estudantes comparecendo à exposição. Os integrantes da Folia de Reis, como representantes da comunidade do bairro, comprometidos com a exposição e o trabalho dos estudantes, ficaram felizes por divulgar o festejo.

#### **Avaliação do trabalho:**

*Mas as coisas fíndas, muito mais que lindas, estas ficarão*

Carlos Drummond de Andrade

Ao final da realização das etapas da formação patrimonial, buscamos compreender como a turma C avaliou a participação nesse projeto. Para isso, os estudantes foram convidados a gravar um depoimento sobre a experiência que tiveram. Nessa atividade, que aconteceu individualmente em uma sala com privacidade, os estudantes foram encorajados a avaliar como foi o processo de aprendizagem, o que foi mais significativo, quais foram os maiores desafios e como a realização do trabalho os afetou.

O estudante F. avaliou que “aprendeu bastante. Mesmo se interessando por História, reconheceu que sabia pouco sobre a História de Contagem e que o tema da pesquisa foi muito interessante, pois nunca tinha pensado na interferência do patrimônio cultural em sua vida. Na percepção do estudante, existe pouco apoio do governo para a cultura e os próprios moradores da cidade ficam excluídos do acesso a atividades culturais, ligadas ao patrimônio cultural e histórico de Contagem”.

A Estudante C.R. também avaliou que “foi importante a realização do trabalho, e que nem todos da turma tinham consciência da importância da preservação do patrimônio cultural. Destacou que com a experiência eles puderam desenvolver a capacidade de reconhecer os bens patrimoniais que os cercam, como por exemplo, a Folia de Reis do bairro. Como trabalha como fotógrafa, a estudante acredita que contribuiu com os registros fotográficos. Senti que todos colaboraram com experiências que já tinham”.

O Senhor J.N. considerou que “aprendeu muito acerca da origem da Cidade, expressa nos patrimônios que pesquisou. Aprendeu o que é patrimônio e como os especialistas realizam o inventário. Avaliou que o mais significativo foi trabalhar em grupo, pois fortaleceu o vínculo entre os colegas da turma”.

A estudante ML.”agradeceu pela oportunidade de aprendizagem e superação de desafios. O que ela mais gostou foi o passeio no centro histórico da Cidade, pois nunca tinha ido lá. Agora sente a vontade de frequentar mais esses espaços e já está inteirada da agenda cultural da cidade”.

O estudante G. considerou que “nunca tinha realizado pesquisas desse tipo e durante o processo aprendeu o que é o patrimônio cultural. Para ele o interessante é que não havia percebido que o patrimônio estava tão próximo, como a manifestação de Folia de Reis do Bairro industrial. Ele não conhecia a Folia, mas já havia participado do congado em sua terra natal, e agora está interessado em participar também dos festejos da Folia de Reis”.

A estudante S. também considerou que “foi muito bom realizar o trabalho em grupo”. RO. avaliou que, “ao mesmo tempo, que o projeto tinha lazer, tinha aprendizagem e que havia sido uma ótima experiência, pois nunca tinha ido a uma exposição ou a um museu”. RC. disse que “o que mais gostou foi da exposição que realizaram na escola, pois pode levar sua família



para ver os trabalhos construídos por ela. Também destacou o estudo da Folia de Reis, pois antes tinha muito preconceito com essa celebração e agora percebe a importância cultural desse festejo”.

Para SO. “foi muito bom aprender sobre os bens patrimoniais tombados de Contagem e considerou que todos deveriam conhecer mais sobre esse tema”. W. contou que “foi muito importante conhecer mais sobre Contagem, pois nasceu em Diamantina, mora em Contagem há alguns anos e sempre passava pelo centro histórico da cidade, mas nunca soube sobre o valor cultural daquele espaço. Também pretende participar regularmente da Folia de Reis do Bairro Industrial, que ficou conhecendo com o trabalho”.

D. “destacou a participação de todos no projeto, que uniu o grupo. Para ela, o melhor foram os passeios. H. gostou da experiência, pois aprender é muito bom. Fica feliz em participar dessas atividades, pois sente que perdeu muito tempo quando não frequentava a escola”. S.L. “gostou de todo o processo, desde o filme Narradores de Javé até a montagem da exposição, e avaliou que tudo contribuiu para sua formação: as conversas e colocar a mão na massa, na hora de construir a maquete que foi exposta”.

Em conversa com P. mestre da Folia de Reis, convidado a se apresentar na escola, percebi que ele ficou muito comovido por ser chamado para participar do evento. Nas suas palavras “depois de todos os anos que realizam a Folia de Reis no bairro, a escola nunca tinha feito esse convite, foi bom falar mais do nosso trabalho, explicar o que é, falar do aspecto cultural, ultimamente estamos sofrendo muito preconceito e intolerância religiosa, estar aqui é muito importante para a valorização da cultura local”.

Portanto, com os relatos dos envolvidos no trabalho, podemos perceber como o desenvolvimento dessa atividade, fortaleceu laços afetivos entre o grupo e com os espaços de memória da cidade, em especial com a manifestação da Folia de Reis do bairro. Além disso, muitos avaliaram que tiveram aprendizagem significativa, segundo a avaliação de F, “esse envolvimento é o que fica, daqui alguns anos, muitas coisas do tempo da escola serão esquecidas, porém ficará na memória do grupo como foi gratificante participar desse trabalho”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização inicial que motivou esse trabalho, acerca fragilidade da relação dos estudantes da rede municipal de educação de Contagem e seu patrimônio cultural urbano foi confirmada no decorrer da pesquisa. O que era uma suposição construída pela observação, pode ser certificado com a Turma C da EJA, durante a experiência de desenvolvimento da metodologia de Inventário Compartilhado.

O questionário aplicado com vistas a traçar o perfil dessa turma permitiu apurar, principalmente, a relação desses estudantes com os suportes de memória e história da cidade. Os resultados mostraram que poucos dos participantes conheciam o centro histórico da cidade ou compreendiam a importância do patrimônio cultural local. Da mesma maneira, poucos usufruíam do Museu Histórico da Cidade, percebendo sua importância para se compreender a cidade. Quanto ao reconhecimento de outros bens patrimoniais, constituídos na região onde moram, a maioria do grupo não se identificava com tais manifestações culturais. Esse foi o caso da Folia de Reis que, após o inventário compartilhado, passou a ser conhecido e reconhecido pelo grupo.

Esse diagnóstico inicial da turma corroborou a opção por uma metodologia que ajudasse na construção de vínculos desse grupo com sua história e memória por meio do acesso ao patrimônio cultural. Por conseguinte, assumimos que seria necessário elaborar uma ação educativa que tivesse como foco a representatividade dos bens, de modo a corresponder à diversidade social e cultural dos estudantes, permitindo, dessa maneira, que a função do patrimônio seja realizada no sentido de que esse grupo possa ser reconhecido nesse repertório. Neste sentido utilizamos o procedimento do inventário, subvertendo o seu emprego tradicional por especialistas. Ao compartilhá-lo com a turma C da EJA alcançamos o objetivo de abrir espaço para a participação dos estudantes no processo de construção e apropriação de seu patrimônio cultural.

Durante o desenvolvimento do projeto, foi observado que o trabalho mobilizou o grupo. Os próprios participantes avaliaram o seu envolvimento e perceberam que foi uma aprendizagem que contribuiu para sua formação cidadã. Os resultados alcançados e a avaliação dos estudantes sobre a experiência reforçaram a perspectiva de que a construção compartilhada do Inventário dos bens culturais locais representou uma possibilidade de democratização do acesso aos espaços museológicos e ao patrimônio urbano. Para boa parte dos envolvidos o projeto oportunizou experimentarem pela primeira vez uma visita aos espaços patrimoniais da cidade. Em depoimentos colhidos foi possível verificar que muitos

não frequentavam tais lugares ou por não conhecer ou por temer serem impedidos de entrar. Porém o trabalho descortinou novas possibilidades de aprendizagem, assim como de usufruir dos espaços urbanos.

O desenvolvimento da pesquisa rendeu resultados valiosos também ao reconhecer os seus participantes a atores culturais, engajados na construção de um patrimônio socialmente representativo. Eles não só passaram a conferir sentido aos bens patrimoniais já protegidos, como se mostraram capazes de reconhecer em manifestações de suas realidades culturais, riquezas dignas de preservação e valorização, evidenciando processos de fortalecimento da autoestima do grupo. Os participantes puderam construir um percurso de aprendizagem e avaliar a sua atuação nesse processo. E concluíram essa experiência, atuando como agentes de difusão cultural, uma vez que montaram uma exposição com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar acerca dos bens culturais que a cidade oferece.

Consideramos que os resultados obtidos com o desenvolvimento da Metodologia de Inventário Compartilhado superaram as expectativas iniciais de aproximação e acesso, atingindo patamares mais profundos. A cidade foi compreendida como espaço educativo, capaz de promover aprendizagens e processos de (re) significação dos sujeitos na sua relação com os lugares de vivência. A experiência alargou a noção de patrimônio para além dos bens tombados, permitindo a valorização e percepção de bens patrimoniais culturais que permeiam a vida dos estudantes.

Apesar dos resultados positivos obtidos com os estudantes, a pesquisa evidenciou que existe uma lacuna nos conteúdos trabalhados na escola acerca do patrimônio cultural. De acordo com a maioria dos participantes era a primeira vez que se trabalhava o tema do patrimônio em ambiente escolar. Essa constatação pode servir de termômetro para se dimensionar a carência de projetos dessa natureza nas escolas, assim como permite inferir que a falta de material e suporte didático sobre o tema é fator que contribui para isso. Dessa forma, acredita-se que a produção do Guia “O Inventário Compartilhado: Um Guia de Educação Patrimonial” possa inspirar mais experiências educativas e auxiliar outros profissionais engajados no processo de forjar alternativas educativas emancipadoras e libertadoras utilizando o patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda. *Museus, Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

ALENCAR, S.E.P. *O cinema na sala de aula: uma aprendizagem dialógica da disciplina*  
FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da liberdade – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980. História. Dissertação. Fac. de Educação. Univ. Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 2007.

BARROS, Laura; KASTRUP, Virgínia. *Cartografar é acompanhar processos*. In: *Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA Liliana. (Orgs). Porto Alegre: Ed. Sulina, 2012.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação. *Proposições Curriculares Ensino Fundamental 3º Ciclo– História*. Belo Horizonte, SMED. 2008-2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CAMPOS, Marília Aparecida. *Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural*. Prefeitura de Contagem, 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

COELHO, Teixeira (org.). *Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário*. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 1999.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Souza. *Dimensões do Museu no cenário atual e o acervo do Museu de Divinópolis*. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota; CATÃO, Leandro Pena; PIRES, João Ricardo Ferreira (orgs.). *Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). *Conceitos-chaves de museologia. Tradução e comentários Marília Xavier Cury e Bruno Broulon*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura, 2013

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. Artigo. Revista Eletrônica Museologia e Patrimônio. PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 6 no 1 – 2013

HORTA, M. de Lourdes Parreiras et al. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

GRISPUM, Denise. Educação para o Patrimônio: Museu de Arte e Escola -Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. 2000. 131p. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para Além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C.A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

GREENBLATT, Stephen. Resonance and wonder. In: KARP, Ivan; LAVINE, Steven L. (Ed.). Exhibiting cultures: the poetics and politics of museums display. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.

HISSA, Cássio E.V. Entrenotas. Compreensão de pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

IBRAM. Museus em Números. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/publicacoes-e-documentos/museus-em-numeros/>>. Acesso em junho de 2017

IBRAM. \_\_\_\_\_ Pontos de memória: Metodologia e práticas em museologia social: Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília: Phábrica, 2016.

ICOM (1984), Declaração de Quebec. Princípios de base de uma Nova Museologia. [Consultado a 15.07.2016]. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>> Acesso em junho de 2017

ICOM \_\_\_\_\_ (1972), Declaração de Santiago de Chile. [Consultado a 12.06.2016]. Disponível em: <[http://www.museologiaportugal.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3:deklaracao-desantiago1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile1072&Itemid=3](http://www.museologiaportugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3:deklaracao-desantiago1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile1072&Itemid=3)> Acesso em junho de 2017

JARDINEIRINHO, Raquel. Estratégias Museológicas Participativas: Refletindo e atuando em Sociologia. In: Cadernos de Sociomuseologia – 2. 2013.

JEUDY, Henry-Pierre. A maquinaria patrimonial. In: JEUDY, Henry-Pierre. Espelhos das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: Caderno de Diretrizes Museológicas I. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2002.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Analisando a dinâmica da relação museu-educação formal. Caderno do Museu da Vida, Rio de Janeiro, MAST/ Museu da Vida, 2001-2002. (O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu).

LIMA, Giovanna Antônia Vichiato. A exposição como experiência pedagógica de sentidos. 2016. Dissertação (PROMESTRE)\_FAE, UFMG, Belo Horizonte.

LOPES, Maria Margareth. A favor da desescolarização dos museus. Revista Educação & Sociedade – Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Campinas, v.3, n.40, dez 1991.

MARANDINO, Martha. A pesquisa educacional e a produção de saberes nos museus de ciência. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, supl. p. 161-181, 2005. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702005000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000400009&lng=en&nrm=iso)> Acesso em junho de 2017

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Jus Navigandi, 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11164/o-inventario-comoinstrumento-constitucional-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso: em ago. 2017.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação para o Patrimônio. Educação em Revista, n.º. 47, p.135-155. Belo Horizonte, 2008.

MELO NETO; Perspectivas epistemológicas da educação popular. In: BRAYNER, Flávio. (Org.). Educação popular: novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife: Editora da UFPE, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos Santos; KESSEL, Carlos Guimarães (org.). Museus & Cidades. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de museologia social. Cadernos de museologia, v.1, 1993.

MYNAYO, Maria Cecília de S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2015.

NASCIMENTO, Júnior José do; CHAGAS, Mário de Souza. Diversidade museal e movimentos sociais. In: NASCIMENTO Júnior, José do (org.). IBERMUSEUS 2: Reflexões e comunicações. Brasília/DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, departamento de Museus e Centros Culturais, 2008

PEREIRA, Júnia Sales; BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. Museu e experiências docentes. Ensino Em Re-Vista, Belo Horizonte, v.20, n.1, p.83-94, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista>> Acesso em junho de 2017

PEREIRA, Júnia Sales; ORIÁ Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. Resgate Revista Interdisciplinar de Cultura, São Paulo, v.20, n. 23. p. 161-171 jan./jun. 2012 Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/260>> Acesso em junho de 2017

PINTO, Julia Rocha. O papel social dos museus e a mediação cultural. Polídromo, Santa Catarina, n.º.7, 2012.

QUEROL, Lorena Sancho. Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do Inventário Participado. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXV. 2013.pág. 165-188

RIBEIRO, Maria das Graças. Inclusão Social em Museus. In: X Reunión de la Red de Popularización de la Ciência y la Tecnología em America Latina y el Caribe (RED POP – UNESCO) y IV Taller “Ciência, Comunicación y Sociedad”, São José, Costa Rica, 2007.

RODRIGUES e OTAVIANO 2001. Guia Metodológico de Trabalho de Campo em Geografia  
Antonia Brito Rodrigues Claudia Arcanjo Otaviano Geografia , Londrina, v. 10, n. 1. jan./jun. 2001

SANTOS, Anderson Cunha. Produto educativo decifrar a cidade: vivências em educação patrimonial proposta de formação de educadores patrimoniais.2017.Dissertação (PROMESTRE)\_FAE,UFGM,Belo Horizonte.

SANTOS, M. C. (2007). Os Museus e seus Públicos invisíveis. Comunicação apresentada no I Encontro Nacional de Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu, Escola e Comunidade: uma integração necessária. Salvador: Bureau Gráfica Editora, 1987, 215p. (patrocínio do Ministério da Cultura).

SILVA, Claudia Feijó. A Atuação Participativa entre Historiadores e Comunidade: Processo Metodológico de Inventário Participativo. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e diálogo Social. ANPUA. Natal. RN. 2013.

SILVEIRA, André Luís Marques; BIAZUS, Maria Cristina V.; AXT, Margarete. AS ações educativas em museus de arte no Brasil. Polídromo, Santa Catarina, nº.7. 2012.

SMITH, L (dir.), Cultural Heritage. Critical Concepts in Media and Cultural Studies, London, Routledge, 4 vol. 2006.

TEIXEIRA, I. A. C. A diversidade cultural vai ao cinema/ organizado por Inês Assunção de Castro Teixeira e José de Souza Miguel Lopes. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez,2011.



THISTLEWOOD, David. Estudos críticos: O museu de arte contemporânea e a relevância social. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). Arte-educação: leitura no subsolo. São Paulo: Cortez, 1999.

TISDALE, Rainey. City Museums and Urban Learning. *Journal of Museum Education*, v. 38, n. 1, p. 3-8. London, 2013.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Governança em rede: o caso do Sistema Brasileiro de Museus. In RENNÓ, Lucio (Org.). Coletânea de políticas públicas de cultura: práticas e reflexões. Brasília: Universidade Católica de Brasília/Ministério da Cultura. 179-225.2011.

\_\_\_\_\_ Museologia Social: apontamentos históricos e conceituais. Artigo. *Cadernos de Sociomuseologia* 8-2016.

VARINE, Hugues de. Museu Comunitário como processo continuado. *Cadernos do CEOM*. 17, nº.14, 2014.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO - LEVANTAMENTO DE PERFIL DA TURMA

Responda às perguntas para a construção do perfil da turma.

Sexo:

---

Idade:

---

Profissão:

---

Renda:

---

Naturalidade:

---

Se é de outra cidade, há quanto tempo mora em Contagem?

---

Você já havia ido ao centro de Contagem antes do nosso trabalho de campo?

---

Quantas vezes?

---

## APÊNDICE B – ROTEIRO PARA RODA DE CONVERSA SOBRE O FILME

### *Narradores de Javé*

Professora: Camila Iris Corrêa

Turma: segundo segmento C

#### Questões discursivas propostas:

- Conhecimento dos especialistas x Conhecimento popular
- Recorrer à importância do patrimônio para salvar Javé
- Tradição local/ “Divisas Cantadas”
- O perigo dos registros patrimoniais apenas na oralidade
- O valor e ou importância dos registros históricos, e patrimoniais
- Os moradores elegem o que consideram importante para ser inventariado/ Inventário Compartilhado
- Importância da cultura material, o sino da igreja participa de todas as versões contadas pelos moradores

#### Questões levantadas em grupo:


## APÊNDICE C – RELATO E AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO NO CENTRO HISTÓRICO DE CONTAGEM

Atividade: Responder o questionário proposto com o objetivo de refletir e avaliar sobre a experiência da visita ao Centro Histórico de Contagem.

1. Você já conhecia o centro de Contagem?

---

2. Se você já conhecia o lugar, a visita permitiu alterar sua percepção sobre aquele espaço? O que mudou?

---

3. Se você ainda não tinha ido ao centro de Contagem. O que você achou daquele espaço? Por que você ainda não o conhecia?

---

4. Faça o exercício de descrever as sensações que vivenciou no trabalho de campo.( exemplo: conte se se sentiu ansioso (a), curioso (a))

---

5. Você considera que as atividade que desenvolvemos antes da vista ( assistir o filme “Narradores de Javé”, Rodas de Conversas) ajudaram na compreensão daquele espaço como patrimônio cultural? De que forma?

---

6. Você considera importante conhecer locais como o que visitamos?

---

7. Faça um pequeno parágrafo recomendando a visita para alguém que você conheça. (Explique o que é aquele espaço, qual a sua importância, porquê você está recomendando essa visita.)

---

---

---

## **APÊNDICE D – INVESTIGAÇÃO E PESQUISA SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE CONTAGEM**

Para a realização do nosso trabalho de Educação Patrimonial, será necessário aprofundar nosso conhecimento sobre nosso objeto de estudo, que é o centro histórico do município. Nessa etapa do nosso trabalho vamos investigar, pesquisar e estudar sobre o centro de Contagem, com o objetivo de identificar e apresentar para o grupo o lugar ou objeto que deve ser inventariado de forma colaborativa pela turma.

Como já estudamos, o inventário é uma forma de registro que oferece fundamento para o tombamento, que é proteção oficial e legal a um edifício, um conjunto de edificações, centros urbanos históricos, ou objetos e coleções de significado exemplar para a sociedade. Comumente esse artifício pertence a especialistas da área. Vamos tomar emprestado a técnica de inventariar e usá-la como recurso educativo para conhecer e melhor desfrutar do Centro Histórico de Contagem.

A importância em se apropriar desses espaços está em compreendê-lo como uma referência a um momento na trajetória histórico-cultural de um povo, um instrumento da memória coletiva. Assim, jamais pode ser estudado isoladamente. Os monumentos que compõem o centro histórico devem ser vistos como elementos do meio ambiente histórico, e como tal devem ser analisados em seu contexto social e histórico, ao longo do tempo.

Para realizar a pesquisa, a turma será dividida em grupos de quatro pessoas, e cada grupo deve escolher qual bem patrimonial do Centro de Contagem será objeto de sua pesquisa.

Os grupos serão formados de acordo com o interesse dos componentes em estudar tal espaço, após a realização da investigação cada equipe deve apresentar os resultados para a classe.

O material produzido durante esse trabalho será utilizado para a construção de uma exposição aberta à comunidade, no próximo mês.

Etapas do trabalho:

4) Divisão da turma em grupos:

Os grupos serão formados segundo o interesse dos estudantes pela pesquisa acerca dos bens patrimoniais:

Grupo 1: Casa da Cultura Nair Mendes Moreira

Grupo 2: Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho

Grupo 3: Biblioteca Pública Municipal “Dr Edson Diniz (casa rosa)

Grupo 4: Igreja Matriz de São Gonçalo

Grupo 5: Folia de Reis do bairro Industrial

5) Roteiro Para Pesquisa:

A questão geradora da pesquisa é: “Como era esse lugar no passado e como ele mudou?” Esse questionamento inicial servira de fio condutor e gerador da investigação realizada em grupo, para responder a essa pergunta o grupo deverá construir um caminho investigativo baseado em outras perguntas, respostas e levantamento de hipóteses.

**Questões investigativas do objeto:**

- Como é o lugar hoje?  
Descrever a construção, a área do entorno, aspectos decorativos, quem são os habitantes ou usuários do local?
- Qual é a importância desse lugar para a comunidade atualmente?  
Conte sobre o uso do lugar hoje, atende quem? Para quais atividades? Tem uso público ou privado?
- Como era esse lugar no passado?  
Conte, como era o aspecto físico do lugar quando foi construído, quem eram os habitantes ou usuários, o que tinha no seu entorno.
- Que mudanças ocorreram neste lugar ao longo do tempo, e por que?  
O local continua a seguir a mesma função social? Considerar as mudanças fruto de tempos históricos diferentes.

**DE OLHO NA DICA!!!!!!**

As perguntas listadas não esgotam o potencial da sua pesquisa, são sugestões de percursos para a investigação. Perguntem mais sobre o espaço, deixem a curiosidade os levar para novas perguntas e levantamento de hipóteses. Uma boa pesquisa exige variedade de fontes!

**6) Apresentação dos dados:**

Cada grupo terá vinte minutos para apresentação. Faça o registro escrito da pesquisa, depois discutam como apresentarão para turma o resultado do trabalho. Exemplos:

Use fotos que vocês tiraram do local;

Escrevam um pequeno texto de apresentação oral;

Façam a apresentação no Power Point;

Utilizem ilustrações ou poemas, construa um mural;

Sejam criativos!

Para a realização da pesquisa vocês poderão utilizar, os computadores com acesso à internet disponibilizado pela escola, livros ou revistas que abordem o tema disponíveis na biblioteca, anotações, fotografias e vídeos produzidos em nosso trabalho de campo, o Atlas Escolar Histórico Geográfico e Cultural de Contagem distribuído em sala, além disso no dia 26 de outubro vamos receber para uma formação patrimonial um representante do setor de Memória e Patrimônio do município.

## APÊNDICE E – TEXTO

### **Mas, como saber o que é patrimônio?**

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações.

Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros.

Notem que nem tudo que forma uma cultura é patrimônio cultural. Por exemplo, aspectos como a falta de educação no trânsito ou o costume de jogar lixo na rua são, sem dúvida, aspectos culturais, mas, definitivamente, não são patrimônios culturais.

O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante, ou outros elementos em torno dos quais muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam.

O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de maneira tão profunda que, algumas vezes, elas sequer conseguem dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como exemplo, citamos a paisagem do bairro; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira.

Fazendo o inventário, é possível descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela.

Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de



uma cultura. (Texto extraído do Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, do IPHAN, p. 8).

“O Patrimônio cultural de uma cidade é o conjunto das manifestações produzidas socialmente ao longo do tempo no espaço urbano, seja no campo das artes, nos modos de viver, nos ofícios, festas lugares ou na paisagem da própria cidade. São os bens para os quais a sociedade imprimiu significado e que ligam as pessoas as outras gerações e que se quer transmitir. Os bens podem ser oficializados (protegidos por legislações, registros, instituições de memória) ou não oficializados (revelam múltiplos aspectos da cultura de uma sociedade, mas não sofrem intervenção do poder público”. (ACAP-BH, p.22, 2013)

## APÊNDICE F – TEXTO

### A FORMAÇÃO DE CONTAGEM

*“Quando o homem sabe, cria a história. E quando ele ignora, cria o mito”. Martin Sagrera*

As versões para a origem de Contagem são contraditórias e estão fundamentadas em registros escritos, iconográficos, orais e cartográficos.

Alguns historiadores, baseando-se na tradição oral, citam os “senhores Abóboras” como fundadores da cidade. Outros, baseando-se em esparsos documentos escritos, elaboram a teoria da fundação citando nomes como do bandeirante Betim Paes Leme, do poderoso dono de sesmarias, Sebastião Pereira de Aguiar e do Capitão João de Souza Souto Maior.

Sobre a data do surgimento do arraial, são apontados alguns anos como marcos da fundação: 1701 (historiador Geraldo Fonseca), 1711(data de concessão de sesmarias), 1715(referência mais antiga que se encontra sobre o Registro Fiscal). São considerados ainda os anos de 1708, 1714, 1716, quando provavelmente o “Registro das Abóboras” começou a funcionar. Faz-se também referência ao ano de 1725, data gravada no cajado de prata do santo padroeiro da matriz, São Gonçalo do Amarante.

A preocupação com as datas e os nomes dos fundadores, parte de uma visão da história construída por pessoas e fatos isolados, impedindo a visão da complexidade da formação de uma cidade.

Além disso, o surgimento de uma cidade não é algo que possa ser atribuído a uma pessoa ou a uma só causa. Esse surgimento é o resultado de vários fatores: sociais, geográficos, econômicos e políticos que convergem no decorrer do tempo.

Atribuir o surgimento de uma cidade a nomes e sobrenomes é uma forma de congelar o passado numa atitude conformista, contrariando o dinamismo do fazer histórico. Ao fazê-lo, estamos ignorando, por exemplo, a vontade natural dos povos de buscarem formas de satisfação de suas necessidades materiais e as diversas influências externas e internas que levou esse “excesso de gente” a se deslocar para a região das minas.

Nesse sentido, os historiadores devem produzir questionamentos, discussões e referências a respeito da história sem pretender chegar a uma “versão final”, conclusiva quanto à origem dos municípios e, em particular à de Contagem.

Sabe-se que as cidades setecentistas em Minas surgiram e se desenvolveram a partir da descoberta do ouro e esta descoberta trouxe todo tipo de gente e de culturas: senhores de escravos, proprietários de datas minerais, funcionários dos Registros, delatores de transvãos, religiosos, comerciantes, tropeiros, salteadores, “Mulheres da vida”, taberneiros, desocupados e vadios.

Importa entender o que moveu estas pessoas que se deslocaram para a inhóspita região mineradora, como a religiosidade influenciou a ocupação material e simbólica destas áreas e de tantas outras, porque escolheram esta e não outra região para se fixarem e começarem uma nova vida, entre outros questionamentos.

Ao contrário do que se imagina a identidade não está na cristalização de uma memória, no mito de um “pai fundador” que termina por produzir uma história diante da qual o homem comum sente-se incapaz. A identidade constrói-se no empoderamento de sua própria história, construída no cotidiano e capaz de se refazer a cada nova pesquisa realizada, a cada nova descoberta, dando vida a todos os personagens que de fato a constroem.

Reflexões sobre o texto

- 1) Relacione as versões sobre a história de Contagem presentes no texto.
- 2) Que fontes documentais levaram os historiadores a elaborarem estas versões?
- 3) Que argumentos a autora utiliza para criticar as versões apresentadas?
- 4) É possível construir uma versão definitiva para a história de Contagem? Justifique sua resposta.
- 5) O que você entendeu por “empoderamento” de sua própria história?
- 6) Se fosse reescrever a história de Contagem numa perspectiva atual, que novos personagens você incluiria?

## APÊNDICE G – FICHA DE INVENTÁRIO

### Identificação

#### Nome

Escrevam o nome mais comum do lugar que o grupo escolheu inventariar e os outros nomes pelos quais é conhecido. No caso de haver mais de um, informem todos os nomes que surgirem durante a pesquisa.

---



---

#### Imagem

No quadro de imagem, insiram fotos ou façam um desenho do lugar.

---



---

#### O que é

Contem de forma resumida o que é o lugar. Procurem resumir em uma frase o que é o lugar:

---



---

#### Onde está

Procurem descrever o lugar a partir das referências mais conhecidas.

---



---

#### Períodos importantes

Descubram os momentos ou datas importantes associadas ao lugar.

---



---

#### História

Contém as diferentes versões sobre as origens e transformações do lugar ao longo do tempo. Reúnam informações do passado e do presente sobre o lugar:

---



---

#### Significados

Descubram que significados e funções o lugar tem para a comunidade. Nesse campo podem ser descritos os vínculos do lugar com algum fato da história; se tem importância especial para a comunidade; se possui elo com algum outro lugar.

---

### Pessoas envolvidas

Informem as principais pessoas envolvidas com o lugar. O construtor, o proprietário, o responsável pela manutenção, as pessoas que usufruem do espaço, entre outros.

---

---

---

### Elementos naturais

Informem quais são os elementos presentes no ambiente natural. Árvores, vegetação nativa, campo para pasto, rochedos, riachos, trepadeiras, descampado etc.

---

---

---

### Elementos construídos

Informem se há elementos construídos no lugar e quais são suas características.

---

---

---

### Vestígios

Pesquise se o local possui vestígios de ocupações anteriores.

---

---

---

### Materiais

Informem os principais materiais que constituem os elementos do lugar.

---

---

---

### Técnicas ou modos de fazer

Pesquise sobre as técnicas utilizadas para a construção do lugar. Procure descobrir se, para que o lugar se formasse, foram aplicadas técnicas e saberes específicos, tais como: construções de taipa, adobe, alvenaria, pau a pique, entre outros; técnicas agrícolas como coivara, curva de nível, agrofloresta e outras.

---

---

---

### Medidas

Informem quais as medidas aproximadas: altura, largura, perímetro da área.

---

---

---

### Atividades que acontecem no lugar

Informem as principais atividades realizadas no lugar por pessoas ou grupos.

---



---

### Manutenção

Identifiquem os responsáveis e os cuidados necessários para a manutenção do lugar.

---



---

### Conservação

Informem se o lugar está bem ou mal cuidado. Procurem saber se as pessoas relacionadas ao lugar consideram que o espaço está bem cuidado. Observem aspectos como limpeza, partes quebradas, partes que faltam, reformas já feitas.

---



---

### Avaliação

Indiquem os principais pontos positivos para que o lugar continue como uma referência cultural e os pontos que podem determinar o seu desaparecimento.

Façam um exercício de reflexão em grupo a respeito das informações levantadas nos campos anteriores: as pessoas dão importância ao lugar? Elas se organizam para cuidar do lugar? Como? Ou o lugar está perdendo o significado que justifica a sua preservação?

---



---

### Recomendações

Deem sugestões para a preservação do lugar, após fazer sua avaliação.

---



---

Lembrem-se de anexar a Ficha das Fontes Pesquisadas! Listem os livros, documentos, *sites* da internet e tudo mais que for consultado durante a pesquisa. Listem também as pessoas que forneceram informações por meio de conversas informais.

## APÊNDICE H – FICHA DE INVENTÁRIO DE CELEBRAÇÕES

### Identificação

#### Nome

Escreva o nome mais comum da celebração e outros nomes pelos quais ela é conhecida.

---

---

---

#### Imagem

No quadro de imagem, insira fotos ou faça um desenho da celebração.

#### O que é

Contem de forma resumida o que é a celebração.

---

---

---

#### Onde está

Localize no território a celebração a partir das referências mais conhecidas.

---

---

---

#### Períodos importantes

Descubra os momentos ou data importantes associados à celebração.

---

---

---

#### História

Conte sobre as origens e transformações da celebração ao longo do tempo.

---

---

---

#### Significados

Descubra que significados e funções tem a celebração para a comunidade.

---

---

---

#### Descrição

Informe quais são os eventos ou etapas que fazem parte da celebração.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Pessoas envolvidas**

Informe quais são as pessoas que organizam e participam da celebração e o que elas fazem.

---

---

---

**Comidas e bebidas**

Informe se são preparados alimentos especiais para a celebração. Caso sim, quais são eles?

---

---

---

**Roupas e acessórios**

Informe se há vestimentas e acessórios específicos utilizados para a celebração. Caso sim, quais são e para que servem? Quem são as pessoas que os usam?

---

---

---

**Expressões corporais (danças e encenações)**

Informe se há danças ou encenações durante a celebração. Diga em que parte da celebração elas se realizam e quem são as pessoas envolvidas diretamente.

---

---

---

**Expressões orais (músicas, orações e outras formas de expressões orais).**

Se existirem, diga em que parte da celebração elas costumam ocorrer e quem são as pessoas responsáveis por fazê-las.

---

---

---

**Objetos importantes (instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos, decoração do espaço e outros)** Informe se há e quais são os objetos usados na celebração.

---

---

---

**Estrutura e recursos necessários**

Diga quais são as estruturas e os recursos necessários para realizar a celebração.

---

---

---

**Outras manifestações culturais relacionadas**

Informe se à celebração estão associados outros bens culturais, como objetos, lugares etc.

---

---

---



**Avaliação**

Indique os principais aspectos para que a celebração continue sendo uma referência cultural e os que podem interferir para seu desaparecimento.

---

---

---

---

---

---

---

---

**Recomendações**

Faça propostas para melhorar as condições de existência, realização e transmissão da celebração.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---